

Trabalhadores da Função Pública contra manobras do Governo

Pág. 8

Apoios à CDU



José Fanha, Levy Baptista, almirante Rosa Coutinho, Dulce Rebelo, Cândido Mota, general Vasco Gonçalves, Rui Mário Gonçalves, Romeu Correia e José Morgado.

O gabinete de Imprensa da CDU revelou mais um conjunto de nomes de destacadas personalidades independentes da vida cívica, social, artística, cultural e política do País que declararam apoiar a Coligação Democrática Unitária nas próximas eleições legislativas, que transcrevemos:

Alcina Bastos, advogada (Lisboa); Álvaro Ferreira Alves, médico (Porto); António Rosa Coutinho, Almirante (Lisboa); Cândido Mota, locutor (Lisboa); Dulce Rebelo, investigadora (Lisboa); Irene Isidro, actriz (Lisboa); João Luis Madeira Lopes, advogado (Santarém); Jorge Vieira, professor da Faculdade de Ciências e vice-reitor da Universidade de Coimbra; José Fanha, poeta (Lisboa); José Ferrão Ferreira, economista, professor do ISCA (Aveiro); José Morgado, professor (Porto); Levy Baptista, advogado (Lisboa); Luis Monteiro Baptista, médico (Lisboa); Manuel Celestino Vara Pires, professor da Escola Superior de Educação de Bragança; Marcelino Marques, coronel (Lisboa); Mário Alberto, cenógrafo (Lisboa); Romeu Correia, escritor (Almada); Rui Mário Gonçalves, crítico de arte (Lisboa); Teresa Magalhães, artista plástica (Lisboa); Ulpiano Nascimento, economista (Lisboa); Vasco Gonçalves, General (Lisboa); Victor Madeira, treinador de futebol (Sines).

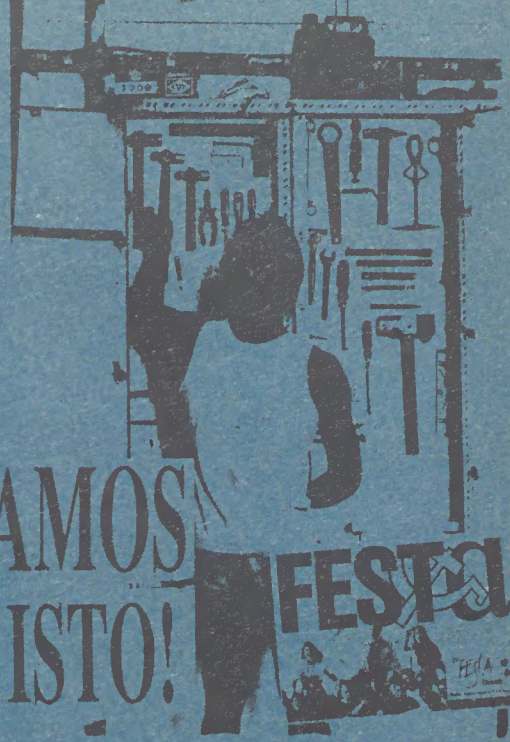
Hoje, às 19 horas, em S. Bento junto à
residência oficial do primeiro-ministro

CONCENTRAÇÃO

Em defesa da liberdade de informação e do pluralismo,
contra a manipulação e governamentalização
da Comunicação Social do Estado

O PCP apoia

Nota da Comissão Política na Pág. 6



Álvaro Cunhal no Porto

Págs. 4 e 5

3.ª Assembleia da Organização de Viseu

Pág. 7

5 de Julho

XII

Festa da

Alegria

em

Braga

Pág. 6

Descarrilamentos

O duplo descarrilamento ferroviário ocorrido na estação das Devezas no Porto, nos acessos à nova ponte sobre o Douro tende a transformar-se num dos mais exemplares «casos» da política nacional dos últimos anos.

Os dados essenciais do problema conhecem-se: o Governo Cavaco Silva pretende à viva força que a ponte seja inaugurada no dia de S. João e de tal inauguração fazer gigantesco espectáculo eleitoral; entretanto, a ponte não está concluída no que ao tráfego diz respeito, faltam testes de segurança à via, ligações diversas, etc.

O técnico responsável da obra, eng. Edgar Cardoso, afirmou peremptoriamente que abrir a ponte ao serviço no próximo dia 24 constituiria, no estado actual das obras e dos ensaios, um erro e uma imprudência grave. A sua opinião foi desmentida por outros técnicos cujo parecer foi solicitado pelo Governo. Da razão de ambas as opiniões falaram os factos: no espaço de poucas horas, no passado fim-de-semana, duas locomotivas saltaram dos carris nos acessos à ponte.

O problema está longe de ficar inteiramente esclarecido nos seus contornos técnicos ou, pelo menos, na expressão pública desses contornos. É uma evidência que numa obra da dimensão da nova ponte ferroviária do Porto se entrecruzam jogos de interesses de grandes dimensões, que não apenas o da manobra eleitoralista do Governo. O mesmo Governo que pretende encenar a inauguração para a sua campanha eleitoral é simultaneamente o pagador da obra e a «entidade patronal» de quase todas as estruturas a ela ligadas, da CP ao Gabinete do Nó Ferroviário do Porto. Ao ministro Ferreira do Amaral e ao executivo em geral não faltarão certamente meios de pressão (política, económica — e etc.) para limarem arestas mais vivas da questão e tudo fazerem para que o previsto corte de fitas sanjoanino, depois de ser escândalo, ao menos não se transforme em ainda maior fiasco.

Mas, entretanto, este novo e mais clamoroso episódio do eleitoralismo oficial não pode deixar

de merecer alguma reflexão e comentário.

Um dos mais perniciosos resultados da vigência do Governo PSD de Cavaco Silva é um evidente relaxamento, um claro aviltamento dos padrões éticos da vida pública portuguesa.

A corrupção generalizada transformou-se num traço da vida quotidiana da administração que envolve ministros e impõe a sua demissão e lança ex-membros do Governo para a cadeia. Os casos de Miguel Cadilhe, Taveira, Leonor Beleza e Costa Freire aí estão, impossíveis de esquecimento.

Sobre a acção de outros membros do Governo caem o que piedosamente se pode chamar graves suspeitas, como é o caso dos perdões fiscais de Oliveira e Costa.

No tocante aos autarcas do «estado laranja»... é o que se sabe.

Tudo isto é grave, mas a maior gravidade talvez até nem resida nos factos em si próprios, talvez nem mesmo na sua significativa repetição e dimensão: bem mais grave é a forma como insidiosamente se vai, dia a dia, tornando quase normal este estado de coisas, como no tecido colectivo dos princípios e valores da sociedade portuguesa se vai generalizando uma aceitação passiva deste abandalhamento, como se de coisa natural se tratasse, como se fora inevitável componente da política e da governação.

Em nenhuma circunstância uma questão de ética política é inócua, mas, neste caso, o problema é de veras grave. A generalização do estado de espírito da inevitabilidade, da naturalidade da corrupção política é uma bomba de efeito nem sequer retardado introduzida no edifício do funcionamento democrático da sociedade e das instituições. A partir do momento em que os cidadãos considerem como padrão da vida pública o desenranchamento pessoal, a ambição sem limites, o enriquecimento e o clientelismo, então a participação democrática, a intervenção cívica perdem de todo o significado para se entrar numa espiral sem fim de conflitos, favores e subornos. O sistema democrático e os seus princípios tenderão a dar lugar à prática quadrilheira dos interesses escuros, dos golpes baixos, do dinheiro fácil.

E não se pense sequer que este desagregar seja, por si próprio, fatal às forças políticas por ele responsáveis. O colapso ético da

política democrática, a generalização da corrupção criminosa destrói a autoridade da democracia para instituir a ditadura dos messias. Face à corrupção generalizada busca-se a autoridade dos supostos incorruptíveis do próprio sistema, daqueles que, como peça essencial do sistema de corrupção, se definem como seus reguladores e administradores.

Que louvaminheiros de estirpe vária falem da alegada isenção de Cavaco Silva em nada surpreende. A corrupção necessita para sobreviver da imagem de incorruptibilidade de Cavaco e a autoridade de Cavaco necessita para sobreviver da generalização da corrupção. São as duas faces da mesma moeda, as duas doenças da mesma praga que lentamente corrói o País.

A exigência de mudança que se coloca ao País no próximo Outubro não se limita a ser a da alternativa entre duas políticas de méritos aferíveis por idênticos critérios. Há que ter a clara noção de que se trata acima de tudo de atalhar um processo lento e insidioso, mas de terrível eficácia, de subversão de valores essenciais da nossa vida colectiva não apenas aceites esmagadoramente pelo povo português, como jamais frontalmente postos em causa.

A verdade é que os descarrilamentos das Devezas provocados por um furor eleitoralista sem quaisquer peias ou prudências seriam quase insensíveis em Portugal há dez anos. Fosse por princípios éticos ainda perfilhados, fosse pelo receio da reacção da opinião pública, o mais PSD dos políticos hesitaria então em impor a encenação prevista para o Porto se sobre ela se perfilassem os riscos que se vieram a concretizar. Na época post-Cadilhe, post-Aveiro «connection», post-Taveira, post-Abecasis, na época de Cavaco Silva já é possível.

A pergunta a que o povo português tem de responder em Outubro é se está na disposição de que, para além do agravamento das injustiças, para além da sobreexploração do trabalho, dos despedimentos e do trabalho infantil, a sociedade portuguesa se transforme num tecido mafioso de influências e cambalachos, de clientelas e eleitoralismos, de incompetências e corrupções.

A sociedade portuguesa não pode tolerar mais descarrilamentos.



Polícias querem sindicato

RESUMO

12 Quarta-feira

O Parlamento aprova pacote laboral com os votos do PSD e CDS ■ Milhares de lisboetas enchem a Avenida da Liberdade para ver as marchas em noite de Santo António ■ O Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, sublinha em Estrasburgo a necessidade de a União Económica e Monetária se iniciar em 1994 ■ Confederação de Sindicatos húngaros suspende greve geral depois da cedência do governo às suas reclamações ■ Após interregno causado pela morte de Gandhi, recomeçam as eleições na Índia.

13 Quinta-feira

Conselho de Ministros decide privatizar 51 por cento do capital social da Petrogal ■ CGTP afirma que o processo do pacote laboral não está encerrado ■ Um grupo de intelectuais subscreve abaixo-assinado de apoio ao Presidente da República pela sua mensagem sobre comunicação social ■ Ieltsin é eleito à primeira volta presidente da Federação Russa ■ Governo espanhol apresenta ao Parlamento o texto de um denominado «pacto de Progresso», iniciando diligências para obter o apoio das empresas e dos sindicatos ■ Bush critica o Congresso e elogia o «povo anónimo» dos EUA.

14 Sexta-feira

Inicia-se no Estádio das Antas o Mundial de Sub-20 ■ Rocha Vieira elogia o Poder Local em Macau ■ Sindicatos entregam ao Governo Civil documento que legaliza manifestação de polícia prevista para o dia 25 ■ Confederação Helvética comemora 700 anos ■ Estudo revela que, até ao fim do ano, 50 por cento da população activa da ERDA ficará no desemprego ■ Em consequência de pactos entre a direita e regionalistas, o PSOE perde as câmaras de Sevilha e Valência ■ O primeiro-ministro chinês, Li Peng, afirma que o seu país não adoptará um sistema multipartidário.

15 Sábado

Álvaro Cunhal afirma no Porto que a chamada estabilidade governativa tem significado a desestabilização da organização económica do País ■ O Partido de Solidariedade Nacional inicia o seu 1º Congresso Nacional ■ Enquanto o vulcão Pinatubo continua em actividade, sismos de diferente intensidade provocam perdas humanas e

materiais em várias zonas do Mundo ■ O Parlamento polaco aprova nova lei eleitoral ■ mais sete pessoas são condenadas à morte no Koweit, sob a acusação de «colaboração com o invasor iraquiano» ■ Respondendo ao apelo do ANC, manifestantes desceram rua em Joanesburgo em protesto contra a violência nos guetos ■ Gorbachev aceita convite dos Sete para um encontro em Londres após a cimeira dos mais ricos.

16 Domingo

Freitas do Amaral afirma que o Governo de Cavaco Silva não pratica uma coabitação saudável ■ Perante centenas de militantes, numa festa do PCP, em Matosinhos, Álvaro Cunhal afirma preferir a verdade a votos de mentira ■ Após doze dias de estado de sítio, a Argélia continua sem Executivo ■ O vulcão Pinatubo continua a espalhar o pânico nas Filipinas ■ O primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, afirma que o seu país quer entrar para a Comunidade Económica Europeia em 1995.

17 Segunda-feira

Os juniores portugueses passam à segunda fase do Campeonato Mundial de Futebol, vencendo a Argentina por 3-0 ■ O presidente Bush anuncia ter recebido do seu homólogo soviético uma «resposta positiva» à sua proposta de negociações START ■ Chega a Lisboa uma delegação do PCUS, a convite do PCP ■ Resultados provisórios das eleições na Índia, dão vitória relativa ao Partido do Congresso ■ É conchada à morte, no Koweit, uma palestiniana, acusada de colaboração com o Iraque.

18 Terça-feira

Uma rede internacional de tráfico de cocaína que operava a partir de Bogotá, Colômbia, é desmantelada no Cabo do Mundo, Matosinhos, tendo as autoridades apreendido 100 quilos de cocaína pura, a maior apreensão feita até hoje em Portugal ■ Surge um conflito de competências na URSS entre o presidente Mikhail Gorbachev e o primeiro-ministro Valentin Pavlov; o conflito surgiu depois de Pavlov ter pedido, ontem, poderes especiais para governar, tendo o parlamento soviético adiado uma decisão para sexta-feira próxima ■ O presidente do Egipto, Hosni Mubarak, discute com o emir do Koweit, onde se deslocou, as relações bilaterais, a conjuntura da zona do Golfo Pérsico e questões árabes e internacionais comuns ■ Pelo menos 146 pessoas morreram e cerca de 50 são dadas como desaparecidas, hoje, na sequência de violentas erupções do vulcão Pinatubo, nas Filipinas, que entrou em erupção no passado dia 9.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 NIF — 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.250\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNISIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

CDU quer acabar com bipolarização em Aveiro

Já é conhecida a lista completa da CDU em Aveiro. Dar voz ao distrito no parlamento é objectivo.

Doze militantes do PCP, um do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV), dois activistas da Intervenção Democrática (ID), um da UDP e dois independentes (um dos quais indicado pelo PEV) tal

é quanto a filiação partidária - a composição da lista da CDU-Coligação Democrática Unitária concorrente às legislativas de Outubro próximo pelo círculo eleitoral de Aveiro.

O anúncio foi feito a semana passada em conferência de imprensa dias antes de, no passado sábado, ter ocorrido em Santa Maria da Feira um Encontro Distrital de Activistas da coligação.

Sérgio Teixeira, da Comissão Executiva Nacional do PCP, António Salavessa e o cabeça de lista José Manuel Amaro, foram os membros do PCP, que simultaneamente integram a Comissão Coordenadora Distrital de Aveiro da CDU, presentes nesta conferência de imprensa acompanhados pelos restantes elementos desta comissão: João Bernardo pelo PEV, Manuel Andrade pela ID e Ricardo Ventura da Cruz.

Convidado pela coordenadora esteve igualmente presente o candidato indicado pela UDP, Carlos Veiros.

Sérgio Teixeira falaria aos jornalistas da importância das próximas eleições legislativas para a concretização de uma alternativa democrática à política que vem sendo seguida, sublinhando que esta lista em Aveiro, «renovada na medida em que dois terços dos seus elemen-

tos não fizeram parte da anterior» é «capaz de cumprir os objectivos pelos quais se apresenta ao eleitorado» já que está «ligada à vida quotidiana do distrito, aos seus agentes económicos, políticos, sociais e culturais».

José Manuel Amaro falaria da oportunidade que constitui o próximo acto eleitoral para pôr fim à bipolarização que se verifica ao nível da representação do distrito no parlamento, «reduzindo a realidade multifacetada do distrito e, por isso mesmo, prejudicial para a região».

O cabeça de lista da CDU e potencial futuro deputado eleito por Aveiro lembrou o baixo nível da média de salários na região, o grande número de acidentes de trabalho, o alto índice de violação dos direitos dos trabalhadores.

Degradação do ambiente, o aumento das assimetrias entre o interior e o litoral, corrupção, compadrio, crescimento das manchas de pobreza foram outros factos apontados pelo candidato da CDU como consequências no distrito da política até agora seguida.

Dar voz aos aveirenses

O Encontro Distrital da CDU em Aveiro, realizado no passado sábado em Santa Maria da Feira, debateu e aprovou um documento intitulado «compromissos dos candidatos da CDU/Aveiro» que consiste num conjunto de propostas que interessam mais em particular à população do distrito, numa iniciativa que contou com a presença de candidatos da coligação e de membros das forças partidárias que a compõem.

Um novo estilo na relação entre deputados e a região é advogado neste Compromisso, assim como a criação em Aveiro de um gabinete de deputados da CDU para dar resposta a todas as questões que lhes sejam dirigidas, apontando-se todo um vasto conjunto de medidas concretas a tomar para melhorar a vida na região.

Os nomes que encabeçam a lista da CDU em Aveiro são: José Manuel Amaro, 38 anos, advogado, antigo membro dos corpos gerentes da Associação Académica de Coimbra e presidente do Círculo Experimental de Teatro de Aveiro; Joaquim Almeida da Silva, 42 anos, metalúrgico, membro da Comissão Executiva da CGTP e coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro; Maria Manuela Silva, professora, da direcção do MDM, dirigente sindical e presidente do Conselho Directivo da preparatória de Santa Maria da Feira; António Teixeira Lopes, 46 anos, professor do secundário; e Fernando Peixinho Fernandes, médico, membro da ID.

Defender Coimbra no Parlamento

Em Coimbra, serenamente, a lista da CDU ficou completa. Um contraste com as disputas e convulsões de outras forças partidárias.

A lista completa de candidatos da CDU-Coligação Democrática Unitária pelo distrito de Coimbra às eleições para a Assembleia da República de Outubro próximo foi apresentada quinta-feira passada em conferência de imprensa num hotel daquela cidade, muita concorrida e com a presença de inúmeras personalidades da região que assim quiseram manifestar o seu apoio a esta candidatura.

Um terço dos candidatos apresentados não são membros do PCP. Na declaração lida à imprensa assinala-se o facto de a lista estar completa muito antes do início do período legal de apresentação das candidaturas. Tal facto «reflecte, por um lado, o dinamismo, o grau de preparação e confiança com que nos propomos participar» mas também «espelha a serenidade» dos elementos e candidatos da CDU «em vivo contraste com as disputas e convulsões internas que têm caracterizado o processo de constituição de listas de outras formações políticas».

Cidadãos com uma conhecida integração na vida política regional e com uma elevada preparação técnica especializada e/ou com uma

destacada participação em organizações e movimentos de massas, em autarquias, na vida académica, científica e cultural do distrito.

Gente que dá garantias, até porque, como diz a declaração que temos vindo a citar, «sem recear quaisquer desmentidos, pode afirmar-se ter

sido o Grupo Parlamentar do PCP aquele que de forma mais persistente ligou os problemas mais reais do distrito aos trabalhos da Assembleia da República».

Sendo um projecto «com a sua identidade e características» a CDU afirma-se também como um espaço de

unidade (como o prova a composição desta lista) e de entendimento de todos os partidos e forças democráticas, via para uma alternativa democrática à actual política do PSD.

Política que, no tocante a Coimbra, não trouxe «a projecção e o desenvolvimento que seriam necessários e merecidos» nem «a transparência e a isenção de critérios que, num Estado democrático, deveriam presidir à composição e funcionamento das instituições públicas locais».

Fogos florestais com destaque para o Baixo Mondego e para o Choupal, «verdadeiras catástrofes ecológicas» sem que o Governo adopte medidas eficazes; o crescimento do desemprego e o agravamento da precariedade do trabalho, a asfixia e a ameaça de ruína que pesam sobre os produtores de vinho, carne e leite, «vítimas das negociações para a integração de Portugal na CEE» foram algumas das consequências negativas para o distrito da política governamental apontadas nesta declaração.

Declaração onde os candidatos de Coimbra se comprometem a continuar «a denúncia e da crítica construtiva desta realidade e o prosseguimento da valorização parlamentar das inquietações e aspirações das populações desta região» o que exige o reforço eleitoral da CDU.

Seis candidatos não são do PCP

A lista de candidatos da CDU pelo círculo eleitoral de Coimbra concorrente às próximas legislativas integra um total de 15 personalidades da região, dos mais diversos sectores de actividade. Nove elementos do PCP, dois independentes, um membro de «Os Verdes», um da Intervenção Democrática, outro da UDP e ainda um elemento da JCP compõem em termos de filiação partidária esta lista.

O cabeça de lista é Victor Costa, 52 anos, geólogo, deputado na Assembleia da República. Segue-se António Avelãs Nunes, independente, 52 anos, professor universitário, membro dos governos provisórios que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, do primeiro ao quinto.

Nos lugares cimeiros desta lista encontramos ainda Carlos Fraião, membro da Comissão Executiva Nacional do PCP; Carlos Baptista, operário de construção naval e ex-membro da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego; Beatriz Rosa, engenheira civil, assistente convidada do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra e vereadora da CDU na câmara municipal desta cidade entre 87 e 89, e João Lázaro, psicólogo clínico, membro da Comissão Executiva de «Os Verdes», encenador-actor e presidente da Direcção do TE-ATO-Grupo de Teatro de Leiria.



A lista completa em Lisboa

A lista completa da CDU — Coligação Democrática Unitária em Lisboa foi esta semana divulgada. Dela fazem parte membros do PCP, «Verdes», Intervenção Democrática, UDP e outros independentes com representantes dos mais diversos sectores de actividade.

Aqui publicamos na íntegra todos os candidatos CDU em Lisboa.

Carlos Carvalhas — 49 anos, economista. Deputado. Secretário-geral adjunto do PCP.

Domingos Abrantes — 55 anos. Deputado. Membro da Comissão Política do Secretariado e da Comissão Executiva Nacional do PCP.

Jerónimo de Sousa — 44 anos, operário metalúrgico. Coordenador da CIL. Membro da DORL e da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP.

Isabel Castro — 36 anos, bancária, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) — Eleita na Assembleia Municipal de Lisboa.

João Amaral — 47 anos, Licenciado em Direito. Deputado. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa. Membro suplente do Comité Central do PCP.

Mário Tomé — 50 anos, major na Reserva, militar de Abril. Secretário-geral da UDP.

Amélia Pardal — 27 anos, licenciada em História. Membro da Direcção do Conselho Nacional de Juventude (CNJ). Membro da Direcção Nacional da JCP.

João Camilo — 43 anos, médico. Membro da DORL do PCP.

António Filipe — 28 anos, licenciado em Direito. Deputado. Membro da Direcção Nacional da JCP.

Helena Bastos — 47 anos, engenheira química, investigadora. Membro do Conselho Nacional do MDM. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa. Membro da DORL e membro suplente do CC do PCP.

Daniel Branco — 46 anos, engenheiro técnico. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Membro da DORL e membro suplente do CC do PCP.

Blasco Hugo Fernandes — 60 anos, engenheiro. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa. Presidente do Conselho Directivo da Intervenção Democrática (ID).

Florival Lança — 45 anos, operário metalúrgico. Coordenador da USL e membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da DORL do PCP.

António Abreu — 43 anos, engenheiro. Membro da DORL e do Comité Central do PCP.

Frederico Carvalho — 55 anos, investigador-coordenador do LNETI. Membro do PCP.

José Saramago — 68 anos, escritor. Membro do PCP.

Manuela Esteves — 42 anos, professora. Membro do Conselho Nacional da FENPROF. Membro da DORL e Membro Suplente CC do PCP.

Arménio Carlos — 35 anos, operário. Dirigente sindical do TUL e da FSTRU. Membro do Conselho Distrital da USL. Membro da DORL e Membro Suplente CC do PCP.

António Gonçalves — 66 anos, engenheiro. Membro da Intervenção Democrática.

Luís Cardoso — 34 anos, professor. Membro da Comissão Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV).

Luís Fazenda — 33 anos, professor. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa. Membro do Secretariado Nacional da UDP.

Feliciano David — Engenheiro. Ex-dirigente do PRD. Independente.

Inês Fontinha — 48 anos, socióloga. Independente.

Joaquim Bandeiras Santinhos — 61 anos, 1.º Comissário da PSP, aposentado. Independente.

Rogério Fernandes — 57 anos, Professor Universitário. Membro do Conselho Nacional de Educação e Director da Revista «O Professor». Membro do PCP.

Ana Paula Coelho — 30 anos. Deputada. Membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP. Membro suplente do CC do PCP.

Alexandrino Saldanha — 42 anos, advogado, bancário. Vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Maria Clementina Diniz — 50 anos, psicóloga. Directora do Serviço de Psicologia do Hospital de Júlio de Matos. Membro do PCP.

Demétrio Alves — 41 anos, engenheiro químico. Presidente da Câmara Municipal de Loures. Membro do DORL do PCP.

Orlando Almeida — 47 anos, engenheiro agrónomo. Presidente da Câmara Municipal da Amadora. Membro da DORL do PCP.

Rui Godinho — 44 anos, engenheiro e professor universitário. Vereador da CML. Membro da DORL do PCP.

António Bogalho — 33 anos, operário. Presidente da Câmara Municipal do Sobral de Monte Agraço. Membro da DORL do PCP.

Urbano Tavares Rodrigues — 67 anos, escritor, professor universitário. Membro do PCP.

Vitor Bastos — Professor. Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Luís Azevedo — 67 anos, advogado. Membro da Intervenção Democrática (ID).

Jorge Peixinho — 51 anos, compositor. Independente.

Alice Vieira — 48 anos, jornalista, licenciada em Filosofia, escritora. Membro do PCP.

Francisco Silva — 46 anos, eng. de Telecomunicações na Telecom Portugal. Membro do PCP.

Artur Ramón de La Féria — 40 anos, médico. Dirigente do Sindicato dos Médicos do Sul e membro da USL. Independente.

Paulo Trindade — 37 anos, quadro técnico superior, licenciado em direito. Dirigente do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores e da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Membro do PCP.

Manuel Garcia Correia — 38 anos, electricista. Membro do Conselho Nacional da FSTIEP, do Conselho Distrital da USL e da Direcção Central do SIESI. Membro do PCP.

Lino Paulo — 43 anos, sociólogo. Presidente da Direcção da «Veredas — Cooperativa Cultural de Sintra». Vereador na CM de Sintra. Membro da DORL do PCP.

Maria Elmina Barreira Lopes — 25 anos, licenciada em Química. Representantes da JCP no Conselho Consultivo da Juventude. Membro da Direcção Nacional da JCP.

Maria Felicidade dos Santos Montelero — 60 anos, operária reformada. Dirigente do MURPI. Membro do PCP.

Carlos Braga — 42 anos, operário. Membro da Comissão de Unidade dos Trabalhadores da Mague. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga. Membro do PCP.

Albertino Flores Santana (Sá Flores) — escritor. Membro da Assembleia de Representantes da Associação de Cegos e Amblíopes Portugueses. Membro do PCP.

José Luís Teixeira — 28 anos, empregado de escritório. Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV).

Celérico Moreira — 54 anos, professor de Educação Física. Membro do Comité Olímpico Português. Vereador na CM de Oeiras. Membro do PCP.

Armando Faria — 50 anos, operário na Sorefame. Membro do PCP.

Olinda Nunes — 34 anos, operária. Membro da CT da AEP. Membro do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas e do Conselho Distrital da USL. Eleita no Executivo da Junta de Freguesia do Prior Velho. Membro da DORL.

Fernanda Lapa — 48 anos, atriz e encenadora. Membro do PCP.

Maria Emília Campos — 38 anos, empregada de escritório. Membro da Intervenção Democrática (ID).

Anabela Feliciano — 20 anos, estudante. Representante da JCP na Comissão do Associativismo Juvenil no Conselho Nacional de Juventude. Membro da Direcção Nacional da JCP.

José Casimiro — 33 anos, operário metalúrgico. Membro da CT da Indep. Membro da Comissão Política Nacional da UDP.

ÁVARO CUNHAL NO DISTRITO DO PORTO

Encontro com trabalhadores retrata grave situação laboral

Os problemas dos trabalhadores do distrito, a política laboral e social do Governo e as propostas do PCP foram temas focados no Encontro-Convívio, na Junta de Freguesia do Bonfim

«Trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços, da Administração central e local; trabalhadores do Vale do Ave e aduaneiros que enfrentam a ameaça da perda maciça de postos de trabalho; trabalhadores em geral que lutam contra o Pacote Laboral; reformados, deficientes, jovens e mulheres: não temos razões para acreditar nas promessas feitas pelo Governo em vésperas de eleições ou, mesmo, na satisfação de última hora das justas reivindicações por que há muito se luta — o PCP, a CDU são garantias de voto num Portugal melhor». Este o espírito do Apelo aprovado por aclamação pelos cerca de trezentos participantes no Encontro do PCP com trabalhadores, realizado no passado sábado no Porto, com a presença do camarada Álvaro Cunhal.

Antes do início dos trabalhos do Encontro, o camarada Álvaro Cunhal visitou as instalações da Junta de Freguesia do Bonfim, acompanhado pelos eleitos da CDU. Na ocasião, a pintora Isabel Cabral, responsável pelo Pelouro da Cultura, relatou algumas acções em que a Junta e nomeadamente os eleitos da CDU estão empenhados e, a propósito de uma pintura de Américo Moura, referiu o conjunto de iniciativas previstas no âmbito das comemorações dos 150 anos da freguesia.

Depois, durante cerca de quatro horas, passaram pela Junta de Freguesia do Bonfim os testemunhos de cerca de trinta trabalhadores de variados sectores de actividade, num balanço que deu conta da gravidade da situação que se vive no distrito, resultante fundamentalmente da política de direita, mas, em simultâneo, a prova de que os trabalhadores e as forças que estão com eles estão decididos a prosseguir a luta para os resolver.

Na mesa do Encontro, cuja direcção coube ao camarada José Timóteo, do CC e da DORP do PCP, encontravam-se dirigentes do Partido da região do Porto, Emídio Riberio, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, Mário Costa, António Mota, Manuel Freitas, membros do CC, Vítor Ranita, Ana Maria Mesquita, Manuel Almeida, Maria José Costa, da DORP, e Lurdes Azevedo, da célula da SEPSA.

A abrir o Encontro, o ca-



marada Vítor Ranita, membro da Comissão Executiva da DORP e dirigente sindical, fez a análise da situação dos trabalhadores no distrito do Porto. De seguida, foi a relato de lutas, como a da Hortex, em S. Martinho do Campo, no Vale do Ave, cujos trabalhadores realizaram na passada semana uma marcha de 15 quilómetros até ao Tribunal de Santo Tirso, exigindo o direito ao trabalho. Ou na Ematêxtil, em Rio Tinto, onde sistematicamente os salários continuam a ser pa-

gos em atraso e só depois de os trabalhadores entrarem em greve, e na POVLÁ, na Póvoa, onde, antecipando-se ao Pacote Labroal, o patronato faz um plano de férias de apenas 15 dias e paga horas extraordinárias «de forma singela». Ou, ainda, na Interforma, na NAFIL, na Quintas e Quintas ou na Sociedade Industrial do Mindelo. Foi também a história e o presente em grandes empresas nacionais, como a Petrogal, a EDP, os CTT/TLP, a Siderurgia Nacional. A riqueza

das propostas dos trabalhadores, e do PCP em particular, para o sector têxtil, do vestuário e calçado, com realce para a tão necessária reestruturação e modernização, foram trazidas por Manuel Freitas, do CC do PCP e dirigente sindical; a situação na metalurgia, pela voz de Manuel de Almeida, da DORP e Coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto; a permanente conflitualidade com os professores que caracteriza o Governo do PSD e os problemas da educação no distrito, em particular o insucesso escolar, relatados por Mário David Soares, Presidente do Sindicato dos Professores do Norte; a formação profissional, «como um dos grandes factores para impedir a precariedade e a flexibilidade», tema desenvolvido por Jorge Pinto, dirigente do Sindicato dos Escritórios; o sector da Administração Pública, onde milhares de trabalhadores se encontram sem horizonte profissional, cuja luta levou recentemente os trabalhadores não-docentes à greve, com o encerramento de mais de metade das escolas do Porto, como contou Miguel Vital, do Sindicato da Função Pública do Norte; a situação dos gráficos e particularmente as questões relacionadas com a comunicação social, relatadas por Ernesto Costa, do sindicato do sector.

Foi tónica de muitas das intervenções, mas em particular na de Vieira Mendes, da DORP, a preocupação de como convencer os trabalhadores, que confiam nos comunistas que nos diferentes sectores estão na frente da luta pela defesa dos seus interesses e direitos, a votarem na CDU.

A encerrar o Encontro, o camarada Álvaro Cunhal, num improviso de cerca de meia hora, deu particular atenção às consequências da aprovação do Pacote La-

boral, denunciando as graves responsabilidades do PS. Reafirmando a disposição de continuação da luta

para que não vá para diante, Álvaro Cunhal referiu que uma das primeiras iniciativas do PCP na Assembleia da República a sair das eleições de 5 de Outubro será a proposta de legislação que ponha em causa o Pacote Laboral.

Na Maia e em Matosinhos

Ainda antes de se dirigir a Pedrouços, no concelho da Maia, onde participou num Comício-Festa em que estiveram presentes mais de um milhar de pessoas, o camarada Álvaro Cunhal conviveu com muitas dezenas de trabalhadores e jovens no Centro de Trabalho de Barão de S. Cosme, já engalanado para a quadra de S. João. Um convívio com «febras» e entrecosto assado, regado com boa disposição e fraternidade, em que, como fez questão de desejar, quando dirigiu algumas palavras aos presentes, não se pondo de parte os problemas com que debatem os trabalhadores como havia visto durante a tarde, «que os sonhos de cada um sejam realizados», porque também os problemas humanos, individualmente, contam.

Uma grande festa popular, que se havia já iniciado pelas 16 horas, no Mercado Feira de Pedrouços, com música popular portuguesa, culminou à noite com um significativo Comi-

cio, seguido de novo por festa, desta vez para os mais jovens, com uma banda «rock». Na ocasião, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços, camarada Francisco Dantas, que se referiu em particular ao trabalho desenvolvido pela Junta CDU desta jovem e populosa freguesia da Maia. Serafim Vieira, da Comissão Concelhia da Maia do PCP, tratou na sua intervenção das perspectivas que se abrem no concelho em relação ao próximo acto eleitoral. A encerrar, interveio o camarada Álvaro Cunhal, de cuja intervenção publicamos um extracto.

Já no domingo, foi de novo em convívio animado com centenas de militantes e simpatizantes comunistas e apoiantes da CDU que o camarada Álvaro Cunhal terminou os contactos estabelecidos na região do Porto. Um piquenique, na bela Quinta de Santiago, o sol e o bom tempo, a sardinha assada e os petiscos a ajudarem à boa disposição, foram momentos de fraternidade vividos em comum.

Marisa Torres, da Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP, fez referência ao empenhamento que a organização concelhia coloca na preparação do próximo acto eleitoral e, a propósito dos problemas sociais em Matosinhos, que conduzem a situações reais de fome e de miséria, denunciou que, enquanto fecham empresas e milhares de trabalhadores vão para o desemprego, o Primeiro-Ministro veio dar posse a uma comissão de combate à pobreza no concelho — «Cavaco Silva faz o mal e a caramunha», concluiu.

O camarada Álvaro Cunhal, e porque de um convívio se tratava, salientou a importância de com alegria se ultrapassar os problemas do dia-a-dia, da compensação que podem significar para certas amarguras momentos vividos em fraternidade como este que aconteceu em Matosinhos, durante a tarde de domingo.



Álvaro Cunhal participou no almoço-convívio realizado em Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos

Abuso sistemático do Poder desestabiliza vida social

Não se pode dizer que tenha sido o Governo PSD de Cavaco Silva a iniciar as ofensivas contra as conquistas democráticas de Abril. O mal vem de trás, de sucessivos governos com composições partidárias diversas todos com uma política de direita. Mas pode e deve dizer-se que foi o Governo PSD de Cavaco Silva que, apoiado na maioria de deputados que, enganando o povo, alcançou em 1987, acelerou essas ofensivas a um tal ponto que está criando a Portugal uma situação qualitativamente nova.

Estes anos de Governo do PSD têm significado a destruição passo a passo de muitas das conquistas da revolução de Abril, ou seja, de muitos dos elementos fundamentais do regime democrático português.

Como temos afirmado, a tão decantada estabilidade governativa (ou seja, o PSD no Governo já há tanto anos e abusando sistematicamente do poder) tem significado a desestabilização da organização económica do país com a liquidação do Sector Empresarial do Estado em processos escandalosos, com a reconstituição e restauração dos grupos monopolistas como reis e senhores da economia e da vida nacional.

Tem significado a desestabilização das relações de trabalho e da situação social, com a efectiva liquidação do direito ao trabalho e de direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores, com despedimentos de dezenas de milhar de trabalhadores, com a generalização da precariedade.

Tem significado a desestabilização das instituições democráticas com a sua governamentalização, o afrontamento arrogante de quem se julga senhor do poder absoluto das competências e decisões dos outros órgãos de soberania, desrespeitando decisões dos tribunais, desobedecendo à função fiscalizadora da Assembleia da República, contestando iniciativas do Presidente da República no uso dos seus poderes constitucionais.

A tão decantada estabilidade governativa tem significado até a desestabilização em termos nacionais das relações externas pela atitude de capitulação e subserviência que leva a sacrificar interesses nacionais a interesses estrangeiros e a colar-se irresponsavelmente a decisões da CEE e da NATO gravosas e comprometedoras para o futuro independente e soberano do nosso país.

E ao mesmo tempo que, abusando do poder e desrespeitando a Constituição, realiza esta obra de progressiva subversão do regime democrático, Cavaco Silva e o PSD põem-se a salvo da fiscalização dos seus actos, eliminam preceitos que o obrigam a prestar contas, procuram impor na prática o poder absoluto e incontrolável em que a impunidade e o crime que compensa são erigidos em normas de procedimento de um Governo que nessa base tenta assegurar a sua própria sobrevivência.

Servindo-se da maioria absoluta de que ainda dispõe na Assembleia da República, abafa inquéritos parlamentares à actuação mais que suspeita de corrupção de Ministros e Secretários de Estado, elimina o Conselho de Comunicação Social de natureza pluralista e substitui-o por uma Alta Autoridade que pela sua composição sirva de instância absolutória dos abusos e irregularidades da acção governativa, tenta fazer aprovar uma lei chamada de segredo do Estado que significaria passar a ocultar ao abrigo dessa lei toda a espécie de irregularidades e decisões abusivas e fraudulentas.

Todas as forças democráticas, o povo português, devem tomar consciência de que a política do Governo do PSD está criando uma situação qualitativamente nova e que, a continuar, corre-se o risco de perversão e completa subversão do regime democrático português.

Novos e perigosos desenvolvimentos

Numa gigantesca e abusiva campanha eleitoralista, o Governo procura transmitir ao eleitorado uma quase certeza da vitória. Mas é porque admite a sua própria derrota que acelera as ofensivas antidemocráticas.

Assistimos dia a dia a novos e perigosos desenvolvimentos que confirmam as acusações que o nosso Partido, com inteiro fundamento, faz ao Governo PSD de Cavaco Silva.

No que respeita às relações de trabalho, assistimos esta semana à consumação na Assembleia da República de um verdadeiro atentado contra direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores com a aprovação pela maioria PSD na Assembleia da República da autorização legislativa para o Governo levar por diante o pacote laboral - pacote laboral cuja aprovação não tem na mínima conta muitas centenas de posições de oposição de organizações de trabalhadores na consulta popular e que o Governo foi obrigado pelo Tribunal Constitucional, pacote laboral que a UGT aprovou confirmando uma vez mais o seu colaboracionismo com o Governo e o patronato, pacote que, se vier a ser aplicado colocará os trabalhadores à mercê das decisões arbitrárias do patronato.

No que respeita ao escandaloso processo de privatiza-



No concelho da Maia, muitas centenas de pessoas encheram o mercado-feira de Pedrouços onde o secretário-geral do PCP fez uma intervenção

ções, assistimos nas últimas semanas à aceleração do desmembramento e entrega ao desbarato ao grande capital privado de empresas do Estado, com a agravante de que tal processo já está a significar e significará a entrega efectiva a interesses estrangeiros de empresas e sectores de importância estratégica para o desenvolvimento nacional e para a independência do país.

No que respeita à governamentalização das instituições e ao afrontamento dos outros órgãos de soberania, a guerrilha política do Governo contra o Presidente da República atingiu nestes dias aspectos provocatórios não só em desprimorosas imposições de protocolo como na reacção insolente à mensagem do Presidente à Assembleia da República sobre a situação na RTP e na comunicação social em geral e na luz verde e protecção dada à inqualificável resposta de conhecidos e prepotentes chefes pededistas da RTP.

No que respeita à política externa e nomeadamente às obrigações militares de Portugal - assistimos a um novo passo no seguidismo, colagem e subalternidade, ao ouvirmos o Governo (pela boca do Ministro da Defesa e sem que sejam chamados a pronunciar-se os órgãos e instâncias que têm uma palavra a dizer e sem que o povo seja informado da gravidade de tal decisão) apoiar o recente projecto anunciado no Comité de Planos da NATO de criação de uma «Força Multinacional de reacção rápida» destinada a intervir fora da actual área de intervenção da NATO, o que significa o reforço de uma política de bloco, de intervenção e agressão que contraria e compromete os progressos do desanuviamento, da limitação de armamentos, da segurança e da cooperação.

Estes recentes e inquietantes desenvolvimentos da acção governativa ferem interesses vitais e comprometem o futuro do povo e do país, são factores de agravamento da situação nacional, são golpes fundos em elementos constitutivos do regime democrático e garantia da independência nacional.

Esta é a verdade. Mas o Governo, manipulando e instrumentalizando a RTP e grandes órgãos de comunicação social, entregando ilegalmente os mais importantes jornais do Estado a grupos económicos da clientela do PSD, fazendo uma colossal campanha de mistificação, procura não só impedir que essa verdade chegue à grande maioria do povo como apresenta como grandes realizações o que são os grandes males da sua política.

Por isso temos de travar uma grande acção de esclarecimento. Onde o Governo falta à verdade, temos de repô-la com firmeza e coragem.

Um discurso significativo

É significativo a este respeito o discurso pronunciado na passada 3ª feira na Assembleia da República pelo Primeiro-Ministro. Esse discurso é um novo testemunho não só de auto-satisfação e pendor autoritário, mas também de real habilidade (esta temos de reconhecê-la) para apresentar as situações e os factos precisamente ao contrário do que são.

Assim - primeiro exemplo - o Primeiro-Ministro referiu o que chamou «a permanente atenção ao valor da cooperação institucional entre a Assembleia da República e o Governo», quando o que o Governo fez foi a tentativa parcialmente bem sucedida de governamentalização da Assembleia da República através da governamentalização da maioria PSD - essa dócil maioria de 147 pupilos do sr.reitor a quem este puxou várias

vezes a orelhas para que nunca se esquecessem de que ali, na Assembleia são, não propriamente deputados membros de um órgão de soberania, mas representantes do Governo.

Assim - segundo exemplo - quando o Primeiro-Ministro afirmou que «o relacionamento entre o Parlamento e o Governo contribui para o reforço do regime democrático e o aperfeiçoamento das instituições» e «o melhor equilíbrio institucional», tem de reconhecer-se que foi precisamente o contrário que se passou, ou seja, que, com o uso e abuso da maioria conjuntural, com a governamentalização do poder político, com a governamentalização da Assembleia da República e a arrogante contestação das competências e intervenção do Presidente da República, a interdependência dos órgãos de soberania e as instituições democráticas sofreram profundas distorções de inquestionável significado antidemocrático.

Assim - terceiro, quarto, quinto, sexto e sétimo exemplos aos quais se poderiam juntar ainda outros - quando o Primeiro-Ministro gaba as privatizações, a entrega de terras aos latifundiários para as terras ficarem abandonadas, a reforma fiscal, a criação do Conselho Económico e Social e da Alta Autoridade para a Comunicação Social, bem pode dizer-se que as façanhas de que se gaba são verdadeiras malfetorias contra o regime democrático, contra o povo português e contra Portugal.

Deste discurso há que fixar uma expressão surpreendentemente significativa. Disse o Primeiro-Ministro que «agora temos» um «país recuperado». Bravo! senhor Primeiro-Ministro: Bravo!, porque esta expressão se aproxima quase da verdade.

Porque, se a política de direita não pode recuperar inteiramente o país velho de antes do 25 de Abril, está conseguindo recuperar (com um traço inevitável de adaptação ao fim do século) muitas das situações, dos valores, das soluções do antigamente.

Recuperar o domínio da economia nacional por grandes grupos capitalistas, entregando-lhes ao desbarato através das privatizações o Sector Empresarial do Estado entretanto indispensável para um real desenvolvimento e a independência nacional.

Recuperar a submissão dos trabalhadores à feroz exploração do capital com a liquidação de direitos e liberdades fundamentais.

Recuperar um aparelho do Estado e um vastíssimo aparelho burocrático cada vez mais tingido de cor laranja, filtrado por nomeações, promoções e despedimentos.

Recuperar um sistema de poder de tipo autoritário e ditatorial embora exercido neste fim do século sob a cobertura de uma intitulada democracia parlamentar.

O Governo e nomeadamente o Primeiro-Ministro procuram convencer o povo português de que este processo é irreversível. A opinião de alguns democratas assustadiços navega nas mesmas águas.

Nós temos opinião diferente. Se o povo quiser, se os democratas compreenderem na sua verdadeira dimensão o momento que vivemos, a direita pode ser derrotada e o processo de desfiguração e subversão do regime democrático será reversível através de uma alternativa democrática ao Governo actual.

Não somos daqueles que em Portugal e no mundo se assustam com as tempestades e cuidam que chegou a hora de um

A AVALIAÇÃO

dilúvio universal de revanche capitalista que afogue os direitos, a determinação e a esperança dos povos. Não, camaradas. Apesar de dificuldades, dos obstáculos, dos insucessos, da vaga de oportunismo, em Portugal e no mundo a luta continua.

O Governo, o PSD, a direita actuam para recuperar (eles o dizem) situações, soluções e valores do passado anti-democrático. Nós continuamos e continuaremos, ao mesmo tempo a lutar por objectivos definidos com criatividade em resposta aos novos fenómenos e às novas situações deste findar do século, continuamos e continuaremos a lutar para recuperar muitas das soluções e valores democráticos do 25 de Abril que a direita no poder está procurando destruir.

E se falamos em recuperar, aqui quero confirmar (referindo apenas acontecimentos mais recentes) que, se entrar em vigor o *pacote laboral* uma das primeiras iniciativas dos deputados comunistas que forem eleitos em 6 de Outubro será requerer a sua revogação; se até lá o Governo não corrigir a situação escandalosa na RTP conforme com as reclamações ultimamente apresentadas, uma das primeiras iniciativas dos deputados comunistas será exigir o restabelecimento na RTP do respeito pela legalidade democrática e do efectivo pluralismo; se o Governo continuar a encobrir os casos clamorosos de corrupção ao mais elevado nível do Estado, também se requererá a abertura ou reabertura de inquéritos que finalmente apurem as responsabilidades.

A luta continua, camaradas. E é necessário continuá-la com determinação, coragem e confiança.

A alternativa democrática é necessária e é possível

Cada vez mais vastos sectores da opinião pública tomam consciência de que este Governo não serve, de que esta política não serve, de que é necessário afastar o PSD do Governo.

Não basta porém que exista a consciência de que é necessário pôr termo ao Governo do PSD, de que é necessária uma alternativa democrática. Para alcançar uma alternativa democrática é condição existir a consciência e a convicção de que a alternativa democrática é não só necessária, mas possível.

O Governo e o PSD têm o poder, têm dinheiro, têm o aparelho do Estado, têm a RTP e muitos dos principais órgãos de informação e estão já utilizando esses poderosos meios para desenvolver uma gigantesca campanha eleitoralista em que as mentiras mais grosseiras, as falsidades mais primárias, as promessas mais insinceras fazem parte do arsenal propagandístico que tem como objectivo central enganar o povo e ganhar votos.

O PSD está jogando tudo por tudo para ganhar as eleições de Outubro e se manter no Governo. É forçoso que as forças democráticas façam uma avaliação realista da grandeza da tarefa que têm por diante, mobilizem as suas forças e energias, combatam a política do Governo com firmeza, convicção e coerência, e levem até ao povo português propostas fundamentadas para a solução dos seus problemas.

A insistência do PS nos objectivos completamente irrealistas da maioria absoluta, na bipolarização, na alternância, na hegemonização da esquerda, assim como graves hesitações de carácter político que continuam a manifestar-se no PS aproximando as suas posições das posições do PSD (acerca do *pacote laboral*, acerca do processo de privatizações e noutras matérias) são susceptíveis de contrariar uma indispensável dinâmica de vitória democrática, inseparável da ideia assumida da necessidade da convergência das forças democráticas, nomeadamente do PS e PCP.

Esta situação confere importância determinante à CDU nas próximas eleições para a Assembleia da República.

A CDU é um projecto unitário aberto a um maior alargamento.

Afirma-se não apenas pelas palavras mas pelos actos em oposição firme e convicta à política de direita e em defesa constante e infatigável dos interesses dos trabalhadores, das massas populares, do povo, da democracia e suas conquistas e valores, do país e sua independência e soberania.

Apresenta-se ante o povo português com propostas fundamentadas, válidas e credíveis para a solução dos grandes problemas nacionais - um projecto de democracia em que são inseparáveis as vertentes económica, social, política e cultural. Revela-se como a defensora infatigável da convergência democrática. E tem, a par do Partido Ecologista Os Verdes, da Intervenção Democrática, dos democratas independentes e da participação e apoio da UDP, o PCP, partido que a realidade portuguesa mostra ser o grande e principal obstáculo político ao Governo do PSD, o portador coerente de um projecto para Portugal melhor, a força motora da luta contra o Governo de direita, pela convergência democrática, por uma alternativa.

Por todas as razões a concretização de uma alternativa democrática à política de direita depende directamente do êxito político e eleitoral da CDU, da força da representação na Assembleia da República que o PCP e outros democratas da CDU alcancem nas eleições de 6 de Outubro.

O voto na CDU é o único voto certo para uma alternativa. Se no campo democrático se fala em voto útil o voto útil nas próximas eleições será o voto na CDU.

(...)

Festa da Alegria

Espaço de convívio e diversão

Este ano a Festa vai franquear as suas portas no domingo de manhã

Acontecimento político-cultural de grande relevo, a XII Festa da Alegria abrirá as suas portas no próximo dia 5 de Julho e prolongando-se por três dias.

Passados 13 anos da sua primeira edição, em 1978, a Festa terá este ano como conteúdo político o 70º aniversário do Partido e as eleições legislativas, onde se procurará esclarecer os visitantes sobre os objectivos eleitorais do PCP, a importância do reforço da CDU e de um forte grupo parlamentar comunista na Assembleia da República. Ponto alto desta iniciativa, será certamente o momento do início de domingo que contará com a participação do secretário-geral adjunto Carlos Carvalhas.

A festa abre pelas 19 horas de sexta-feira, dia 5, com os Zés Pereiras de Barcelinhos percorrendo as principais artérias da cidade e uma salva de morteiros anunciará o início do maior acontecimento político-cultural do norte do País. Grande surpresa este ano, as portas serão franqueadas na manhã de domingo às 10 horas, só voltando a ser exigido o respectivo bilhete a partir das 19 horas.



A Festa da Alegria vai abrir este ano com os Zés Pereiras de Barcelinhos que percorrerão a cidade de Braga

Entre os convidados, destacam-se o escritor José Saramago, que participará num colóquio sobre a sua obra, e Teresa Vilaverde Cabral que falará sobre os caminhos da sétima arte em Portugal.

Quanto ao programa musical, estão neste momento asseguradas as presenças de artistas como Sérgio Godinho, dos grupos de música popular tradicional «Vai de Roda», «Raízes» e «Cantares da Terra» e ainda as bandas portuguesas de rock «Os Delfins» e «Bramassagi». O som africano estará bem representado com o grupo «Is-

sabary» e da América Latina chega-nos o cantor chileno de Julian del Valle.

Os três palcos que vão funcionar na Festa acolhem igualmente grupos folclóricos, nomeadamente os ranchos de S. Torcato, de Cantelões, de Sta. Maria de Ferreiros e outros.

Num auditório, montado sob uma tenda gigante, decorrerá debates e colóquios e serão exibidos filmes de animação infantis, documentários, clips musicais, etc. A organização garante ainda a realização da Feira de Velharias e do Mercado do

Livro e do Disco, que tiveram grande aceitação por parte do público nas duas edições anteriores.

Como não podia deixar de ser, o artesanato e a gastronomia constituem uma vez mais ponto forte desta iniciativa, que reúne peças e paladares de todos os distritos do continente. A novidade deste ano são os divertimentos mecânicos, bem como se anunciaram profundas alterações na decoração e organização de espaços. O preço do ingresso na Festa é de mil escudos para os três dias ou de 850 escudos para um só dia.

PCP apoia concentração em defesa da liberdade de informação

1 O PCP declara publicamente o seu apoio à iniciativa de um grupo de destacadas personalidades da vida cultural do País de promover hoje, quinta-feira, às 19H, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, uma concentração de cidadãos em defesa da liberdade de informação e de pluralismo, contra a manipulação, a governamentalização e a instrumentalização dos meios de comunicação social do Estado e designadamente da RTP.

2 Trata-se de uma iniciativa justa e oportuna que, expressando, interpretando e solidarizando-se com preocupações e reclamações de amplos sectores sociais e políticos e com um forte movimento de opinião democrática, assume no momento actual um valioso significado cívico e oferece a possibilidade da necessária afirmação de uma forte vontade de luta contra orientações e comportamentos governamentais frontalmente ofensivos da liberdade de informação e do pluralismo e gravemente lesivos das condições de democraticidade do próximo acto eleitoral.

3 O PCP sublinha que, sob pena de afectação do prestígio das instituições democráticas e do reforço da arrogância e da prepotência governamentais, é essencial que não fiquem impunes quer os termos insolentes com que responderam à mensagem presidencial os directores dos dois canais da RTP (nomeados por

um Conselho de Administração nomeado pelo Governo de Cavaco Silva), quer a manobra inexcusavelmente hipócrita lançada pelo Governo de se fingir inocente, não responsável e mesmo alheio às situações e problemas justamente evocados pelo Presidente da República.

Nestas condições, o PCP considera ser indispensável que as forças políticas e sociais e todos os cidadãos vinculados aos ideais democráticos confrontem o governo PSD/Cavaco Silva com as suas pesadas e indiscutíveis responsabilidades e o forcem a recuar no controlo sectário e nas práticas de manipulação dos principais meios de comunicação social.

4 A Comissão Política do PCP apela por isso aos militantes e simpatizantes do Partido, aos democratas, a quantos no dia-a-dia amargamente sofrem e justamente se indignam com as agressões da propaganda e manipulação governamental e com as discriminações e silenciamentos em relação às suas lutas, problemas e aspirações, para que, participando na concentração da próxima 5ª feira, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, dêem uma importante contribuição para a defesa da liberdade de informação e do pluralismo e testemunhem uma forte afirmação de protesto e de luta contra as mentiras, a arrogância e a intolerância do governo PSD.

CAMARADAS FALECIDOS

ANTÓNIO SOEIRO

Faleceu recentemente António Petinga Soeiro, quando contava 51 anos de idade. Militava na Freguesia do Lavradio, no Barreiro, tendo entrado para o Partido antes do 25 de Abril. Regressado da Alemanha, para onde emigrou, participou activamente na célula da Setenave, onde granjeou o apreço e o respeito de todos os trabalhadores.

JOAQUIM GONÇALVES

Faleceu, aos 77 anos, no passado dia 13 do corrente mês; Joaquim Francisco Gonçalves, conhecido no Pinhal Novo

como Alfaiate Gonçalves, local onde residia há mais de 30 anos. Era militante do PCP há mais de 50 anos e fez parte da primeira Comissão de Freguesia do Pinhal Novo.

TERESA VIEIRA

Faleceu aos 58 anos, Maria Teresa Valente Vieira, militante activa da Organização de Freguesia de Canidelo, em Vila Nova de Gaia.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

3.ª Assembleia da OR de Viseu

Viver melhor e com mais justiça

Com a participação de Carlos Carvalhas, os comunistas de Viseu realizaram no passado domingo a sua 3ª assembleia de organização

A III Assembleia de Organização Re-regional de Viseu, realizada no passado domingo, no salão da Assembleia Municipal (Solar dos Peixotos), daquela cidade reuniu cerca de uma centena de delegados de todo o distrito.

Os presentes analisaram os principais problemas existentes na região, nomeadamente a nível da agricultura, a situação laboral, as autarquias e a regionalização, o desenvolvimento integrado e harmonioso, as questões ligadas à juventude e aspectos da comunicação regional.

O debate decorreu de forma viva, registando-se mais de duas dezenas de intervenções, que se debruçaram sobre o estado da organização do Partido e as tarefas que se lhe colocam no actual momento.

Entre os documentos aprovados, é de destacar a Resolução Política e a uma Proclamação. Foi eleita a Direcção Regional de Viseu, que é composta por trinta e sete elementos.

A encerrar os trabalhos usou da palavra o secretário-



geral-Adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, que abordou a situação política, referindo a dado passo que «o reforço do PCP é fundamental para que a alternância se possa transformar numa verdadeira alternativa. Não é obrigatório que o partido mais votado seja chamado a formar Governo, a não ser que consiga a maioria absoluta». Seguidamente Carvalhas afirmou que «o PSD procura inculcar na opinião pública que já ganhou as

eleições, o que é falso». Por outro lado, continuou, o Partido Socialista à saída das presidenciais lançou logo cartazes onde se lia «Agora Nós», pretendendo ganhar a opinião pública para ideias que não são mais que a sua vontade. Enquanto isto, «o PSD aplica multas aos seus deputados» e insiste noutra linha da sua propaganda de que o País se desenvolveu. Porém o que é certo é que «nos últimos cinco anos o

crescimento de Portugal foi inferior ao de Espanha e acentuaram-se as desigualdades».

No discurso que proferiu, de que publicamos excertos, Carlos Carvalhas salientou ainda a importância da 3ª Assembleia Regional de Viseu e das propostas aprovadas com vista a uma melhor e mais eficaz intervenção do Partido a nível do Distrito de Viseu.

CULTURA NÃO SE AVALIA COM CRUZINHAS

«Não é uma prova às cruzinhas que permite avaliar a cultura geral e a maturidade intelectual dos estudantes», refere um comunicado da Organização do Ensino Secundário da JCP a propósito das notas da PGA tornadas públicas a semana passada. O texto considera que «ao fim de três anos de aplicação, este sistema de acesso ao ensino superior, apesar das alterações introduzidas, não conseguiu cumprir os objectivos a que se tinha proposto». Por outro lado, a JCP acusa o Governo de continuar a não mostrar capacidade para resolver o problema de fundo - o *numerus clausus* - ao mesmo tempo que dá um enorme incentivo ao ensino superior privado, que só alguns podem frequentar. A nota divulgada anuncia ainda que a JCP e o PCP vão apresentar na AR, na presente legislatura, um projecto de lei sobre o Acesso ao Ensino Superior, que visa «acabar com o *numerus clausus* e permitir um acesso mais justo para todos».

PCP E UDP DEBATEM ACORDO NOS AÇORES

Delegações da DORAA do PCP e do Conselho Regional da UDP nos Açores, reuniram na passada semana para discutir a celebração de um acordo eleitoral para as eleições legislativas regionais no próximo ano, e congratularam-se com os avanços conseguidos, reafirmando a sua predisposição para alcançarem o sucesso nas negociações em curso. As duas delegações consideraram, porém, que há ainda necessidade de aprofundar os pontos de vista, de forma a que o acordo definitivo seja consistente e contribua efectivamente para a formação de um pólo democrático que permita a «derrota da governamentalização da vida política nacional e regional e para constituição de uma alternativa que combata o agravamento das desigualdades e injustiças e favoreça a participação dos cidadãos na vida política». Por fim, foi acordado um calendário para o desenvolvimento das negociações do acordo eleitoral entre os dois partidos.

SEMANA CDU EM CAMPANHÃ

Com a realização do Encontro da CDU na Freguesia de Campanhã, teve início na passada sexta-feira a Semana CDU naquela que é a mais populosa freguesia da cidade do Porto. Eram objectivos da iniciativa discutir e alertar para os principais problemas com que se debate a freguesia bem como anunciar o conjunto de acções que decorrerão até ao próximo dia 22 do corrente, culminando com um almoço-convívio e um encontro com a comunicação social, em data ainda por definir. Inserido no programa, os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos, nomeadamente na Câmara e na Assembleia de Freguesia e Junta de Campanhã, visitaram vários locais como o Bairro da Mitra, barracos do Lagarteiro, os rios Tinto e Torto, instalações desportivas do Bairro do Cerco do Porto. Durante esta semana, têm sido efectuadas várias reuniões com associações culturais, recreativas e desportivas, de moradores e outras instituições da Freguesia de Campanhã. Esta série de encontros CDU visa igualmente realizar uma interrelação na Assembleia da Muni-

cipal do Porto sobre as questões que mais preocupam as populações.

MIL POSTOS DE TRABALHO A MENOS?

Cerca de mil trabalhadores das autarquias da Região Autónoma da Madeira vêem os seus postos de trabalho ameaçados devido a uma lei, que segundo a DORAM do PCP «é da responsabilidade do PSD». No entanto, de forma subtil, o PSD pretende rejeitar a sua paternidade, «passando o odioso da questão para o Tribunal de Contas, cuja única competência é fiscalizar o seu cumprimento». A comissão executiva da DORAM alerta os trabalhadores do poder local para que, em conjunto com a sua organização de classe, «reivindiquem que as administrações das Câmaras Municipais preencham por completo os quadros de pessoal, para diminuir o montante gasto com pessoal contratado. Por outro lado, o PCP recorda que na legislatura de 80 - 84 apresentou na Assembleia Legislativa Regional uma proposta para a criação de uma empresa pública de prestação de serviços nas áreas da salubridade e saneamento básico, que viria a ser recusada pelo PSD. É pois «com alguma curiosidade que agora o sr. presidente da CM do Funchal encare esta hipótese como resolução do problema dos serviços e garantia dos postos de trabalho».

CONVÍVIO DEBATE E MÚSICA

Alegria, convívio, debate e música foram os aspectos mais salientes no Encontro Distrital de Leiria da Juventude CDU, realizado no passado dia 15 de Junho em Peniche. O tema central do debate foram as eleições legislativas e as propostas dos comunistas e contou com a participação dos candidatos João Luís Gabriel, cabeça de lista, Aleixo Brás e dos candidatos jovens, Jorge Amador e Eduardo Lino. Os presentes sublinharam o importante papel que a Juventude CDU desempenha no quadro da Coligação e a necessidade do envolvimento dos jovens na campanha eleitoral. No âmbito desta iniciativa foi distribuído um folheto de apresentação dos candidatos e um compromisso à juventude do distrito.

Carvalhas em Viseu

O País «laranja» omite que continuamos na cauda da Europa

O crescimento económico que se verifica no país embora inferior ao da vizinha Espanha, agravando o nosso distanciamento, deve-se no fundamental aos portugueses, ao seu trabalho e ao seu labor e a uma conjuntura externa muito favorável. Mas os frutos desse crescimento têm revertido, na parte de leão, para as actividades especulativas e para uma diminuta parcela da população sem que se tenham verificado melhorias na nossa especialização produtiva, no nosso padrão de exportações, no equilíbrio regional e na defesa e promoção do património ambiental.

Nas suas digressões pelo país como Primeiro-Ministro, mas na realidade como líder do PSD em pré-campanha eleitoral, Cavaco Silva conta e reconta a história de «Alice no país das maravilhas», pintando de cor-de-rosa a sociedade dos dois terços (dois terços trabalham com salários abaixo dos ganhos da produtividade, assegurando com o seu trabalho a acumulação de fortunas a algumas poucas famílias... e um rendimento garantido ao terceiro

terço da sociedade) sem nunca explicar por que é que nestes últimos cinco anos nos distanciamos quer em termos de crescimento, quer em termos de investimento da nossa vizinha Espanha, omitindo que continuamos na cauda da Europa na captação de frigoríficos, máquinas de lavar roupa e louça, telefones, viaturas, etc.

O país não vive do marketing político, da política-espectáculo, das obras que se acabam à pressa com elevados acréscimos de custos só porque vamos entrar em período eleitoral. O país precisa de uma política séria e continuada. Aproxima-se o Verão e esta região de belas florestas e cursos de água vai estar de novo confrontada com velhos problemas e flagelos.

Apresentamos um projecto de ordenamento florestal e medidas de emergência para a defesa da floresta. O PSD, teimoso e sectariamente, rejeitou-os. Insistimos nas alterações à legislação sobre o impacto ambiental e sobre a lei da água, o ministro do Ambiente concorda, mas o resultado é nada.

Chegamos ao fim da V Legislatura sem que a Assembleia da República tenha aprovado, após quatro anos, uma única lei sobre o ambiente! Os resultados estão à vista em todas as áreas.

Bastaram uns dias de calor intenso nos fins de Maio para voltarem os fogos, nomeadamente nesta zona Centro. Mas o PSD e o Primeiro-Ministro mantêm-se autistas e muito atarefados na autoglorificação das políticas do governo.

O Inspector Regional de incêndios da zona Centro, ainda há poucos dias alertava para o facto de o Verão de 1991 poder deixar marcas ainda mais graves e devastadoras na floresta portuguesa do que no ano passado, em que o fogo consumiu 127 mil hectares. É um enorme prejuízo. Técnicos florestais e bombeiros apontam medidas relativas à prevenção, à vigilância, ao combate à especulação, à limpeza de matas e à florestação e repovoamento com espécies adequadas. O Governo responde com mais alguns meios de combate sem ir ao fundo dos problemas e teimosamente mantém-se na

sua política.

O país não está condenado a ser todos os anos pasto de chamas, com a destruição de vidas e haveres em benefício de alguns especuladores. Uma coisa é um fogo em tal ou tal mata, sempre difícil de evitar, outra é a catástrofe que se tem verificado. O estado de degradação e abandono a que chegaram, por exemplo, áreas protegidas, com destaque para o Parque Natural da Serra da Estrela e do Parque Nacional da Peneda-Gerês é da inteira responsabilidade do Governo. Na área protegida da serra de Sintra, este ano já arderam quase tantos hectares como no ano passado.

No último ano a banca mais que duplicou os seus lucros. A política financeira do Governo tem penalizado as actividades produtivas em benefício das actividades especulativas. Muitas empresas com boa situação económica encontram-se numa grave situação financeira. É necessário reduzir as taxas de juro e relançar a actividade produtiva e o investimento face ao Mercado Único e à União Económica e Monetária.

TRABALHADORES

Federação da Função Pública mantém greve nacional

Funcionários públicos acusam Cavaco Silva de querer comprar-lhes os votos com o dinheiro que lhes deve.

Em declarações públicas sexta-feira passada, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) mantinha «a convocação das greves previstas», em particular a greve nacional marcada para 19 do corrente.

O STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local) fazia notar entretanto que a redução para as 40 horas semanais de trabalho, quanto aos operários da Função Pública, já tinha sido obtida.

O STAL sublinha: «Os trabalhadores da Administração Local, através única e exclusivamente da sua luta, conseguiram alcançar — na prática — as 40 horas semanais como horário máximo desde 1989. Estávamos pois numa situação de facto que o governo se limitou a consagrar na Lei».

A FNSFP tomou sobre este assunto posição idêntica, acrescentando:

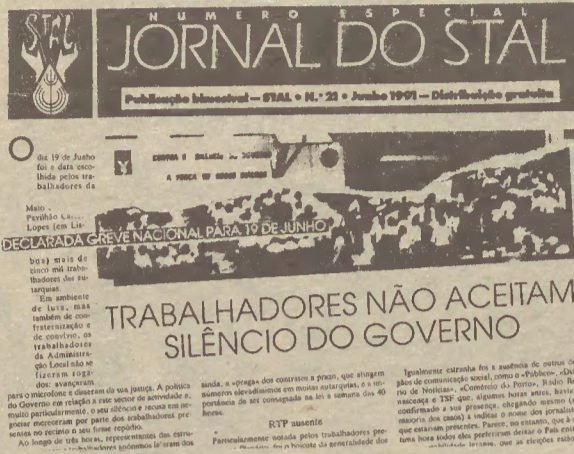
«Trata-se de uma medida

importante e que deveria ter sido decidida para todos os trabalhadores portugueses, os quais ainda recentemente fizeram sob a égide da CGTP-IN uma semana de luta com esse objectivo».

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores afirmava por sua vez, de acordo com a Federação, que as 40 horas «legais» foram decididas pelo Conselho de Ministros «na véspera de uma semana de greves marcadas para 17, 18, 19, 20 e 21 de Junho». Essa redução era aguardada — recorda a FNSFP — desde Dezembro de 1990, altura em que o Governo se comprometeu a legislar nesse sentido.

Entretanto, a Segurança Social cumpria um dia de greve em 14 do corrente.

Segunda-feira passada, em conferência de Imprensa, o STFPSPA distribuiu em Lisboa uma extensa lista de «agravos» e reivindicações por satisfazer. Quanto à po-



sição do Governo, que «impôs dois pesos e duas medidas para o descongelamento de escalões, a uns contando o tempo de carreira e a outros apenas o de categoria», o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores acrescenta:

«Não contente com isso, atrasou o primeiro descongelamento em seis meses (de Julho para Dezembro/90) e o segundo, o de Janeiro/91, só foi publicado

a semana passada e irá começar a ser pago nestes meses pré-eleitorais. Com isto tudo está a poupar (o Governo) milhões de contos à nossa custa, sem se dispor a pagar juros, e procurando comprar o voto dos TFP com o seu próprio dinheiro».

O STFPSPA acrescentou fortes críticas à UGT que «nestes quatro anos tem sido o pára-choques do Governo», afirmou.

Níveis intoleráveis no desemprego juvenil

A Interjovem, baseando-se em dados do Instituto Nacional de Estatística, salientou em 11 do corrente que em cada mil desempregados 586 são jovens.

A organização considera que o desemprego juvenil se mantém em níveis intoleráveis.

De acordo com os elementos do INE referentes ao último trimestre, de 1990, só 28,5 por cento das novas admissões dependem de contratos permanentes.

Num estudo da Interjovem referido pela Lusa, afirma-se que o desemprego juvenil atingiu o ano passado 11,6 por cento dos jovens do sexo masculino integrados na população activa e 15,5 por cento das jovens mulheres.

A coordenadora da Interjovem, Maria da Luz Nogueira, disse àquela agência de notícias que, agravando ainda mais este estado de coisas, nem todos os jovens desempregados

são abrangidos pela protecção social.

«Apenas 8300 dos 150 000 jovens desempregados recebem subsídio de desemprego, ou seja — acrescentou —, 94 por cento dos desempregados não são abrangidos pela protecção social.»

O estudo da Interjovem acentua ainda que o regime de «recibo verde» é prática corrente na Administração Pública (central, regional e local), abrangendo milhares

de jovens sem qualquer vínculo dependente de um contrato.

No entender de Maria da Luz Nogueira, o crescimento económico, «de que o Governo tanto fala», não se tem reflectido na qualidade do emprego.

No que respeita à quantidade já se viu pela percentagem mencionada.

Flagrante é também, para aquela dirigente sindical, a instabilidade dos vínculos laborais.

«Anexação de Timor» Protestos na OIT

Os representantes de Jacarta na 78.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, abandonaram os trabalhos sexta-feira passada, quando o coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, mencionou no seu discurso a «anexação de Timor-Leste pela Indonésia».

Os representantes indonésios apresentaram um protesto na mesa dos trabalhos. Dirigindo-se ao presidente da sessão — um membro da delegação de Jacarta — Carvalho da Silva afirmou:

«A sua designação como presidente desta Conferência é entendida por nós como um apelo e uma ex-

pectativa de que as posições assumidas pelas Nações Unidas relativamente a esta questão (anexação de Timor), assim como os direitos humanos do povo timorense, sejam respeitados pelo governo do seu país no futuro imediato».

Segundo a agência Lusa (telegrama de 14 do corrente), «os protestos dos representantes portugueses na Conferência da OIT compreenderam também a recusa do ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, de ler o discurso que havia preparado».

Ainda de acordo com o telex daquela agência de notícias, «o facto pretendeu

ser uma forma de protesto do Governo português perante a nomeação de um representante indonésio para presidir aos trabalhos».

Aliás, a delegação portuguesa abandonou a sala quando soube da nomeação do representante indonésio para presidente da Mesa. A escolha foi feita apenas pelos representantes da Ásia.

A comunicação de Silva Peneda acabou por ser lida pelo director-geral das Relações de Trabalho, organismo dependente do Ministério do Emprego e Segurança Social.

Enquanto que o texto de Silva Peneda destacava o

«esforço» que Portugal tem feito ultimamente por fixar «compromissos» com os parceiros sociais, Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, manifestava «preocupação» com o incremento do trabalho precário e com o crescimento que registou nos últimos anos.

Para o coordenador da CGTP-IN, «seria desejável que a OIT tivesse em conta as necessidades específicas de protecção destes trabalhadores» com vínculo precário e sem quaisquer garantias de ordem social, sobretudo no que respeita à protecção devida em caso de doença e às outras prestações no âmbito da Segurança Social.

Privatizações no debate eleitoral

Comissões de trabalhadores de empresas do SEE vão empenhar-se em acções que levem a política de privatizações para a pré-campanha e a campanha eleitorais

Num encontro promovido na semana passada pela CT da EDP — que reuniu 40 representantes de estruturas de trabalhadores de 14 empresas públicas (com esse estatuto ou o de sociedades anónimas), privatizadas ou em vias de privatização, bem como de duas comissões coordenadoras de CT's — verificou-se que as privatizações, independentemente da forma que assumem, põem em causa os direitos dos trabalhadores e a independência nacional e não melhoram a qualidade do serviço prestado aos utentes.

A luta das comissões de trabalhadores contra tal orientação — de acordo com as conclusões provisórias apuradas no final da iniciativa, que decorreu durante a tarde de 12 de Junho num hotel de Lisboa — deve manter-se e ser reforçada, tanto nos contactos institucionais, como em formas de luta a definir pelos trabalhadores, como na informação à população. Classificando-se as privatizações como uma opção política, deste Governo, as CT's vão desenvolver acções tendo em vista as próximas eleições legislativas.

Para o encontro foram também convidados representantes dos grupos parlamentares da AR, mas a sua presença foi impedida por o PSD ter mudado para a tarde a votação da autorização legislativa sobre o pacote laboral, inicialmente marcada para as 10 horas.

Logo na intervenção de abertura, proposta pela CT da EDP como ponto de partida para a discussão, recordava-se que, «se é verdade que a última revisão da Constituição abriu as portas às privatizações, não as

consagrou como objectivo económico», aquilo em que o Governo do PSD as transformou e para o que recebeu um «poder quase ilimitado» após a aprovação da respectiva lei-quadro.

Embora a Constituição não tenha sido alterada no que se refere aos direitos dos trabalhadores, as privatizações estão associadas a uma ofensiva contra estes, a qual tem como traços — apontados na intervenção inicial e associados ao pacote laboral — a redução do emprego, a ameaça de despedimento, a tentativa de impor a polivalência e de pôr em causa os direitos fixados na contratação colectiva e noutros instrumentos que regulam as relações laborais.

As CT's do sector empresarial do Estado — que têm realizado outros encontros deste género para troca de experiências e coordenação da luta de trabalhadores com muitos problemas comuns — voltaram a defender que é fundamental proceder à reestruturação do SEE, e não à sua liquidação, de forma a criar condições para a existência de empresas públicas fortes e dinâmicas, que contribuam para o desenvolvimento do País ao serviço das populações e dos trabalhadores.

No encontro, em mais de uma dezena de intervenções, foram denunciadas diferentes experiências da ofensiva contra as empresas do SEE — da banca aos transportes, da Indep à Sorefame, à Setenave, à Quimigal e à EDP. Foram também sugeridas diversas acções para prosseguir o combate das CT's, em coordenação com outras estruturas, nomeadamente do movimento sindical.

Ensino superior Professores reescalados

Embora com um atraso pouco inferior a um ano, concluiu-se em 11 do corrente o processo de reescalamento dos docentes do ensino superior.

Segundo a FENPROF, as negociações desenvolveram-se «de forma muito irregular e fora das normas mínimas estabelecidas por lei para a negociação na Função Pública».

Acrescenta a mesma Federação sindical que «o atraso verificado na aprovação dos diplomas» — conforme fez questão de referir

oralmente no Ministério e de deixar lavrado em acta — «não foi de modo nenhum compensado», pelo menos através do «pagamento de juros de mora».

Num comunicado de 12 do corrente, a FENPROF sublinha, entre outros pontos, «que embora não tenha ficado garantida a inclusão dos investigadores no diploma legal referente ao ensino superior», ficou assente que também essa categoria profissional será «objecto de descongelamento com efeitos desde Julho de 1990».

Pacote Laboral

Contestação não vai parar!

● PCP anunciou já que vai propor revogação na próxima Legislatura

Quarenta horas já o eram antes de o Governo dizer que sim — lembra o STAL referindo-se aos operários da Função Pública.

O Grupo Parlamentar do PCP irá propor na próxima Legislatura a revogação do «pacote laboral». O compromisso, assumido na passada semana em nome da sua bancada pelo deputado Jerónimo de Sousa, após aprovação do diploma, expressa bem o inconformismo dos comunistas e a sua determinação em prosseguir a luta contra uma lei que é interpretada como visando aumentar a exploração dos trabalhadores, liquidando para o efeito direitos adquiridos, em ordem a «recuperar as parcelas do domínio perdido e reconstituir o privilégio».

Em causa está, designadamente, a alteração do regime jurídico de trabalho de menores, das férias, das comissões de serviço, do período experimental e da cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador, aspectos que constam da proposta de autorização legislativa gover-

amental que o Governo em Fevereiro último submeteu à Assembleia da República.

Fortemente contestada pelos partidos da oposição, em particular pelo PCP, e bem assim pelas organizações de trabalhadores, este diploma, recorde-se, suscitou do Tribunal Constitucional um acórdão no qual se considerava que não tinham sido preenchidos os requisitos constitucionais de consulta prévia dos órgãos representativos dos trabalhadores, facto que levaria o Presidente da República a vetar o diploma e a enviá-lo à Assembleia da República.

Em sentido idêntico ao que já se verificara anteriormente, as críticas ao diploma voltaram a ser a nota dominante no debate, acompanhado das galerias por centenas de sindicalistas.

Críticas que já no decorrer da consulta pública

foram subscritas por 329 organizações de um total de 330, desde a CGTP ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, abrangendo 15 Uniões Sindicais, 14 Federações, 98 sindicatos, cerca de 200 comissões sindicais e de trabalhadores, todas elas pronunciando-se frontalmente contra o diploma do Governo, a exemplo aliás dos mais de mil pareceres resultantes de plenários de empresa, reuniões e debates.

Vale tudo para liquidar a Reforma Agrária

Na mesma sessão plenária um outro diploma foi igualmente aprovado pela maioria PSD, cujo conteúdo não pode ser dissociado do seu objectivo estratégico de liquidar algumas das mais importantes transformações democráticas do 25 de Abril.

Trata-se de uma proposta que visa a entrega de terras

expropriadas ou nacionalizadas e que foi justificada pelo secretário de Estado, Luís Capoulas, com base no argumento de que o Estado «não tem vocação para a agricultura nem para senhorio».

Contudente nas suas críticas, Lino de Carvalho, em nome da bancada do PCP, acusou o Governo de querer «liquidar a reforma agrária», usando todos os meios possíveis, incluindo «ilegalidades, compadrios, demagogia e abuso da boa fé de centenas de agricultores».

Fundamentando melhor a sua afirmação, o deputado do PCP lembrou que o valor global da terra em jogo ascende a 15 milhões de contos, questionando a propósito: «Quem é o agricultor que tem 200 a 400 hectares para pagar por hectare de sequeiro, ou 700 a 800 por hectare de regadio?»

Contra a liquidação de direitos

Uma luta que é de todos

Face à gravidade das disposições contidas no Pacote Laboral aprovado pela maioria PSD, as organizações representativas dos trabalhadores, com destaque para o movimento sindical unitário, fizeram já saber que não estão dispostas a cruzar os braços, reafirmando a sua disposição de continuar com firmeza a luta contra uma lei que lesa direitos fundamentais de quem trabalha, incluindo quadros técnicos e superiores, os jovens e trabalhadores de mais idade.

Outra coisa não seria de esperar quando o que está em causa, como lembrou no debate o deputado Jerónimo de Sousa, é a liberalização dos despedimentos por razões tecnológicas ou falta de confiança patronal, a imposição de horários semanais de trabalho de 50 horas (sem incluir as horas extraordinárias), a criação de uma «nova e mais barata forma de precarização» através do alargamento do período experimental ou ainda o enfraquecimento do irrenunciável direito a férias.

Sumariados por Jerónimo de Sousa, vejamos no concreto alguns exemplos elucidativos do carácter nefasto da proposta de lei:

Trabalho de menores — O aspecto mais saliente e merecedor de crítica é o facto de a proposta ser permissiva à admissão de menores com menos de 15 anos que conduzirá a abusos patronais.

Regime de férias — A proposta visa enfraquecer a garantia do gozo efectivo das férias. De facto, ao condicionar o direito às primeiras férias e o gozo das férias que se seguem

ao termo de um impedimento prolongado da prestação de trabalho, ao facilitar o encerramento da empresa com dispensa de autorização do Ministério do Emprego, ao permitir-se que o gozo de férias seja unilateralmente antecipado nos casos da rescisão de trabalho, ao propor que se renuncie em parte ao direito irrenunciável a férias, o regime proposto visa condicionar e inutilizar um importante direito conquistado há mais de 20 anos.

Comissões de serviço — Envolvendo um numeroso conjunto de cargos e funções a proposta de regime das comissões de serviço sofre de inconstitucionalidade já que prevê, no caso da cessação da comissão de serviço, uma ligação automática com a extinção do contrato. Admitir tal princípio seria permitir que as partes acordassem na faculdade da entidade patronal poder, a todo o tempo, despedir sem justa causa o trabalhador. A subjectividade do princípio da «confiança, elevada dedicação, lealdade e competência» levaria inevitavelmente a despedimentos abusivos.

Período experimental — A proposta é não só excessiva como socialmente insustentável. Primeiro, porque aumenta o período experimental em 150%, 300% e 400%. Isto apesar de há menos de 2 anos ter sido alargado de 15 para 60 dias.

Segundo, porque cria a aberração de distinguir os períodos de experiência em função da dimensão da empresa. É absurdo que nas empresas com menos de 21 trabalhadores os empresários e os responsáveis da empresa necessitem de mais tempo para

verificar as capacidades do trabalhador.

É uma evidência que o objectivo central é o de, nalguns sectores, substituir para pior o contrato a prazo pelo regime experimental.

Redução e adaptação do tempo de trabalho — Constitui esta proposta um dos aspectos mais inaceitáveis do Pacote Laboral. Ao prever a possibilidade de, por convenção colectiva, a duração do trabalho atingir 10 horas por dia e 50 horas semanais, mais as horas extraordinárias a que o trabalhador não se poderá eximir, nos casos de força maior, isto implica o retrocesso de decénios, a nível social.

Acresce que o dia de descanso complementar pode passar a ser flexibilizado sempre em conformidade com os interesses da entidade patronal.

No regime de turnos, propõe-se em certas situações que os trabalhadores laborem 12 dias consecutivos e na generalidade deste regime não se respeita o princípio de um dia de descanso por cada 6 dias consecutivos.

Permitindo ao patronato a organização dos tempos de trabalho, aumentando a penosidade do trabalho, o Governo visa desarticular a vida pessoal, profissional e familiar do trabalhador.

Cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador — Esta proposta, articulada com o regime das pré-reformas e das comissões de serviço, constitui um atentado à segurança no emprego e visa reforçar o poder do patronato.

A estratégia da aranha

A avaliação da acção governativa e o estado em que se encontra a democracia voltou a estabelecer uma clara fronteira entre a maioria PSD e os partidos da oposição, com a primeira a falar de «sucesso» e os segundos, designadamente PCP e PS, a alertarem para a «doença» de que é vítima a democracia devido ao abuso do Poder por parte do Governo e do PSD.

O assunto esteve em foco numa das sessões plenárias da passada semana e contou entre os principais protagonistas do debate com a presença do Primeiro-Ministro que resolveu, num discurso proferido antes da ordem do dia, ao abrigo duma prerrogativa regimental, traçar um quadro quase idílico da sua governação, onde não faltaram simultaneamente os elogios ao trabalho do Parlamento.

Para Carlos Brito, o discurso de Cavaco Silva não passou de «mais um monólogo», lembrando-lhe a propósito que durante toda a crise do Golfo evitara o debate no Parlamento, quanto à chamada estabilidade dos últimos anos, tantas vezes evocada pelo Primeiro-Ministro, o líder parlamentar comunista assinalou que ela se traduziu numa «Legislatura de concentração de riqueza».

Comentando também as palavras do Primeiro-Ministro, Octávio Teixeira, por sua vez, apontou o «aumento do distanciamento» a nível comunitário entre o nosso país, a Espanha e a Irlanda, enquanto Narana Coissoró, acusou Cavaco Silva de se «socorrer da figura da declaração política para evitar o debate com a oposição».

Com o debate já centrado nos abusos de poder por parte do Governo, matéria agendada por iniciativa do PS, as críticas subiram de tom. Alberto Martins, em nome da bancada socialista, acusou o Governo de governamentalizar a comunicação social e de se furtar aos poderes de controlo do Tribunal de Contas e aos poderes de fiscalização da Assembleia da República. João Amaral, por seu lado, chamou a atenção para os medos que se instalaram, para a democracia que está «mais pobre, espartilhada e reduzida», para as «nódoas de corrupção e compadrio que alastram» e para os abusos de poder que se «vulgarizam».

Não poupando críticas às actuações e concepções governamentalizadoras e autoritárias que do seu ponto de vista marcaram a acção do Governo, João Amaral referiu-se à estratégia da «aranha» desenvolvida pelo PSD e falou da «pouca transparência dos actos do Estado», recordando a propósito que o Governo PSD não teve hesitações em «sustentar, apoiar e desculpar casos, com particular realce para o caso do hospital de S. Francisco Xavier».

Lembrados pelo deputado comunista foram ainda os desvios de verbas do Fundo Social Europeu ou o mais recente «caso» César Torres, em relação aos quais o Governo e o PSD procuraram instalar a ideia, disse, de que a «corrupção seria inevitável, seria normal e corrente, seria como típica dos ministros». «Assim como faz parte do anedotário sobre os cientistas mostrá-los como distraídos, assim seria característico ou pelo menos normal que os agentes superiores do Estado fossem corruptos», concluiu.

Detendo-se a analisar esta «prática reiterada de abusos de poder», João Amaral acusou o Governo e o PSD de introduzirem na sociedade portuguesa «os piores critérios, os critérios que por definição desdenham da ética dos comportamentos e ignoram os valores intrínsecos da democracia política», onde o que interessa, enfatizou, «é atingir os fins sejam quais forem os meios usados e mesmo que esses meios extravazem os poderes próprios do Governo, mesmo que contrariem a transparência, mesmo que violem as regras do Estado de direito».

«Os contravalores do «éxito a todo o custo», do novo-riquismo, da ostentação, da futilidade, do luxo, alastraram e impuseram-se, submergindo os valores da solidariedade e da coesão que pautaram a Revolução de Abril e se plasaram na Constituição da República», afirmou João Amaral.

TC chumba Lei dos Baldios

A Lei dos Baldios, aprovada em Abril último apenas com os votos do PSD, foi considerada inconstitucional em 14 das suas normas pelo Tribunal Constitucional, pelo que será devolvida ao Parlamento.

O parecer do Tribunal, elaborado na sequência de um pedido de fiscalização preventiva solicitado pelo Presidente da República, foi tornado público na passada semana e constitui uma importante vitória para os povos serranos e compartes que há mais de uma dezena de anos lutam com firmeza contra as tentativas de esbulho das suas terras comunitárias.

As normas consideradas inconstitucionais, por violação da Constituição ou do «princípio de justiça num estado democrático» estão contidas nos artigos 8, 15 a 22, 25, 29, 30, 33 e 34.

Cavaco em Setúbal Obra velha inauguração nova

Cavaco Silva deslocou-se ao Distrito de Setúbal para inaugurar o que já estava funcionar há anos. Vale a pena «apreciar».

A deslocação do Primeiro-Ministro ao Distrito de Setúbal no passado fim-de-semana roçou o anedótico e só não dá para rir porque o caso é sério. A nota da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP resume eficazmente a situação, comentando:

«A visita de Cavaco Silva ao Distrito de Setúbal insere-se na impressionante maratona eleitoralista do Governo do PSD, mobilizando Primeiro-Ministro, ministros, secretários de Estado e chefes de gabinete, os grandes órgãos de Comunicação Social e, em especial, a RTP ao seu serviço, na desmultiplicação de inaugurações e reinaugurações, assinaturas de protocolos, atribuição de subsídios, avalanches de promessas e reedições de velhos cenários onde o dilúvio da desestabilização se seguiria à derrota do cavaquismo nas eleições de 6 de Outubro».

E prossegue a nota:

«Ao falar na Quinta do Conde para todo o País através da televisão, o que Cavaco Silva não diz é que já em 1987 Carlos Pimenta

e Nunes Liberato, membros do Governo, prometeram 150 000 contos para infra-estruturas naquela localidade, sendo desde então necessário esperar por novas eleições para finalmente prometerem agora 136 000 contos para o Plano de Recuperação da Quinta do Conde cujo preço global ronda seis milhões de contos, dos quais mais de um milhão e meio foram entretanto aplicados graças aos esforços da Câmara Municipal de Sesimbra e da população local».

«Dentro da mesma linha - aprofunda o documento do PCP - no Poceirão e nas Lagameças o Primeiro-Ministro procedeu ao "inauguramento" de centros de apoio social em serviço há largos meses, e nada disse das carências do Concelho de Palmela, tais como a construção da Escola C+S Marateca/Poceirão e Centro

de Saúde do Poceirão e arranjos de grande vulto no Centro de Saúde e na Escola Secundária de Palmela, sem os quais o normal funcio-

namento destes equipamentos está seriamente comprometido».

E denuncia a nota do PCP:

«A cobertura a um grande almoço em Setúbal, por sua vez, encobrirá a utilização do aparelho de Estado para angariar adesões e o esbanjamento dos dinheiros públicos, cuja clara utilização poderia ser, por exemplo, destinada à construção de um novo tribunal na capital do Distrito (obra que, provavelmente, Cavaco Silva voltará a anunciar para breve)».

Finalmente «a escandalosa encenação de acções propagandísticas em larga escala volta a pôr na ordem do dia a forte vontade de luta contra orientações e comportamentos governamentais de manipulação, instrumentalização e governamentalização do aparelho de Estado e dos meios de Comunicação Social que dele dependem, designadamente a RTP, factores gravemente lesivos das condições de democraticidade do próximo acto eleitoral».

Os pormenores da farsa

As organizações locais do Partido reagiram também a este novo entremez governamental, nomeadamente a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP que, ao tomar conhecimento da deslocação do Primeiro-Ministro ao Concelho «para inaugurar um ATL no Faralhão há vários anos construído e um armazém na lota, também já com um ano de actividade», considera tal deslocação «imbuída de um espírito eleitoralista num período de pré-campanha». Assim, este organismo do PCP «alerta a população para que esteja atenta a estas manobras do partido do Governo, que faz depender a atribuição de subsídios às instituições de solidariedade social, da pompa e circunstância necessárias à campanha eleitoralista do PSD, numa demonstração clara de utilização abusiva dos cargos e dinheiros públicos».

Igualmente a Comissão Concelhia de Palmela do PCP desossa, em três



Na sua visita ao Distrito de Setúbal, a Cavaco Silva só faltou inaugurar os monumentos centenários...

parágrafos, a demagógica deslocação primo-ministerial ao Concelho:

1 - «Consideramos no mínimo estranho que a deslocação inclua uma visita, que localmente está a ser designada de inauguração, a um Centro Infantil em funcionamento há anos e a um Lar de Idosos cuja obra não está ainda concluída.

2 - «Consideramos da maior importância que a breve passagem do Primeiro-Ministro pelo nosso Concelho possa servir para um melhor conhecimento das reais necessidades das populações. Relembramos a

necessidade de obras nas escolas secundárias de Palmela e Pinhal Novo, de uma boa escola C+S nas Freguesias de Poceirão e Marateca, de novos Centros de Saúde em Palmela e Pinhal Novo e tantas outras antigas reivindicações das populações do Concelho.

3 - «Consideramos ainda que seria oportuno que durante esta visita a população do Concelho de Palmela fosse informada dos termos do acordo com a Ford/Volkswagen, nomeadamente quanto aos custos a suportar pelo Concelho».

CDU define candidatos da Emigração

A CDU reuniu em Bruxelas para apresentar candidatos e definir o programa eleitoral para a Emigração/Europa. Eis os pormenores.

Em meados deste mês decorreu em Bruxelas um Encontro CDU para Emigração na Europa, onde participaram activistas e apoiantes vindos dos países europeus de maior emigração portuguesa, nomeadamente França, Suíça e Alemanha, e também da Holanda e Bélgica. A iniciativa contou com a participação dos deputados comunistas António Mota (Assembleia da República) e Joaquim Miranda (Parlamento Europeu), que apresentaram um balanço da actividade do Partido na área institucional, além de António Topa e António Augusto, candidatos da CDU pelo respectivo círculo.

Foram objectivos do Encontro discutir e aprovar o Programa eleitoral, definir a intervenção na campanha e fazer a apresentação pública dos candidatos CDU. Na discussão do Programa eleitoral viveu-se uma discussão viva e participada, donde resultaram numerosas emendas acrescentando e alterando o documento inicial, sendo definida a orientação de se continuar o trabalho de reconhecimento (que na Emigração vai de Maio a Junho), com o objectivo do reforço da CDU e da eleição de um deputado por este círculo.



Programa eleitoral

No programa eleitoral da CDU para a Emigração (Europa), aprovado no Encontro de Bruxelas, destacamos algumas passagens, nomeadamente a que, logo na introdução, considera que «a situação económica em Portugal e a demagogia sobre a CEE incentivaram o crescimento da emigração espontânea nos últimos anos, que gera a situação de clandestinidade no país de destino. As estatísticas apontam para mais de 200 000 portugueses clandestinos nos países da Europa ocidental», frisa-se no documento, que considera necessário combater e inverter esta situação, sendo «urgente velar por garantir as melhores condições de residência e de trabalho aos cerca de 1,5 milhões de emigrantes», sendo «possível criar condições para o regresso». E sublinha-se:

«Ao contrário do que tem sido a política do PSD, é possível levar a cabo uma política que abra novas perspectivas aos emigrantes e crie condições para a sua partici-

pação nas decisões sobre os seus interesses, anseios e objectivos». Daí «que as propostas da CDU aos emigrantes tenham como carácter mais vincado o firme desejo de constituir uma plataforma de diálogo, um ponto de partida para corporizar na Assembleia da República, com rigor e coerência, a vontade e o direito de participação da comunidade portuguesa na vida social e política do nosso país».

O capítulo de propostas e objectivos da CDU para a Emigração enuncia um vasto conjunto de problemas a que a Coligação Democrática Unitária se propõe dar resposta, de que destacamos:

«Complementar a política comunitária de emigração com a necessária responsabi-

lização dos Estados membros, por forma a melhorar as condições de estadia, residência e trabalho e aumentar os seus direitos políticos e sociais.

«Assegurar o funcionamento de um sistema eficaz de serviços de protecção e apoio nos países de residência e em Portugal.

«Actuar na área da Segurança Social de modo a salvaguardar os interesses e direitos adquiridos pelos emigrantes.

«Continuar a intervir para a obtenção dos direitos cívicos que conduzam à participação efectiva dos emigrantes nos países de residência, nomeadamente os direitos políticos e sindicais.

«Garantir o ensino, a protecção e a promoção da

língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

«Responder aos problemas dos jovens e das mulheres emigrantes.

«Intervir para reconhecer o papel representativo às Associações e outras organizações dos emigrantes.

«Definir as orientações no plano da Informação para as Comunidades tendo em conta as suas necessidades concretas e no respeito pelo pluralismo de opiniões».

E no final afirma-se:

«A CDU está certa de que a regionalização será um factor potenciador do investimento e do desenvolvimento socioeconómico das regiões mais desfavorecidas e abundantes em mão-de-obra, evitando a sua desertificação humana e possibilitando con-

dições para o regresso de muitos portugueses.

«O Encontro da CDU pelo círculo eleitoral da Europa afirma que, por mais avançada e construtiva que possa ser a legislação comunitária sobre as questões sociais e de emigração, nada pode substituir a vontade política e empenhada do Governo português na defesa dos direitos, interesses e aspirações dos portugueses emigrados, quer nos países da CEE, quer nos outros países europeus».

Finalmente, a CDU afirma que a eleição de um seu deputado pelo círculo eleitoral da Europa será a garantia de que na Assembleia da República os emigrantes terão uma voz firme na defesa dos seus justos direitos».

Iniciativas europeias

É claro que a CDU continua a «mexer» na Emigração, imprimindo novas velocidades neste tempo de preparação eleitoral. Damos, para já, nota de algumas iniciativas concretizadas em França e na Suíça.

Em meados deste mês - concretamente em 15 e 16 de Junho - uma Festa da Amizade realizada em Nanterre (região de Paris) reuniu apoiantes da Coligação Democrática Unitária em animado convívio onde estiveram presentes os dois candidatos residentes em França - António Topa e Jaime Alves - bem como Martins

Coelho, membro do CC do PCP e funcionário do Parlamento Europeu.

Mas há mais, em França: cerca de 300 pessoas participaram na Festa da CDU que se realizou em Clermont-Ferrand, também no passado dia 15 de Junho e igualmente com a presença do cabeça de lista pelo círculo da Europa, António Topa.

Na Suíça, e ainda a 16 de Junho, realizou-se a Festa da CDU em Yverden, onde participaram os deputados António Augusto e Manuel Alho.

UEM dos doze exige convergência real das economias

Inflação impede adesão ao SME sem ruturas internas

A efectiva democratização dos processos de decisão e de controlo de execução são pressupostos essenciais no processo de aprofundamento da integração económica, afirmou o eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, ao intervir a semana passada em Estrasburgo no debate sobre a União Económica e Monetária no âmbito da Conferência Intergovernamental.

Para o deputado comunista, tal facto reclama o reforço do Parlamento Europeu e uma efectiva associação dos parlamentos nacionais a estas questões, bem como o reconhecimento de que quaisquer avanços no processo de integração pressupõem a devida consideração de uma convergência real das economias dos diferentes países da Comunidade.

«A ênfase dada a que assistimos - disse - da convergência nominal (inflação, políticas orçamentais e balanços de transações correntes), merecendo embora a necessária atenção, não pode, no entanto, iludir a necessidade prioritária de se adoptarem medidas e de se disponibilizarem os meios indispensáveis à implementação efectiva da coesão económica e social», que deverá ser «um objectivo prioritário da Comunidade, a inscrever como tal nos Tratados».

Fazendo notar que se verificam sérias disparidades ao nível daqueles indicadores, Joaquim Miranda referiu o problema da inflação, em relação à qual sublinhou o facto de alguns países, como é o caso de Portugal, terem ainda

«uma inflação da ordem dos dois dígitos». O que os impede, acrescentou, de concretizarem, sem ruturas internas, uma adesão ao próprio mecanismo da taxa de câmbio do Sistema Monetário Europeu.

Para o eurodeputado comunista tal não significa que se possa equacionar, exclusivamente, a convergência de tais indicadores, pois não só se corria o risco da perpetuação das sensíveis divergências das economias, como incentivaria o desenvolvimento das políticas alicerçadas em baixos salários como únicas vantagens comparativas dos países menos desenvolvidos.

A propósito, Joaquim Miranda referiu o caso de Portugal onde, segundo os últimos dados divulgados pela Co-

missão, o Produto Interno Bruto «a preços correntes do mercado e paridades do poder de compra per capita é ainda apenas cerca de 56 por cento do valor médio correspondente da Comunidade, valor que se agrava se se atender às crescentes assimetrias regionais».

Defendendo a modernização da economia dos países em situação semelhante à de Portugal, o deputado recusou as propostas que tendem a limitar a questão da convergência à «convergência nominal» das economias e considerou desajustadas as vias que apontam para a concretização de uma união económica e monetária a várias velocidades. Não podemos aceitar - sublinhou - carruagens de 1ª e de 2ª classes neste comboio.



Acidentes de trabalho

Em 1989, de acordo com as acções interpostas nos Tribunais, registaram-se em Portugal 865 casos de morte por acidente de trabalho, dos quais 70 jovens com idade inferior a 20 anos. No ano anterior, segundo dados do Ministério do Emprego e Segurança Social, perderam-se, por motivos de sinistralidade laboral, 1 087 019 dias de trabalho. Segundo a CGTP-IN, pelo menos 484 mil trabalhadores (15,7 por cento dos assalariados), não estão cobertos por seguro.

Este panorama preocupante que levou o eurodeputado do PCP, Barros Moura, a questionar a Comissão das Comunidades Europeias sobre eventuais iniciativas tendentes a garantir a nível comunitário, para além das acções no domínio da prevenção, regras mínimas respeitantes a reparação dos acidentes e doenças profissionais e da cobertura dos respectivos riscos por seguro.

A resposta, dada pelo comissário Papandreou, assemelha-se a um lavar de mãos: remete a iniciativa para os Estados membros.

Reconhecendo que a «indenização dos acidentes de trabalho faz parte da protecção social» e que a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores «estipula que qualquer trabalhador da Comunidade Europeia tem direito a uma protecção social adequada», a Comissão escuda-se no facto de tal protecção dever ser estabelecida «em conformidade com as normas específicas de cada país» para justificar o facto de não prever propor uma garantia social comunitária de cobertura na sequência de acidentes de trabalho.

Afirmando ser a estratégia da Comissão neste domínio «promover uma convergência dos objectivos e das políticas de protecção social no conjunto da Comunidade», o comissário Papandreou informa que tal convergência se baseará numa «recomendação» estabelecendo os grandes objectivos e princípios, cabendo aos Estados membros a sua concretização.

Uma forma de dizer que, no tocante aos interesses dos trabalhadores, a Comunidade continua a recomendar muito e a fazer pouco.

Mercado Único ameaça trabalhadores alfandegários

A adopção de medidas de adaptação gradual ao mercado único de 1993 de forma a minorar os seus efeitos para os despachantes oficiais alfandegários e respectivos trabalhadores, foi proposta a semana passada em Estrasburgo por iniciativa dos deputados do PCP no Parlamento Europeu.

A proposta, que veio a ser subscrita por deputados do PS, PSD, CDS, Verdes, bem como por deputados espanhóis, franceses, italianos, alemães e gregos, alerta para o facto de que a supressão das fronteiras internas terá inevitáveis repercussões sobre

as actividades alfandegárias, já que serão eliminadas todas as acções dessa natureza antes efectuadas entre os Estados membros.

Entre tais actividades encontram-se as exercidas pelos despachantes oficiais existentes em vários países (França, Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal) e empregando milhares de trabalhadores, quer independentes quer assalariados. Atendendo a que a mesma actividade sofrerá reduções que atingirão 80 por cento dos efectivos actuais, fácil se torna compreender estar-se na iminên-

cia de um grave problema sectorial de emprego.

Conscientes desta situação, os subscritores da proposta acima referida defendem «a afectação de recursos financeiros especiais da Comunidade a programas tendentes, não só à redução das consequências sociais (reformas antecipadas, programas de reconversão profissional, etc.), mas também à criação de postos de trabalho». Propõem ainda a aprovação de uma iniciativa comunitária visando «preparar os referidos profissionais excedentários para novas actividades no âmbito da circu-

lação de mercadorias», em que se inclui, entre outros, o combate à evasão e fraude fiscal e ao tráfico de droga.

Cabe agora à Comissão do Parlamento Europeu decidir sobre o processo de apresentação da proposta, podendo mesmo vir a apresentar um relatório sobre o assunto ao PE ou elaborar um parecer dirigido à Comissão, ao Conselho ou aos ministros dos Negócios Estrangeiros das Comunidades Europeias. A grave situação que o mercado interno de 1993 acarreta para os milhares de trabalhadores alfandegários bem o justifica.

Desemprego na ex-RDA preocupa Coligação de Esquerda

O aumento brutal do desemprego e do trabalho a tempo parcial nos cinco novos lander da República Federal Alemã (ex-RDA), que afecta actualmente um terço da população activa e deverá atingir 50 por cento até ao final do ano, levou o Grupo Coligação de Esquerda a apresentar no Parlamento Europeu, a semana passada, uma proposta de resolução em que se defende a «imprescindível e urgente» tomada de medidas para «superar o estado de emergência nacional» que se vive naqueles territórios.

Para a Coligação de Esquerda, em que se inserem os eurodeputados do PCP, a situação de desemprego massivo provocado pelo declínio da produção industrial e agrícola, há que acrescentar o

risco, que se lhe encontra associado, «de a Alemanha Oriental deixar de ser, a longo prazo, um local de produção». O que irá agravar, ainda mais, o drama já hoje vivido pelas «mulheres, os jovens, as camadas mais desfavorecidas da população, tais como as mães que têm a seu cargo a educação dos filhos, as pessoas mais idosas e deficientes, bem como os estrangeiros», particularmente afectados pelo desemprego e pelo trabalho de curta duração.

Não menos preocupante, para os eurodeputados da Coligação de Esquerda, é o «desrespeito manifesto do direito humano ao trabalho e a suspensão temporária de conquistas sindicais», como é o caso da protecção contra os despedimentos, a obrigatoriedade de execução de pla-

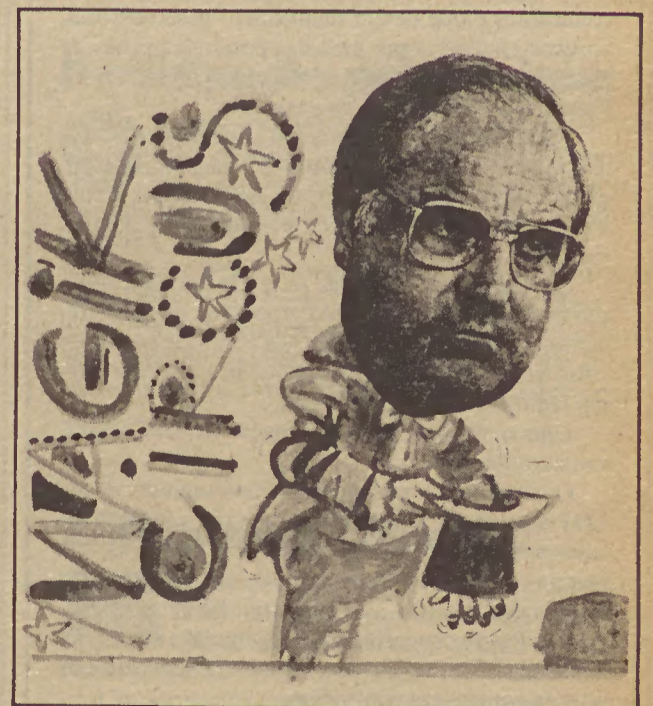
nos sociais e a segurança dos contratos de trabalho nos novos estados federados da RFA, que, aliados aos aumentos das rendas e preços dos serviços sociais consolidam, a longo prazo, as divisões sociais.

Tendo em consideração, por outro lado, «o fracasso patente da realização exclusiva de um plano de auto-regulação do mercado, como forma de transição de uma economia planificada para uma economia de mercado», justifica-se plenamente a proposta dos eurodeputados para que «todos os responsáveis a nível da federação, dos estados federados e das autarquias, dos partidos, sindicatos e associações, em particular do sector económico, actuem de forma rápida e coordenada para superar o estado

de emergência nacional que se vive numa parte do país».

De acordo com a proposta em causa, uma «via adequada» para a resolução dos problemas nos territórios da ex-RDA será a «aplicação de medidas concretas em matéria de política de emprego e estrutural, assente em planos concebidos a longo prazo», bem como a «manutenção de direitos sociais e sindicais».

Na sua proposta, a Coligação de Esquerda insta a Comissão a proceder a uma nova análise das decisões tomadas até ao momento no respeitante aos auxílios concedidos aos novos estados federados, de modo a averiguar «até que ponto têm em conta a situação extraordinária que se vive» e manifestar o desejo de que sejam



apresentadas propostas de carácter mais amplo.

O documento manifesta ainda a esperança de que «a visita de um grupo de deputados do Parlamento Europeu à

RFA a convite do Governo federal, que se encontra em suspenso há algum tempo, seja aproveitada para estabelecer conversações e contactos nos novos estados federados».

África do Sul

Comemorações do massacre de Soweto

O 15.º aniversário do massacre de Soweto, em que dezenas de crianças e jovens negros foram abatidos a tiro, foi comemorado por toda a África do Sul, em manifestações e comícios convocados pelo ANC, pelo Partido Comunista Sul-Africano (SACP) e pelo Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU).

As manifestações iniciaram-se dia 15, e decorreram praticamente em simultâneo em 48 cidades do país. Em Joanesburgo, os manifestantes aprovaram um memorando dirigido ao presidente da África do Sul, Frederik De Klerk, reclamando o fim da violência nos subúrbios negros, uma Assembleia Constituinte, um governo provisório, uma moratória sobre os despedimentos e a criação de mais postos de trabalho.

As três organizações promotoras das manifestações afirmavam igualmente no

documento que, enquanto a violência persistir, «não poderá haver progresso na via de um país não-racial e democrático».

No comício realizado domingo no estádio de Soccer City, e que culminou as comemorações, Nelson Mandela advertiu que o ANC promoverá manifestações de protesto por todo o país, se o governo não concretizar urgentemente as reformas políticas exigidas.

Mandela afirmou que o ANC continuará a exigir a criação de um governo interino e de uma Assembleia Constituinte partilhada por negros e brancos, apesar da sistemática recusa das autoridades de Pretória.

«Não transigiremos neste ponto», garantiu Mandela, afirmando que o Congresso Nacional Africano não permitirá que a sua influência na maioria negra seja utilizada pelo governo para obter apenas reformas superficiais.

Durante o comício, Mandela prestou homenagem às vítimas do massacre de Soweto, que classificou como «geração de 1976» e da qual muitos jovens se juntaram às fileiras armadas do ANC.

Entretanto, segunda-feira, o Parlamento sul-africano votava a abolição da lei que classifica o nascimento dos sul-africanos segundo a sua raça, condicionando em função disso toda a sua vida. Esta medida segue-se à abolição de outras leis fundamentais do *apartheid*: as leis sobre a terra, que reservam 87% do território à minoria branca, e sobre a habitação separada, que interdita os negros de viverem nas cidades.

Medidas naturalmente positivas, mas que de forma alguma representam o fim do *apartheid*, por uma primeira e fundamental razão: continua a ser negada a elementar reivindicação de «um homem, um voto». Na verdade, os negros sul-africanos continuam a ser tratados no seu próprio país (e mal tratados) como imi-



O massacre de Soweto foi há 15 anos. Mas muitas outras manifestações reprimidas e mortes se lhe seguiram. Hoje vive-se uma realidade em mudança mas questões fundamentais ainda estão por resolver

grantes.

Por outro lado, o processo de libertação dos presos políticos está muito longe de se ter completado e o regresso dos exilados processa-se com dificuldade, pelo

controlo absoluto da polícia que o acompanha e pela inexistência de quaisquer estruturas de acolhimento, quer no que se refere a trabalho, quer a habitação.

Aos problemas no domí-

nio político, somam-se os de cunho socioeconómico. Actualmente contam-se cerca de 7 milhões de desempregados e 16 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza.

Índia em tempos de instabilidade

Encerradas as urnas num conturbado processo eleitoral teve início dia 20 de Maio, a vida política indiana está longe de ter encontrado a estabilidade. O assassinato de Rajiv Gandhi, e as mais trinta e duas mortes registadas neste período, bem testemunham da gravidade dos problemas com que o país se defronta, e que no fundo os resultados eleitorais confirmam.

Os dados entretanto disponíveis indicam uma vitória do Partido do Congresso, sem que entretanto tenha sido conquistada uma maioria absoluta, o que naturalmente implicará formas de aliança com outras forças políticas.

Em segundo lugar surge o Partido Bharatiya Janata (BJP), de extrema direita, pró-hindu, chauvinista, antimuçulmano, e de há muito hostil à política de não-alinhamento prosseguida pela Índia.

Segue-se-lhe a Frente de Esquerda, uma coligação fundamentalmente composta pelos dois partidos comunistas e que detém significativo peso eleitoral, apresentando-se como uma das possíveis opções de aliança, apesar das divergências existentes entre a Frente e o Partido do Congresso.

Ainda no plano estritamente político, uma outra dificuldade é o próprio futuro do Partido do Congresso, que ainda não dispõe de um dirigente, tendo até agora sido dirigido por elementos da família Gandhi.

Um quadro político que se inscreve numa situação marcada por acentuados problemas étnicos e religiosos, do separatismo sikh aos conflitos históricos entre hindus e muçulmanos, a que se soma o problema tamil no vizinho Sri Lanka.

Uma outra dimensão da situação actual é o agravamento da crise.

O modelo de desenvolvimento seguido desde 1947 esgotou-se. É verdade que da sua aplicação resultaram para o país consequências positivas, em particular no plano da independência nacional e da criação das bases de uma indústria. Num mundo sujeito às leis da concorrência ocidental, são resultados a assinalar. Mas hoje o sistema mostra-se incapaz de ultrapassar as suas contradições.

No fundamental, a Índia é um país capitalista, em que se forjou um capitalismo de Estado na luta contra as pressões ocidentais, com alguns reflexos no plano de redistribuição de recursos. É este modelo que de há uma dezena de anos para cá está literalmente a desmantelar-se, arrastando milhões de pessoas para a miséria, o desemprego, o endividamento e uma ainda mais acentuada desigualdade.

URSS

A «fase mais dramática» da Perestroika

A eleição de Boris Ieltsin para a presidência da Rússia, com mais de 56 por cento dos votos (segundo resultados preliminares), insere-se na complexa situação que hoje se vive na União Soviética, a «fase mais dramática» da perestroika, nas palavras de Gorbachov.

Assim, as esperanças implícitas na massiva votação em Ieltsin contrastam com realidades muito concretas. Em comentário aos resultados eleitorais, a agência «France Presse» salientava que a liberalização e a privatização, palavras-chave do programa de Ieltsin, implicam uma «terapia de choque» dolorosa dificilmente compatível com as promessas feitas à população. Recentemente, o semanário «Notícias de Moscovo» sublinhava que Ieltsin prometeu que no final de 1992 já se farão sentir melhorias, resultantes da criação das estruturas de mercado e de uma série de medidas sociais, «sem precisar onde iria buscar o dinheiro».

Mergulhada neste momento em profunda crise económica e indefinição em vários domínios da vida política e social, a URSS atravessa entretanto um período em que muita coisa

está em debate e transformação.

Em finais deste mês deverá estar concluído o novo Tratado da União. Um acordo que será assinado por nove das 15 Repúblicas soviéticas: Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Turcoménia, Quirguízia; Uzbequistão, Cazaquistão, Tajiquistão e Azerbeijão.

Entretanto, também no PCUS prosseguem os trabalhos para a elaboração do novo programa do partido, que deverá ser proximamente publicado, iniciando-se então um debate público dos comunistas soviéticos sobre opções e orientações fundamentais.

Debate que interessa a todos, e que inevitavelmente reflectirá as diferentes opiniões, não apenas quanto a caminhos, mas nomeadamente quanto a conceitos. A começar por uma questão fundamental — o que significa privatizações e economia de mercado?

Uma questão que está bem longe de ser gratuita. Na sua recente viagem ao Cazaquistão, o presidente soviético defendeu: «Somos pelo desenvolvimento de diferentes formas de propriedade, a privada incluída... A desestatização, em que a propriedade privada

se substitui à propriedade pública, não nos convém. Devemos caminhar no sentido de uma economia mista». Uma opção que não será a de todos, contrapondo-se-lhe quer os que desejariam preservar situações do passado, quer os que apostam nas miragens do capitalismo. E que naturalmente não corresponde a expectativas do capital internacional.

Neste particular, são significativas as palavras de Gorbachov em Oslo, no acto oficial de agradecimento do Nobel da Paz de 1990, ao afirmar: «É imprudente aplicar a sabedoria convencional à perestroika. Também é útil e perigoso impor condições, dizer — Nós compreendemos e acreditamos em vocês, desde que vocês, a União Soviética, se juntem a nós, o Ocidente.

«Ninguém está em condições de descrever em pormenor aquilo em que a perestroika se vai converter. Mas a desilusão espera certamente os que profetizam que ela (a reforma) produzirá a cópia de qualquer coisa».

Entretanto, neste momento, a situação, em particular no plano económico, é muito grave, e em Oslo o presidente soviético consi-

derou fundamental um auxílio ocidental em larga escala.

Simultaneamente esboçou os traços gerais das medidas previstas — em três domínios diferentes — para ultrapassar os problemas actuais.

Uma primeira medida consiste em estabelecer um «amplo consenso social», que passa pelo acordo subjacente ao novo Tratado de União.

Uma segunda série de medidas diz respeito à «intensificação das reformas económicas» e os «estabelecimentos de uma economia de mercado mista».

A terceira componente deste conjunto de medidas tem a ver com a abertura do país «à economia mundial pela convertibilidade do rublo, pela aceitação das regras do jogo em vigor no mercado internacional», o que abriria portas ao Banco Mundial e ao FMI.

Em simultâneo, o presidente soviético aposta num «programa conjunto» com os Sete países industrializados (que entretanto demonstram reservas, só recebendo Gorbachov finda a Cimeira de Londres).

Não é só no plano interno, é também no plano externo, que as contradições se fazem sentir.

El Salvador «O silêncio das armas não é a paz»

Representantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e do governo salvadoreño, retomaram em Queretaro, no México, as conversações para o cessar-fogo e uma solução negociada que finalmente traga a paz a El Salvador.

Há dois meses, em Caracas, na Venezuela, foi possível avançar em alguns acordos respeitantes a uma reforma da Constituição, a criação de uma comissão investigadora das violações dos direitos humanos e o estudo de uma reforma agrária.

Mas as negociações arrastam-se, face à resistência dos sectores mais libertistas do exército de El Salvador e também às pretensões, quer do governo salvadoreño, quer de Washington, de dismantelar de facto a FMLN, mantendo no fundamental o exército tal como está — base de um Estado militarizado e altamente repressivo.

De par desta questão fundamental, outra se coloca: garantir, no futuro, um regime democrático, a defesa dos direitos humanos, uma melhoria da situação económica e social no país.

Isto mesmo é sublinhado em recentes declarações de Schafik Jorge Handal, membro do Comando Geral da FMLN e chefe da comissão negociadora.

«O silêncio das armas não é a paz — diz Handal — Acordos que garantam reformas no país, assegurem a democracia, o respeito pelos direitos humanos e uma melhoria da situação económica e social dos salvadoreños, são os únicos que verdadeiramente nos podem trazer uma paz sólida e duradoura.

Convencidos como estamos de que as causas da guerra radicam nos profundos desequilíbrios sociais e na ditadura militar que os tem mantido através da intimidação e da repressão, afogando a liberdade e negando a democracia, estamos igualmente convencidos de que o país deve ser transformado para que haja espaço de vida e esperanças de melhores perspectivas para todos os salvadoreños e não apenas para uma minoria possuidora de riquezas e privilégios. Para que El Salvador venha a ser um país assim, é necessário o esforço de diferentes sectores da sociedade, nomea-

damente da parte de pequenos e grandes empresários.

«É por tudo isto que concebemos o processo de solução negociada como parte e produto de uma activa concertação nacional».

É dentro desta lógica, que o dirigente da FMLN denuncia: «O governo pretendeu furtar-se ao seu compromisso de negociar os diferentes temas abordados em Caracas, reduzindo o acordo de cessar-fogo a uma questão puramente técnico-militar. Em definitivo, este critério não é nem será aceite pela FMLN. Dá a impressão que o Sr. Cristiani (presidente salvadoreño) pretenderia chegar ao cessar-fogo sem as mudanças que representam a esperada resposta da mesa de negociações às aspirações dos salvadoreños, como seja uma real democratização e consequente desmilitarização, acordos socioeconómicos que atenuem os agudos problemas da terra, do desemprego, do cada vez mais elevado custo de vida».

Uma outra questão central — o futuro papel da FMLN.

«O cessar-fogo será o momento em que se inicia a transição para a reunifica-

ção da família salvadoreña e para a paz — diz Handal — por isso mesmo, a FMLN deve dispor, desde esse momento, da possibilidade e dos espaços de participação na vida política nacional, mas o governo não o quer aceitar, exige que primeiro desarmemos e ao mesmo tempo afirma que a existência do seu exército não é objecto de negociações. Para nós, isto é inaceitável. Uma guerra não ganha em termos militares, em que não há exército vencedor, só pode terminar com o desarmamento de ambos os exércitos ou a sua fusão num Exército Nacional único. De outro modo não será possível a reunificação da família salvadoreña, agora dividida e em confronto... De outra forma não haveria garantias de uma paz justa, mas sim o reinado da vingança contra os indefesos e muitos, muitos mais anos de injustiça e de uma sanguinária ditadura militar».

E o dirigente da FMLN sublinha em particular: «Os acordos que devem ser alcançados, para se poder chegar ao cessar-fogo, são difíceis e complexos, mas sem eles a paz seria uma farsa».

Negociações

Onciaram-se em Stormont, perto de Belfast, as primeiras conversações entre protestantes e católicos da Irlanda do Norte. O Sinn Fein, a ala política do Exército Republicano Irlandês (IRA), foi excluído do processo, que por outro lado contou com resistências por parte dos protestantes. Em causa, não propriamente a reunificação da Irlanda, mas uma partilha de poderes no Norte, colonizada por Londres, que aí mantém um grande dispositivo militar.

Entretanto a Amnistia Internacional condenou a actuação do governo britânico no âmbito dos direitos humanos, em particular na Irlanda do Norte, e denunciou que muitas pessoas têm sido maltratadas e que certos casos demonstravam que não existia direito automático a um julgamento justo.

A Amnistia considera ainda que as leis actualmente em vigor na Irlanda do Norte não são suficientes para impedir o uso da «força fatal» pelas forças de segurança, o que resulta em «mortes ilegais» e adianta que mais de 300 pessoas morreram devido a acções das forças de segurança.

Vitória possível

O Congresso Nacional Africano (ANC) ganharia «muito facilmente» umas eleições por sufrágio universal na África do Sul, se elas se realizassem agora, refere uma sondagem divulgada em Joanesburgo, realizada por uma empresa especializada entre 1300 cidadãos negros e 800 brancos.

Os resultados do inquérito indicam que 71 por cento dos negros que residem nas cidades votariam no ANC, 4 por cento no Partido Nacional (de De Klerk), 4% no Congresso Pan-Africanista e 3 por cento no movimento Inkhata. Apenas 1 por cento dos brancos votaria no ANC. Mandela é o dirigente nacional preferido por 65 por cento dos negros.

Polisário em congresso

A Frente Polisário, que luta pela independência do Saara Ocidental, iniciou o seu 8.º Congresso, o último antes da prevista realização do referendo sobre a autodeterminação do território.

«Unidade para a independência» é o lema do Congresso que, segundo os dirigentes da Polisário, deverá preparar a batalha pela independência do antigo Saara espanhol.

Democracia, abertura, clareza e franqueza são as palavras de ordem, pretendendo-se acabar com um unanimismo prejudicial para o futuro. Serão definidas as formas de organização de um futuro Estado saariano, totalmente independente e assente na actual organização administrativa. O pluralismo político deverá ser aplicado em etapas posteriores, à medida que a sociedade for evoluindo num clima de liberdade, justiça e democracia.

Os dirigentes da Polisário esperam que o 27 de Janeiro de 1992, data da publicação dos resultados do referendo, seja o primeiro dia da independência do Saara Ocidental. O cessar-fogo está marcado para 6 de Setembro.

Participação palestina

O Comité Executivo da OLP pronunciou-se por uma participação palestina numa Conferência Internacional de Paz com uma delegação formada por palestinos da diáspora, dos territórios ocupados e de Jerusalém.

Em comunicado divulgado em Tunes sublinha-se o «empenho da OLP nos direitos nacionais do nosso povo, em conformidade com a legalidade internacional, bem como no seu direito de participar em todas as etapas do processo de paz, através de uma delegação equilibrada».

Reformados chineses

Mais de sete milhões de chineses reformados foram forçados a regressar à vida activa por dificuldades económicas, segundo a Agência Nova China.

Um inquérito realizado pela Agência de notícias junto de 1200 reformados de Pequim revelou que as «reformas diminuíram de tal forma em termos reais entre 1985 e 1988 que passaram a representar apenas cerca de metade dos antigos salários das pessoas inquiridas».

A China tem actualmente 22 milhões de reformados, contra 3,2 milhões em 1978 e, anualmente, o seu número aumenta em mais de 1,4 milhões de pessoas.

Koweit Processos injustos e condenações à morte

Mais de uma centena de pessoas foram já condenadas à morte no Koweit, a pretexto de «terem colaborado com o inimigo iraquiano durante a ocupação». Condenações ditas por um tribunal de excepção, em processos em que os acusados não dispõem de quaisquer direitos, sendo na prática violados os mais elementares direitos humanos.

A primeira condenação à morte foi pronunciada nos primeiros dias de Junho contra Nakhy al-Chomari, pertencente à classe dos «sem direitos». Recorde-se aqui que uma lei datada de 1959, que define a atribuição de diferentes categorias de cidadania no Koweit, recusa a nacionalidade a quem não possa provar que a sua família habitava o emirato antes de 1920. Há três categorias de cidadãos no Koweit, segundo a antiguidade e a origem da família.

Na lista de espera, nesta sucessão de processos judiciais contra pretendidos «colaboracionistas», estão quase 300 pessoas. Os acu-

sados pertencem a diferentes nacionalidades: koweitianos, palestinianos, imigrantes de países árabes e asiáticos, ou sem pátria, que trabalhavam no Koweit antes da guerra.

Estes processos somam-se a outras formas de perseguição de que muitas pessoas têm vindo a ser vítimas desde o pós-guerra (como antes o foram por parte das tropas iraquianas), através de uma verdadeira caça ao homem, que se concretiza em sequestros, tortura e assassinatos.

Perseguições que são mesmo reconhecidas oficialmente. O administrador da lei marcial (prorrogada por mais três meses em 27 de Maio), príncipe herdeiro e primeiro-ministro, chefiado por Saad al-Abdallah al-Sabah, reconheceu, no início deste mês, que os residentes iraquianos e palestinianos — mas também de outras nacionalidades — continuam a ser sequestrados e torturados.

A oposição — que se ergueu contra o prolongamento da lei marcial e a marcação de eleições ape-

nas para Outubro de 1992 — acusa a família real de utilizar a situação para actos de vingança, deixando prolongar um clima de insegurança com o objectivo de esmagar as liberdades.

A situação é tão grave que o próprio embaixador dos Estados Unidos no Koweit, Edward Gnehm, a denunciou publicamente, quando da primeira condenação à morte.

Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, manifestou a sua preocupação com os direitos humanos no país e o governo jordano apelou à Organização das Nações Unidas, Liga Árabe, Cruz Vermelha Internacional, Estados Unidos, França, Reino Unido, Vaticano e Amnistia Internacional, para que ajam rapidamente, a fim de salvar os jordanos condenados à morte por acusação de «colaboracionismo».

Entretanto, a Amnistia Internacional condenou os processos injustos no Koweit, de pessoas acusadas de «colaboração» pró-iraquiana, exigindo a suspensão dos procedimentos

judiciais até que estejam conformes com o direito internacional.

«Até à data, os procedimentos foram deficientes em todas as fases críticas: antes, durante e após as audiências, negando aos acusados o direito de recurso a uma instância superior» — afirma a Amnistia Internacional em comunicado divulgado em Londres, em que sublinha ainda: «Os processos injustos são já suficientemente graves nos casos em que os acusados se arriscam a apanhar prisão, mas são absolutamente intoleráveis quando a sentença é a morte».

De acordo com a Amnistia Internacional, as violações dos direitos humanos continuam a efectuar-se em grande escala no emirato, e as autoridades koweitianas «não parecem ter tomado medidas eficazes para pôr termo às prisões arbitrárias, aos «desaparecimentos», à tortura e às mortes suspeitas nas prisões».

A Amnistia recebeu uma lista oficial com mais de 850 presos.

Despedimentos e destruição da AEP-Centrel

Os responsáveis têm nome

Os representantes dos trabalhadores da Automática Eléctrica Portuguesa pedem contas a quem se comprometeu e não cumpriu

Numa linguagem clara, membros da comissão de trabalhadores e da comissão intersindical da Automática falaram ao «Avante!» da luta de hoje contra a tentativa de administração de proceder a um despedimento colectivo de mais 465 pessoas e da luta de há vários anos para manter a empresa e os postos de trabalho: «Pedimos contas pelo que não aconteceu e podia ter acontecido - a viabilização da AEP e a salvaguarda dos postos de trabalho -, e pedimos contas pelo que está a acontecer e que vai certamente levar à destruição da empresa».

Conceição Cardoso trabalha há 20 anos na AEP, Marcelina Machado - há 24, Odete Garcia - há 22, Olinda Nunes - há 19, e Luís Lourenço - há 23. Falam com conhecimento de causa, recordam as várias propostas que ao longo do tempo - ainda a empresa pertencia à multinacional inglesa Plessey - as estruturas representativas dos trabalhadores apresentaram aos responsáveis e que não foram aceites, nem pelas administrações, nem pelos governos.

Aqueles representantes do pessoal da AEP - empresa que fabrica equipamentos para telecomunicações e onde a maior parte dos trabal-

hadores são mulheres - referem, concretamente, documentos assinados por responsáveis governamentais e onde se apontam objectivos generosos, mas que ficaram no papel. Não ficaram, contudo, esquecidos, e hoje, quando há quem fale já em reduzir a 40 o número de trabalhadores da AEP, os membros da CT e das estruturas sindicais dirigem-se aos governantes e aos accionistas

(IPE e Centrel): «Temos aqui um rol de mercearia muito grande, e queremos contas.»

Em Novembro de 1979 os accionistas da Plessey - Automática Eléctrica Portuguesa informaram o Governo (Mota Pinto/PSD/CDS) de que, considerando insustentável a situação económica e financeira, iriam dissolver a empresa - onde trabalhavam, na altura, 3500 pessoas, e que garantia

o abastecimento regular de um sector fundamental como as comunicações telefónicas.

A pedido do Governo, a Plessey apresenta as condições para a sua permanência em Portugal, entre as quais se incluía o despedimento colectivo de 1200 trabalhadores.

O Governo rejeita as exigências da multinacional e faz entrar no processo a Centrel. Esta adquire, pelo valor

simbólico de uma libra, todas as acções da Plessey-AEP e obtém do Governo o compromisso de acesso aos «meios necessários» para manter as actividades desta empresa.

No protocolo assinado em 26 de Março de 1980 (Governo Sá Carneiro/AD), autorizava-se a suspensão temporária de contratos de trabalho, em número nunca superior a 960. Mas, contraditoriamente, poucos dias antes a Centrel tinha feito aprovar, num controverso plenário de trabalhadores da AEP, um plano que previa a suspensão de 1256 pessoas.

Apesar dos protestos (nomeadamente do secretariado da célula do PCP na empresa e das estruturas representativas dos trabalhadores), o protocolo foi assinado, no Ministério da Indústria e Tecnologia, por quatro secretários de Estado (Tavares Moreira, Alípio Dias, Bayão Horta e Luís Morales) e pelo administrador-delegado da Centrel (Rocha de Matos). Aníbal Cavaco Silva era ministro das Finanças.

Esta empresa - que se chamava, à época, Centrel-Electrónica Geral - comprometeu-se, nos termos do protocolo, a manter no imediato os níveis de produção e apre-



Os membros das estruturas representativas dos trabalhadores da AEP vieram à redacção do «Avante!» dizer que o despedimento colectivo e a destruição da empresa não são inevitáveis e que o PSD tem responsabilidades em todo o processo que conduziu à actual situação

Centrel Gestão e Comparticipações Holding

Telecomunicações STE (Holding)	Electrónica Industrial (Holding)	Serviços (Holding)	Outras Participações
CGC 51,7% Outros 48,3%	SISTEL (Centrel España)* 65,8%	LOCTEL 100%	AEP 51,3%
TELEQUIPO 50,6%	EID (Dis, Polior, STA CART) 34,7%	SMS 85%	NUTIFRUTA 80%
EMPTL 15,7%	FRAEP (Centrel España)* 88%	(Sogeconta)*	CENTREL TELECOM 99,8%
REIS, ROCHA E MALHEIROS 90%	DATATEL 13%	FACE 100%	
CENT. COMERCIAL (Projidata)* 99,5%		CENTREL ESPAÑA 75%	
EID 14,9%		JISI 60%	
SISTEL 10%		CENTREL U. K. 99,8%	

* 2.ª participações

Quadro divulgado pelo gabinete de relações públicas da Centrel Gestão e Comparticipações, SA, em Abril de 1991

Da AEP nasceu o Grupo

Afirmando que no processo que está a colocar em risco o futuro da Automática «funcionou a lógica do lucro pela via mais fácil», os representantes dos trabalhadores dizem que foi à custa da AEP, através da alienação de sectores e produtos, que nasceu grande parte daquilo que é hoje o Grupo Centrel, o qual teve em 1990 um volume de negócios de 14 milhões de contos.

A STE (Serviços de Telecomunicações e Electrónica), que teve no ano passado um volume de negócios de 2,235 milhões de contos, substituiu o sector de instalações da AEP. A Telequipo (1,240 milhões de contos) tomou o lugar da fabricação de telefones e centrais privadas da Automática, enquanto a Centrel Comercial (1,600 milhões de contos) tomou conta do trabalho do sector da AEP que comercializava aquelas centrais. A EID (Empresa de In-

vestigação e Desenvolvimento de Electrónica, 901 mil contos) foi inicialmente o sector de investigação e aperfeiçoamento da AEP. A FRAEP (Fábrica de Aparelhagem de Precisão e Electrónica de Potência, 349 mil contos) proveio do sector de equipamentos de alimentação de centrais da AEP. O sector de formação e treino da Automática cedeu lugar à FACE. A Sistel (3,901 milhões de contos), que já existia antes da Centrel adquirir as acções da Plessey na Automática, tem hoje parte dos produtos e processos de fabrico da AEP.

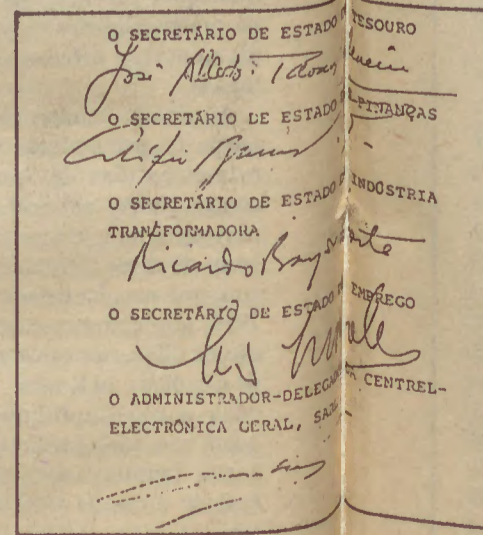
Na AEP, que teve em 1990 um volume de negócios de 3,143 milhões de contos, a holding do grupo (CGC) detém 51 por cento das acções, sendo o restante do IPE (Investimentos e Participações do Estado).



Os trabalhadores da Automática, em esmagadora maioria, têm demonstrado ao longo dos anos uma grande combatividade e estão dispostos a continuar a luta (foto: Concentração de 10 de Maio frente às instalações da empresa em Cabo Ruivo)



Vigília na noite de 5 de Junho, de Ministério dos Transportes e Comunicações



Tavares Moreira, Alípio Dias, Bayão Horta, Luís Morales e Rocha de Matos subscreveram, pelo Estado e pela Centrel, o acordo que deveria ter viabilizado a AEP

sentar um plano de reorganização e reconversão da Automática, bem como a desenvolver e diversificar, no futuro, a produção da AEP. O Estado comprometeu-se a favorecer o incremento das compras do sector público à Automática Eléctrica Portu-

guesa. «Mas nada disto foi cumprido, antes pelo contrário: foi posto em prática um plano de destruição da empresa, com alienação de sectores e produtos da Automática para a constituição de outras empresas, que hoje constituem

o Grupo Centrel» - acusam os representantes dos trabalhadores da AEP, lembrando que, das 3500 pessoas que trabalhavam na Automática, hoje restam menos de 700 (e está em curso o processo de despedimento colectivo de 465), enquanto a empresa está «a desaparecer do mapa».

Mais tarde, em Dezembro de 1986, já com Cavaco Silva como primeiro-ministro do PSD, é assinado o contrato que adjudica à Siemens/Emptel o direito de fornecer e fabricar o sistema telefónico digital. Segundo esse documento (subscrito por representantes do Instituto do Investimento Estrangeiro, do IPE, da Centrel, da AEP e da Siemens), a Siemens comprometeu-se a colocar produtos seus a fabricar na AEP, de modo a ocupar 100 postos de trabalho, no mínimo. A Au-

tomática ficava com 26 por cento das acções da Emptel, criada em consequência do contrato.

Mais uma vez, o compromisso não foi respeitado: «A colocação de produtos foi zero, a ocupação de postos de trabalho foi zero, e hoje a AEP não tem nenhuma participação na Emptel».

Os representantes dos trabalhadores insistem em que «tem que haver responsáveis por tudo isto», destacam o «forte envolvimento político» do Estado e denunciam o facto de o Governo (concretamente, o primeiro-ministro e os responsáveis de vários ministérios a que se têm diri-

gido) e o PSD (cujo grupo parlamentar não deu uma resposta clara nem concreta no encontro que tiveram na AR) não quererem assumir as culpas que têm. Estas poderiam ser melhor esclarecidas se avançasse o inquérito parlamentar sobre o processo das centrais digitais (pedido pelo PCP e aprovado na Assembleia ainda antes das eleições de 1987), ou se fosse atendida a petição que os trabalhadores da AEP entregaram na AR e que não foi agendada porque ministérios envolvidos não responderam aos pedidos de informação da Comissão de Petições.

DM



Concentração no dia 10 de Maio, junto aos portões da AEP

A luta vai continuar

Uma moção aprovada pelos trabalhadores da AEP no plenário que realizaram na semana passada reafirma a disposição de prosseguir a luta contra o despedimento colectivo de 465 camaradas. No mesmo documento, repudia-se a atitude da administração da empresa, ao instaurar processos disciplinares, com indicação para despedimento, a 10 trabalhadores que já estão abrangidos pela ameaça de despedimento colectivo.

A instauração destes processos é interpretada na moção como «atitude de revanchismo», fazendo parte das «medidas de toda a ordem» a que a administração recorre na tentativa de criar um clima intimidatório na empresa.

Referindo-se às reuniões que, no quadro da legislação em vigor, tiveram lugar recentemente no Ministério do Emprego e Segurança Social, bem como às reuniões com os accionistas (IPE e Centrel), a moção reafirma que não estão esgotadas as alternativas ao despedimento colectivo, enquanto a administração e os accionistas «mantêm-se intransigentes na sua intenção de despedir 465 trabalhadores e, consequentemente, destruir a empresa, não demonstrando assim qualquer vontade de encarem a viabilização» da Automática.

No moção os trabalhadores recordam que, ao longo dos onze anos de gestão Centrel, afirmaram insistentemente como possível e desejável a viabilização da AEP e, em diversas ocasiões, apontaram medidas para a reconversão da empresa, nomeadamente o aumento do capital social (com vista ao saneamento económico e financeiro), o investimento na diversificação e modernização do aparelho técnico e produtivo, a conquista de novos mercados e uma reconversão profissional adequada e planificada, com o envolvimento e intervenção dos ministérios envolvidos e da tutela.

Desde que foi conhecida a intenção de proceder ao despedimento colectivo de 465 pessoas, os trabalhadores da AEP e as suas organizações representativas realizaram várias acções de protesto. Além de plenários na empresa, teve lugar a 10 de Maio uma concentração à porta das instalações da Automática em Cabo Ruivo, com deslocação ao Marquês de Pombal (ponto de passagem do Papa João Paulo II, que nesse dia chegou a Lisboa). A 20 de Maio os trabalhadores fizeram greve durante a tarde, concentraram-se junto às sedes dos accionistas (IPE e Centrel) e desfilaram a pé do Marquês de Pombal até à residência oficial do primeiro-ministro. Na noite de 5 de Junho, durante a semana de luta da CGTP, mantiveram-se em vigília junto ao Ministério dos Transportes e Comunicações. Outras acções estão em preparação, com o objectivo de anular os processos disciplinares agora levantados, impedir o despedimento colectivo e defender a viabilização da AEP.

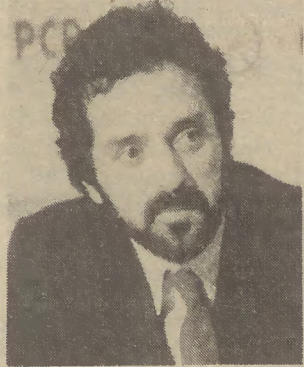
DM

Enriquecer a democracia

O desempenho da actividade governativa está longe de ser a maravilha apregoada, no plano económico, social e cultural. Deixa muito a desejar também no plano do respeito pelos direitos individuais e colectivos dos cidadãos e pelas características próprias do sistema político democrático tal como o concebeu a Constituição.

Em vez de um sistema misto parlamentar-presidencial caminhou-se para um sistema de Primeiro-Ministro, caracterizado pela fúria governamentalizadora, agravando assim a tendência, que tem vindo a ser assinalada, para uma relativa diminuição do papel dos parlamentos em países capitalistas. O facto de o Primeiro ter produzido recentemente, perante a Assembleia da República, um discurso de fraco conteúdo, em que elogia o «trabalho de qualidade a que ficam associados os partidos da oposição», não altera a profunda distorção do princípio da separação e interdependência dos órgãos de soberania. Cavaco Silva apenas procurou mais um palco para propaganda eleitoral e para tentar que tivesse menos crédito a justa acusação de que desvaloriza a Assembleia da República. Mas a sua actividade e orientação não têm que ser avaliadas por operações de última hora que o «marketing político» aconselha,

mas sim pelos vários anos de prática política. São esses que permitem aferir qual seria a sua actuação com uma maioria renovada. Também não faz sentido levar a sério a alegada contenção perante a mensagem do Presidente da República acerca da comunicação social: ao mesmo tempo que Cavaco Silva afivelou



LUÍS SÁ
Membro da Comissão Política

a máscara de postura de Estado, a agressividade coube a outras entidades, como a própria RTP ou personagens do PSD. Mas seria ingenuidade pensar que a orientação adoptada seria a de procurar a articulação e evitar conflitos. Seria antes a quezília e o afrontamento, excepto com quem não se demitisse do seu papel constitucional.

Em vez de um compromisso entre a democracia representativa e de partidos e a democracia participativa acentuou-se a tendência para a teatralização da política, com limitação do número de actores, em que pontifica o Primeiro-Ministro, e a redução de grandes massas à categoria de espectadores, cuja apatia é fomentada, de modo a ser possível dar razão aos teóricos do «neomodernismo». A ideia é tornar o voto não num momento de participação dos cidadãos, entre muitos outros, embora com um papel muito especial, mas no único momento de participação. A «soberania popular» é delegada numa chamada «elite política» e ficaria ainda mais integralmente expropriada em nome de «quatro anos de estabilidade». Acentuar-se-iam os mecanismos que estendem a lógica distorcida do mercado ao campo político, tornando mais verdadeiro e extensivo a Portugal o diagnóstico de Pierre Bourdieu acerca da representação política: «o que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção» (O Poder Simbólico, p. 164). Resta dizer que, além deste estatuto de «consumidores», se verificou uma desigualdade extrema da concorrência entre «produtores». Tudo isso poderia agravar-se se o PSD renovasse a maioria absoluta.

E para que a «soberania popular», exercida exclusivamente através do voto, não produza resultados menos convenientes, verificou-se a diminuição do número de deputados de 250 para 230, com a cumplicidade do PS, de modo a reduzir o número de deputados dos círculos e, em consequência, limitar

o alcance da representação proporcional na conversão de votos em mandatos. O PSD tentou, aliás, ir mais longe, com o pretexto hipócrita de aproximar os deputados dos eleitores. Ele, que transforma os seus deputados em marionetas e que tem que combater as suas ausências à força de multas e outras ameaças! Mas a aversão surda (ou nem isso) ao actual sistema eleitoral prosseguiu, bem como a falta de cuidado com o exercício dos direitos pelos cidadãos. Que o diga o modo descuidado como foi tratada a questão da actualização do recenseamento eleitoral, apesar de se saber que era fundamental esclarecer e mobilizar dezenas de milhar de jovens para se inscreverem e muitos outros cidadãos para transferirem a sua inscrição. Aos 500 mil falsos eleitores que constam dos cadernos eleitorais, segundo estimativas do STAPE, haverá que juntar muitos outros, com capacidade eleitoral mas que não estão inscritos, sem que este facto tenha imposto uma campanha suficientemente ampla e criativa com o objectivo de combater esta situação.

Entretanto, em matéria de respeito pela democracia participativa, para só referir uma questão recente, vimos como, na questão do pacote laboral, foi reduzido a quase nada o direito das organizações

dos trabalhadores participarem «na elaboração da legislação de trabalho», apesar da sua garantia constitucional.

Mas há mais: em vez do acesso ao direito e aos tribunais «não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos» e do direito à informação e consulta jurídica e ao patrocínio judiciário que a Consti-

Hoje, toda a actividade do Governo, do PSD e dos seus deputados é marcada pelo receio de perder as eleições

tuição garante, a justiça continua cara e extremamente morosa, o parque judicial degradado e a informação, consulta e patrocínio judiciário são de quarta ou quinta qualidade para quem não tem meios económicos para os pagar segundo os «mecanismos de mercado».

Em vez da Administração Pública moderna, aberta, participada, próxima dos cidadãos, eficaz e eficiente, manteve-se e agravou-se a centralização, concentração e a opacidade. A «cunha» é o grande processo de «evitar a burocratização», objectivo a que se refere a Constituição. O Código do Procedimento Administrativo, há tantos anos proposto pelo PCP, só foi ressuscitado em vésperas de eleições. O direito de petição não teve a devida divulgação, apesar de ser uma forma de os cidadãos intervirem e verem as suas aspirações tratadas pelos órgãos de poder. Assiste-se a uma desresponsabilização dos serviços públicos em relação à garantia dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais e dos direitos dos trabalhadores, a uma fúria privatizadora e à criação de ambíguos «institutos públicos», com estatuto indefinido, que pode visar a colaboração com organismos patronais e empresas, à margem dos mecanismos normais de controlo de procedimentos administrativos e financeiros.

Em vez da política de descentralização e regionalização, foi prosseguida uma política de esbulho de verbas, ingerências, imposição de encargos, calúnias contra municípios e hostilidade à criação das Regiões Administrativas que a recente aprovação da Lei-Quadro não consegue disfarçar, quer por ter sido imposta ao PSD, quer por não ser acompanhada de medidas fundamentais, como a delimitação de áreas, a definição clara de atribuições e a regulamentação das finanças regionais. O PCP, primeiro partido a apresentar diplomas sobre esta matéria, dará também um contributo para superar estas lacunas. Ao PSD só se devem ameaças e bloqueios de cariz centralista.

A política é um espectáculo com poucos actores e um país de espectadores passivos? Há quem a conceba assim e queira levar às últimas consequências as suas concepções. Por isso mesmo, é fundamental derrotá-las e caminhar para a fusão, na pessoa dos cidadãos, da qualidade de «actores» e de «espectadores». Isso só é possível com uma política de permanente enriquecimento da democracia, com um

Estado em que cada órgão assumia o seu papel, e estruturado com base na abertura, na participação e na descentralização.

Hoje há quem, fazendo um diagnóstico correcto da situação, erre ao apontar as causas e transforme o diagnóstico num pretexto para outros passos no caminho para empobrecer a democracia.

Se há manipulação nos órgãos de comunicação social do Estado, a responsabilidade não seria das concepções e da prática do PSD, mas do próprio facto de haver órgãos que pertencem ao Estado. Privatizar ainda mais seria a solução. Entretanto, está à vista, através das operações privatizadoras de Cavaco Silva, que o resultado é a tendência para a concentração da comunicação social sob o controlo de grupos económicos. Numa época em que, à escala internacional, o «complexo mediático-industrial» controla a informação fundamental, órgãos do Estado poderiam ser, se essa fosse a orientação adoptada pelo poder, lugares de verdade, isenção e pluralismo. O inimigo não é o que é público, é o modo como quem detém o poder o manipula e trata como privado.

Afirma-se também que se há governamentalização, centralização e concentração do poder, a culpa não seria das orientações do Governo, mas da «partidocracia», que haveria que rever através de novas manipulações eleitorais e do «voto personalizado» em pequenos círculos. Estes poderiam ser, em muitos casos, reinos do caciquismo, à moda dos sistemas eleitorais do século XIX, sobretudo se não forem compensados com círculos de escrutínio, à escala nacional, em que são contados os votos que não elegem em cada círculo, de modo a preservar a proporcionalidade. Estas concepções não aparecem só da banda da direita, mas também por parte de figuras do PS que preferem a bipolarização ao pluralismo e as manipulações aos acordos no campo democrático, na base do respeito mútuo.

É evidente que têm que ser multiplicadas formas de participação e que os partidos não as esgotam. Mas é mistificador absolver o PSD, aproveitar os seus erros para contestar o regime e abrir caminho a mais passos para a sua adulteração; e é perigoso reeditar uma cruzada antipartidos, que é difícil não comparar com as campanhas no mesmo sentido conduzidas pelo «Estado Novo» ao longo dos 48 anos da sua existência.

É evidente que o chamado «Estado de partidos», podendo colocar o mesmo partido por detrás de vários centros estatais de poder, pode contribuir para a sua concentração real num só centro e, neste, num só chefe, sobretudo quando existem maiorias parlamentares absolutas. Mas esse facto é tanto mais provável quanto mais autocrática e autoritária for a orientação do partido dominante, quanto menos respeitadora da função de cada órgão de poder e quanto mais avessa ao diálogo e às iniciativas da oposição for a sua prática política; por outro lado, neste quadro, a partilha «vertical» do poder com os municípios, com as freguesias, com as instituições a criar nas áreas metropolitanas e com as regiões administrativas que estão por instituir tem particular importância, como teve a democracia participativa.

Hoje, toda a actividade do Governo, do PSD e dos seus deputados é marcada profundamente pelo receio de perder as eleições. É ele que leva o Primeiro-Ministro a S. Bento, a multiplicar medidas demagógicas e a agitar-se em inaugurações frenéticas. É ele também que o leva a conter-se e a não subir mais o tom no conflito com o Presidente da República. Surgem, apesar disso, marcadas as suas concepções: as inaugurações, apresentadas como dádiva do «chefe» a populações sem direitos e não como resultado do funcionamento normal da Administração Pública; a apresentação de si próprio como um salvador, sem o qual seria a instabilidade e o caos; o pacote laboral que limita direitos e liberdades dos trabalhadores; o esbulho dos baldios; a chantagem para impor mais encargos ao Poder Local; a própria manipulação da comunicação social, que visa combater o descontentamento, mas é em si mesma esclarecedora de concepções autoritárias.

Outubro é uma oportunidade de mudança que não se pode perder, por muitas razões: uma delas, e bem importante, é a necessidade de enriquecer a democracia em Portugal e pôr termo ao processo de esvaziamento do seu conteúdo em aspectos fundamentais.

EM FOCO

Nordeste sofre Governo passeia

O Governo e o PSD decididamente estão apostados em «passear» pelo interior, Ministros e Secretários de Estado, aproveitando todas as ocasiões. As visitas de membros do Governo ao distrito de Bragança têm vindo a aumentar nos últimos meses e todos os pretextos servem: inaugurações, abertura de feiras, apresentação de projectos, seminários, assinaturas de protocolos e almoços.

As actividades de promoção eleitoral do Governo e dos candidatos do PSD pelo distrito não conseguem esconder que se estão a agravar as assimetrias regionais, e desmentem que o Nordeste está a mudar (como afirmam), antes confirmam que os Nordestinos se estão a mudar (para a emigração e para as regiões industrializadas).

Ninguém ignora que não foram tomadas medidas capazes de estancar a sangria que o Nordeste Transmontano tem vindo a sofrer nos últimos anos — destruição da já fraca produção industrial, abandono crescente da agricultura, desertificação do meio rural, crescimento da emigração.

No plano social e económico não se está a concretizar o augurado surto de progresso e bem-estar que os porta-vozes locais do Governo tantas vezes anunciaram. A não ser que identifiquem «progresso» com a desenfreada eucaliptização, com a degradação das vias férreas, com a especulação imobiliária, com o aumento da corrupção e utilização dos dinheiros públicos para promoção pessoal e partidária.

Acentuou-se a desindustrialização do distrito. Bragança teve sempre baixíssimos índices de industrialização. Os ferros de Moncorvo representavam para muita gente a esperança que o futuro fosse diferente. Com a política de direita foi posto ponto final na sua exploração, como aconteceu com o Plano Siderúrgico Nacional, de que eram uma componente importante. Mas o mesmo destino tiveram as restantes minas que estavam em laboração (Argozelo, Portelo e Ribeira). Fechou a unidade fabril da Quimigal em Mirandela e reduziu-se drasticamente a actividade fabril do Complexo Agro-Industrial do Cachão, empresa entregue ao IPE que a não viabilizou como foi prometido. Tudo parece confirmar a existência de intenções de a vender ao capital privado, com grande probabilidade estrangeiro.

Na agricultura os dinheiros da CEE não conseguem tapar todos os buracos. Prossegue a política de destruição das principais produções da região. Nos campos, a oliveira, os cereais e a batata são substituídos pela plantação indiscriminada de eucaliptos, que cobrem milhares de hectares dos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e ameaçam já concelhos de clima mais frio como Vinhais e Miranda do Douro.

No Douro crescem os problemas e as preocupações dos agricultores, como o confirmaram os participantes num recente Debate realizado em Carrazeda de Ansiães pela DORBA do PCP. Não foram só comunistas. Gente da área do Governo, entre os quais um grande proprietário, referiram as dificuldades de escoamento do vinho generoso e de pasto, o não cumprimento de promessas ligadas à reestruturação da vinha, as preocupações pelas tentativas que as multinacionais exportadoras estão a fazer para dominarem também a produção. Entre os presentes, três eram produtores que, tendo aderido à 1ª fase do PDRITM (Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás os Montes), estão agora a ser confrontados com a falta de cumprimento de uma promessa, que lhes foi feita pelo Ministério da Agricultura (indevidamente!) de lhes atribuir oito pipas de benefício por hectare. Promessa a que a Casa do Douro (a quem compete a atribuição do benefício) parece ser alheia e não está disposta a concretizar.

Dificuldades também para os produtores de amêndoa e outros frutos secos. A quebra do preço da amêndoa na zona do Douro Superior e Terra Quente Transmontana está a ser encarada com preocupação e era a resolução dos problemas financeiros.

O sector cooperativo vive uma preocupante crise, resultante de ruinosas gestões de direita e da falta de apoios estatais. Na Cooperativa Agrícola de Vila Flor as dívidas a fornecedores, associados e à banca ultrapassam os 500 mil contos. A Cooperativa Agrícola de Mirandela encontra-se à beira da falência, tendo já por diversas vezes fechado por falta de produtos e com salários em atraso aos trabalhadores.

Na COOPBRI (Bragança) fala-se em dissolução, enquanto na de Moncorvo e na Unitranscoop existem dificuldades.

Aqueles que produzem não são incentivados, antes lhes são criadas imensas dificuldades. Os serviços oficiais em muitos casos permitem e até incentivam a usurpação de baldios por juntas de freguesia e até particulares. A produção de ovinos e caprinos sofre sérias medidas restritivas, através de posturas que elaboradas pela CCRN (Comissão de Coordenação da Região Norte) são aprovadas por autarquias locais de modo a levantarem dificuldades ao pastoreio e circulação de gado.

Continuam a ser grandes as carências na Saúde e no Ensino. Apesar da demagogia do Governo repetem-se de ano para ano os problemas nas Escolas. É a superlotação da maioria das escolas secundárias e preparatórias, sendo os casos mais preocupantes as Secundárias Emídio Garcia e da Sé (em Bragança) e Secundária de Mirandela. Mas se a maioria está superlotada também se verifica um caso de subaproveitamento não menos preocupante: a Escola Secundária de Carvalhais, mais conhecida por Escola Agrícola. Nos últimos anos o número de alunos que a frequentam baixou de mais de 400 para cerca de 250. A degradação das instalações, a supressão do internato para novos alunos, a forma como se processa o acesso às Escolas Superiores Agrárias, são

As actividades de promoção eleitoral do Governo e do PSD não conseguem esconder que se estão a agravar as assimetrias regionais, e desmentem que o Nordeste está a mudar

alguns dos motivos que têm contribuído para o desinteresse de os estudantes frequentarem esta Escola.

Continuam a faltar instalações para a prática de Educação Física e actividades desportivas em muitas Escolas.

Em algumas sedes de concelho (Freixo de Espada à Cinta, Alfândega da Fé e Vimioso) porque apenas existem escolas C+S não há os 10º, 11º e 12º anos, o que obriga os estudantes a deixarem mais cedo a família ou percorrer diariamente dezenas e dezenas de quilómetros em carreiras com horários desajustados (um caso concreto: os alunos de Freixo que estudam em Moncorvo, andam diariamente 84 Kms, saindo às 6.45 e chegando a casa à noite cerca das 20.30).

No ensino aquilo que tem sido apresentado como «a menina dos olhos» do Governo (as Escolas Superiores) começam a levantar dúvidas quanto à qualidade da formação.

Na Saúde as coisas não vão melhor.

Enquanto prosseguem as obras de ampliação do Hospital de Mirandela, verifica-se que em Macedo de Cavaleiros

há instalações mas não há os médicos necessários. Falta de médicos, nomeadamente especialistas, também em Mirandela e Bragança.

Os doentes nos Centros de Saúde são obrigados a autênticos actos de heroísmo: irem esperar de madrugada para marcarem consulta, seja Inverno ou Verão. Se não madrugarem correm o risco de já não haver vaga e terem de recorrer à medicina privada...

Continuam a degradar-se infra-estruturas e outras não avançam com suficiente rapidez. A construção da tão falada IP 4 continua a passo de caracol e com largos anos de atraso. Para o fim ficaram os troços mais acidentados o que irá atrasar ainda mais a sua conclusão. O Governo e JAE interessados em transferir a maioria das estradas nacionais para os municípios, estão a permitir uma crescente degradação da rede viária. Mesmo alguns troços recentemente construídos estão já cheios de problemas, como a estrada Pocinho — Ponte do Sabor, que teve de ser encerrada ao trânsito para reparação e correcção de percurso, ainda não são passados 2 anos sobre a sua construção.

Continua a degradação da Linha Férrea do Tua, num processo que a manter-se implicará inexoravelmente o seu encerramento, como aconteceu com a Linha do Sabor e o troço de via larga entre Pocinho e Barca d'Alva.

Bem... Dirão alguns «mas nem tudo são espinhos... tendes pelo menos um bom ambiente e a poluição aí não é problema...».

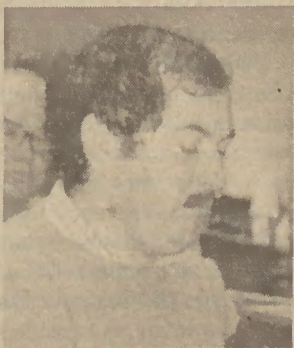
Apesar das imensas potencialidades também neste campo surgem já problemas.

Não são tomadas medidas que ponham cobro à extração desenfreada de areias dos rios e ribeiras. Estão a ser poluídos cursos de água, sendo as situações mais graves as verificadas com os rios Fervença (esgotos industriais e domésticos de Bragança), Tua (detritos industriais do CAICA e Matadouro do Cachão, esgotos industriais e domésticos da cidade de Mirandela, entre outros focos poluidores), Sabor e as ribeiras de Carvalhais e Alfaião.

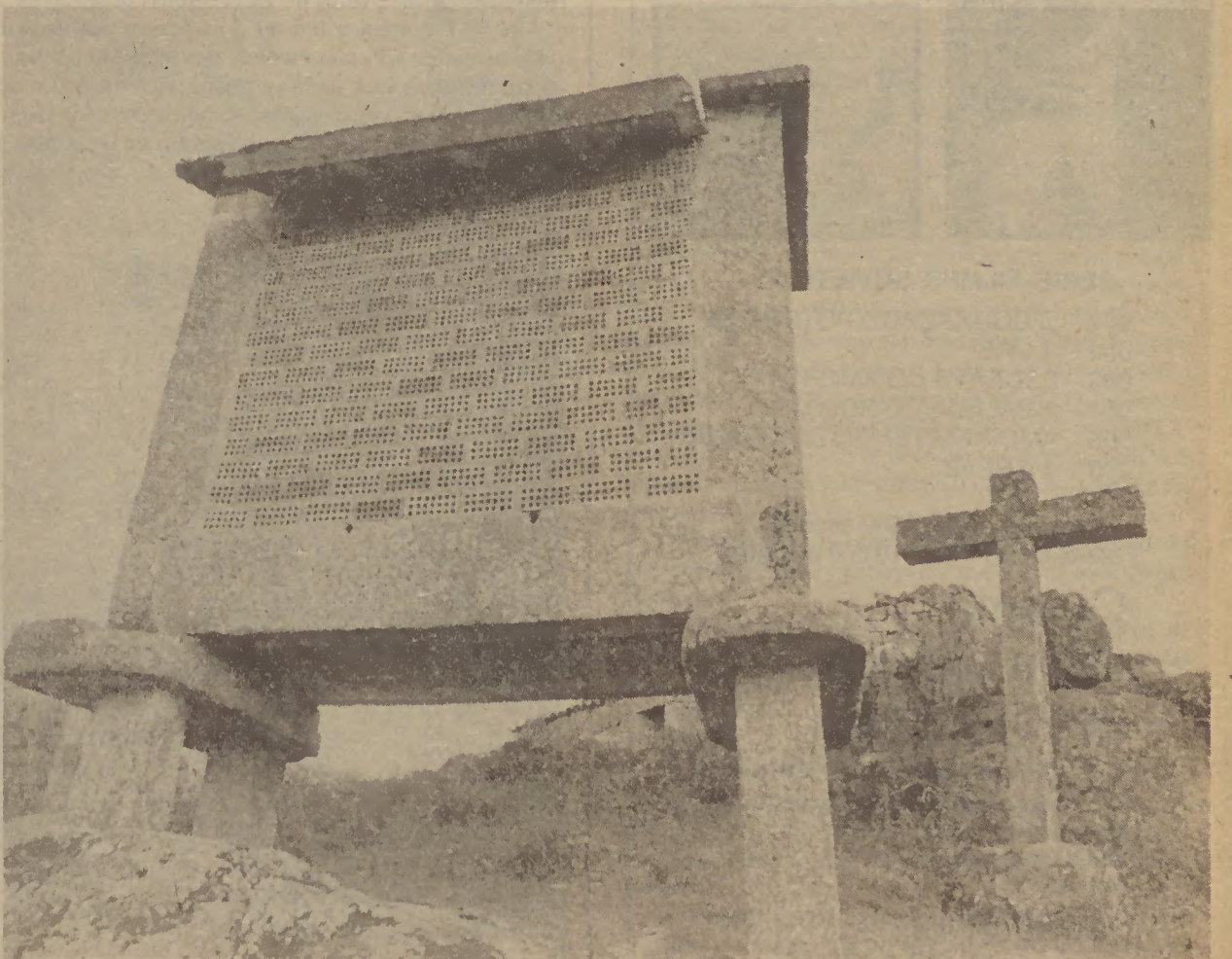
Continuam a ser autorizadas instalações industriais poluentes, sem equipamento de despoluição, enquanto as duas cidades do distrito (Bragança e Mirandela) não possuem estações de tratamento de águas residuais e despejam os esgotos directamente nos rios.

As consequências da política seguida pelos Governos de maioria PSD são desastrosas. Só uma nova política e um novo Governo poderão alterar a situação, travar a crescente desertificação, proteger o ambiente e equilíbrio ecológico, criando melhores condições para todos aqueles que trabalham e vivem no Nordeste Transmontano. Em Outubro os nordestinos terão a possibilidade de alterarem esta situação.

Se nas últimas autárquicas foram capazes de dizer BASTA à gestão ruinososa do PSD em muitas autarquias, também em Outubro poderão dizer NÃO ao Governo PSD/Cavaco Silva.



Serafim Brás da Silva
Membro da Comissão
Executiva Nacional do CC



Ferroviários lutam contra a degradação das condições de vida

Os ferroviários sabem o que se passa na sua empresa e ficam revoltados quando assistem, sobretudo na RTP, às barragens de propaganda sobre uma modernização que não passa do papel.

Os trabalhadores da CP vão cumprir no próximo dia 21 mais uma greve de meio período de trabalho. Depois do êxito de idêntica paralisação no passado dia 7, decretada pela Federação, a greve do dia 21 será cumprida também pelos trabalhadores inscritos nos sindicatos da UGT.

A redução do horário semanal para 40 horas (objectivo que ganha agora mais força depois de ter sido alcançado pelos operários da Função Pública e das Autarquias), a negociação séria, por parte do Conselho de Gerência, de um regulamento de Carreiras mais justo, que elimine os desequilíbrios introduzidos em 1985, por razões político-partidárias e, finalmente, a redução de idade de reforma e alargamento do âmbito da Caixa de Previdência de 1927, são os três grandes objectivos desta luta.

Na paralisação do passado dia 7, embora convocada apenas pela Federação, participaram centenas de trabalhadores não filiados nos Sindicatos da CGTP que quiseram assim manifestar a sua concordância com os objectivos da luta em curso pela melhoria das condições de vida de todos os ferroviários.

Embora não esteja expressa no pré-aviso de greve, a modernização da CP é, por outro lado, uma das grandes preocupações dos ferroviários, que associam a ideia da modernidade à da necessária humanização das condições de trabalho hoje praticadas na CP.

Em contrapartida o Governo e o seu Conselho de Gerência entregam-se a uma estéril campanha de propaganda, de que o escândalo da ponte sobre o Douro é apenas o episódio mais caricato.

Os ferroviários sabem o que se passa na sua empresa e ficam revoltados quando assistem, sobretudo na RTP, às barragens de propaganda sobre uma modernização que, na maior parte dos casos, não passa do papel.

É claro que algumas obras estão a ser feitas, como, aliás, sempre se fizeram. Mas o panorama geral da rede de CP conduz-nos à verificação de um estado geral de atraso, que se agrava de dia para dia, ao mesmo tempo que se tornam mais dolorosas as condições de trabalho impostas aos trabalhadores.

A fanfarras eleitoral do Governo chama a atenção da opinião pública para as duas ou três obras mais espectaculares que estão a ser feitas com o dinheiro da CEE, mas oculta deliberadamente os prejuízos causados às populações do interior com o encerramento de mil quilómetros de via e cerca de três centenas de estações.

A RTP amplifica um ou dois pontos positivos da vida actual da CP, mas esconde dos olhos do público a triste realidade que são a redução das velocidades dos comboios, para evitar acidentes, tal o estado de degradação a que chegaram as linhas, assim como esconde as precárias condições de trabalho impostas aos ferroviários.

Pouca gente sabe, por exemplo, que nos últimos cinco anos os ferroviários perderam 8,5% do seu poder de compra, como consequência de redução dos salários reais.

Pouca gente sabe que o CG da CP acaba de apresentar uma nova proposta de Regulamento de Carreiras, que aponta para aumentos de 30\$00 por mês para milhares de trabalhadores, ao mesmo tempo que se propõe aumentar para 17 anos o tempo necessário para se atingir o topo das carreiras, que agora se atinge ao cabo de 8 anos.

Fala o CG e fala o Governo na modernização da CP. Dizem até que têm 225 milhões de contos para ganhar gastar até 1995. Mas ao penetrarmos nas oficinas, nas estações e outras instalações da empresa, ao longo da linha, deparamos com situações escandalosamente degradadas de segurança e salubridade. Só em 1990 a CP perdeu 80 mil dias de trabalho devido a acidentes no trabalho. E no entanto o CG não deixa funcionar a Comissão Central de Segurança, a que ele próprio preside, a qual não reúne há mais de seis anos.

Grandes injustiças

Acresce a tudo isto que a degradação das condições de trabalho dos ferroviários é acompanhada pela escandalosa melhoria dos rendimentos dos membros do CG, os quais levam todos os meses para casa mais de mil contos, em dinheiro ou em espécie, contando carro, motorista, almoçadas, gasolina à discrição, telefones, seguros de vida, verba para despesas de saúde com o agregado familiar, ajudas de custo, etc., etc., etc.

Apenas um exemplo, extraído, aliás, do Balanço Social da CP, elaborado pelo próprio CG: em 1990 o valor dos subsídios complementares (férias e 13.º mês) pagos aos membros do CG quadruplicaram, enquanto o valor dos mesmos subsídios pagos aos trabalhadores registou um aumento da ordem dos 13%, que a empresa está em situação difícil e não se pode ultrapassar o tecto salarial imposto pela tutela...

Este é apenas um exemplo, dos muitos que poderíamos referir, das graves injustiças de que estão a ser vítimas os 22 mil trabalhadores ferroviários portugueses.

A luta em que estão empenhados tem, portanto, plena justificação, pelo que a responsabilidade dos transtornos que a greve do dia 21 causar aos utentes só pode ser atribuída ao Governo e ao seu CG da CP. A estabilidade de que o Prof. Cavaco Silva tanto gosta de apregoar não passa, como estamos a ver, de uma palavra oca, ao serviço da sua propaganda eleitoral e das suas conveniências e ambições políticas.

JOSÉ M. OLIVEIRA
Membro da Comissão Executiva
da Federação dos Ferroviários



A GREVE

Realização: SERGEI EISENSTEIN
mestre ou mestres, realizador de
"O Couraçado Potemkine"

Sovexportfilm

SOVEXPORTFILM apresenta uma produção GOSKINO/
PROLETKULT. GRIGORI ALEKANDROV, MAKSIM
STRAUCH, MIKHAIL GOMAROV em "STATCHKA"
Fotografia de EDOUARD TISSE. Argumento e
Realização de SERGUEI EISENSTEIN.



O CINEMA DE QUALIDADE
EM SUA CASA

Impressionante reconstituição de uma greve operária na Rússia Czarista de 1912.

Do suicídio de um trabalhador à repressão maciça, a acção progride numa aceleração dramática sem precedentes e culmina em momentos de indescritível violência.

Este trabalho de estreia do jovem Eisenstein possui um fôlego épico, um esplendor visual, um ritmo alucinante que o transformam em muitíssimo mais que um simples panfleto.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

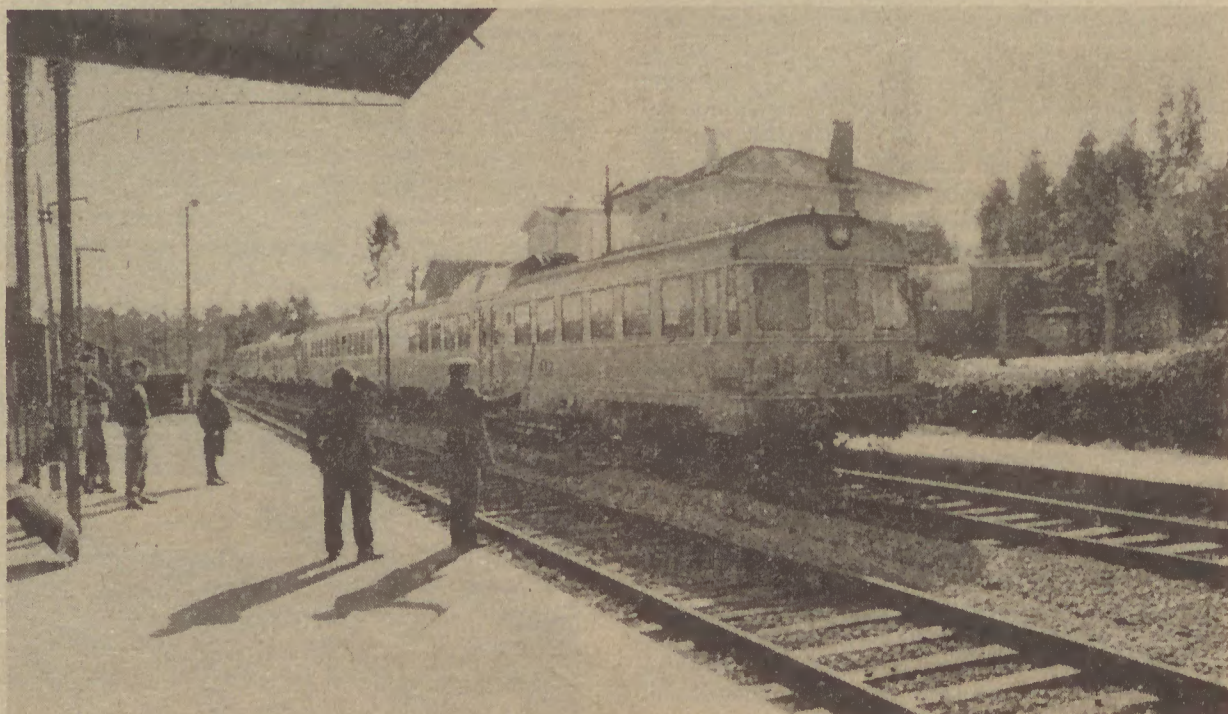
- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:
crac serviços, GRL
VIDEO crac filmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX



Feira Nacional da Agricultura prepotências e discriminações

A Feira Nacional da Agricultura/Feira do Ribatejo arrasta consigo uma história de 55 anos.

Abriu pela 1.ª vez em 17 de Maio de 1936, durante uma mês, com uma característica peculiar de Exposição-Feira dos produtos da Região, organizada a partir das representações dos Concelhos do Distrito. Há quem considere o que foi este o primeiro marco para a caminhada de uma Feira que é hoje um grande certame, designado como Nacional, que se realiza naquela que é considerada a Capital Agrícola do País.

Entre 1953 e 1964, realizou-se com a designação de «Feira do Ribatejo», passando depois a chamar-se «Feira Nacional da Agricultura» devido à sua crescente importância e ao estatuto que lhe foi atribuído pelo então «Ministério da Economia» do Governo de Marcelo Caetano.

A Revolução de Abril de 1974 provocou uma alteração na organização e na gestão executiva da Feira. A Câmara Municipal de Santarém passou a ter a responsabilidade de organizar o certame, nomeando anualmente e por triénio a partir de 1979 uma Comissão Executiva, que independentemente dos critérios para a sua escolha nunca tiveram o estatuto de Proprietários Privados de Feira.

A todo um processo de boicotes e chantagens seguiu-se um processo complicado de negociações que envolveu particularmente a CAP, o PSD, e o PS mesmo a nível central. As cedências à CAP e ao PSD facilitaram todo o processo de privatização da Feira.

No ano seguinte, em 1984, torna-se mais evidente este objectivo. A Câmara Municipal de Santarém «cozinha» juntamente com a CAP e o Ministério da Agricultura um «Acordo de Cooperação» subscrito por estas entidades e ainda pela CIP e CCP. Este Acordo fixou uma estrutura organizativa da Feira autónoma e embrionária de uma sociedade mista de capitais privados.

Em 1989 fica consumada a privatização da Feira com a constituição do CNEMA — Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, Lda. Com 28 accionistas, sendo os principais a CAP-Confederação dos Agricultores de Portugal, CIP-Federação da Indústria Portuguesa, CONFAGRI-Confederação Nacional das Federações das Cooperativas Agrícolas de Portugal, CMS-Câmara Municipal de Santarém.

Os processos de privatização sempre caminharam a par de duros golpes e grandes limitações ao exercício da Democracia. Assim tem sido nas fábricas, nos bancos, nas companhias de seguros, nas grandes empresas de serviços e nos campos. Para dar razão e justificar este ponto de vista podemos tomar como exemplo o que se passa actualmente com a Feira Nacional da Agricultura.

Este ano, mais uma vez, estamos perante a prepotência e a discriminação levados a cabo pela CNEMA.

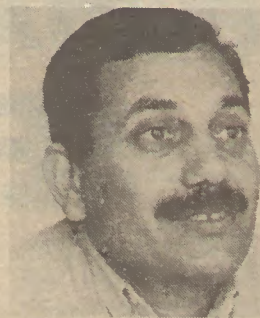
Diz-se este ano mais uma vez, porque tanto antes do 25 de Abril de 1974 como após a privatização da Feira em 1989, se tem discriminado a representação da pequena e média agricultura, assim como das forças e organizações democráticas. É o domínio absoluto e selectivo dos agrários, dos grandes comerciantes e dos grandes industriais, aliados à interesses económicos e políticos antidemocráticos.

O actual presidente do CNEMA, o senhor engenheiro José Andrade, em entrevista publicada num jornal nacional diário de 7-06-1991, declarou que no Colóquio da responsabilidade do CNEMA, a realizar no dia 14-06-91, apenas teriam direito a participar o PS e o PSD. No entanto, lendo o Programa da Feira pode-se verificar que também o CDS estava incluído como participante no Colóquio.

Ter-se-á dado o caso do senhor engenheiro, quando deu a entrevista, se ter esquecido de mencionar esta força política porque ela não tem nenhum deputado eleito pelo distrito de Santarém? Ou, se lesse o Programa, estalasse de vez o verniz e ficasse clara a discriminação do PCP, ao ter completado a justificação desta opção com base de que só aqueles partidos políticos (PS, PSD, CDS) poderiam vir a ter responsabilidades governativas?

No dia 12-06-1991, uma Delegação da DORSA do PCP, que contou com a participação do camarada Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP e cabeça de Lista da CDU pelo distrito de Santarém, visitou a Feira Nacional da Agricultura. Esta Delegação foi recebida pelo CNEMA, para ouvir uma informação sobre a Feira, expor algumas opiniões e, sobretudo, protestar pelo tratamento dado ao PCP.

O presidente do CNEMA perante o protesto expresso, assumiu a decisão tomada de marginalizar o PCP



ANTÓNIO ORCINHA
Membro da
Comissão Executiva Nacional
do CC

Uma delegação do PCP confirmou ao vivo o comportamento totalitário e antidemocrático do CNEMA e do seu presidente

dos debates. Tendo ficado reafirmado o conteúdo antidemocrático desta decisão, o presidente do CNEMA disse ainda ser este o critério decidido pela Administração e que, tanto ele como o colectivo, eram unânimes em assumir tal atitude.

Desta forma arbitrária e totalitária o Partido Comunista Português foi afastado de um Debate Nacional, sendo como é a 3.ª Força Política Nacional e, em termos de Poder Local, a 2.ª Força Política no Distrito de Santarém.

A presença do PCP incomodaria num tal Debate. Certo é que as propostas e as verdadeiras preocupações dos Agricultores e da Agricultura Portuguesa viriam a ser introduzidas nesse Debate. Não ficariam no esquecimento, por exemplo: a destruição da Estação Zootécnica Nacional, verdadeiro crime contra a Agricultura Nacional; a retirada de terras Nacionalizadas eleitoralmente distribuídas a Rendeiros, verdadeiro atentado aos interesses dos Agricultores e da Agricultura Portuguesa; e, mais recentemente a tentativa de impor um controlo de qualidade à Produção de Tomate, através da análise ao estrato seco, na colheita, num momento em que as culturas já estão muito adiantadas e em que foram as próprias Empresas que forneceram as plantas.

A presença do PCP incomodaria num tal Debate, porque levantaria os problemas do escoamento do Vinho, criado com os baixíssimos preços de 46\$00 e 48\$00 da «Intervenção» para queima, enquanto cresce a especulação com as importações de vinho Espanhol por vezes de má qualidade e que acaba por ser engarrafado com rótulos de marcas nacionais.

A presença do PCP incomodaria num tal Debate, porque iria questionar o CNEMA sobre a representatividade e a participação dos Agricultores numa Feira que segundo a afirmação do senhor engenheiro José Andrade, aos microfones da RTP, é a Feira de todos os Agricultores. Pois uma coisa são palavras e outras são os actos. Há dois anos consecutivos que importantes Organizações dos Agricultores Ribatejanos e uma Grande Organização Nacional da Agricultura Portuguesa vêm protestando porque lhes é recusado o acesso à Feira.

Com certeza que a Presença do PCP incomodaria aqueles que não gostariam de ser confrontados com estes e com outros aspectos de uma política antinacional e daí ser mais fácil aplicar a «Lei da Rolha».

Será que a Câmara Socialista e o Presidente Botas também subscrevem tais atitudes?

A Câmara Municipal de Santarém participa no CNEMA como accionista, com dinheiro e bens públicos, não com capital privado. Como tal, estes bens e dinheiros públicos devem ser geridos com lisura e independência. Mas parece que não é o caso. São os accionistas privados, particularmente a CAP, que põem e dispõem, reduzindo-se a participação da Câmara Municipal a um «verbo de encher». Isto ficou claro quando o Presidente da Câmara, que estava presente na entrevista, assumiu no fundamental a decisão do CNEMA, tendo ainda a desfaçatez de dizer: «Vocês podem ir à vontade, como qualquer cidadão, assistir ao debate porque a entrada é livre».

Evidentemente que o PCP não participou apesar do tão «modesto» mas significativo gesto do Senhor Presidente!

O Partido Comunista Português tem propostas de política agrícola para o País e que são reconhecidas como sendo uma contribuição séria e responsável para o desenvolvimento da Agricultura em Portugal e salvaguarda dos interesses dos Agricultores.

Para que os Portugueses, e em particular os Ribatejanos, conheçam e julguem este processo, exemplo de uma atitude totalitária e antidemocrática de quem parece saudoso de um passado que os portugueses não esquecem.

Os comunistas pela sua parte continuarão a luta procurando contribuir sempre para o aprofundamento da democracia e a resolução dos problemas Nacionais.



Serguei Bubka em Lisboa

VOAR MAIS ALTO SEMPRE...

Os problemas da alta competição desportiva na União Soviética estiveram em foco na conferência de imprensa dada por Serguei Bubka em Portugal, aquando da sua presença para participação no III Meeting Internacional de Santo António, a semana passada em Lisboa.

Nas perguntas dirigidas ao atleta soviético, os órgãos de comunicação social portugueses insistiram muitas vezes em tentar detectar as diferenças existentes na organização desportiva soviética, antes e depois do início da *perestroika*.

Bubka começou por qualificar de «informação não correcta, não verídica e especulativa» as notícias que afirmavam ter o atleta, no princípio do ano, emigrado para a Alemanha por alegada falta de condições de treino na sua pátria.

Respondendo a uma pergunta do «Avante!», o saltador à vara referir-se-ia às dificuldades financeiras existentes na URSS para justificar uma diminuição de ajudas do Estado ao desporto de alta competição, acrescentando no entanto que «aos atletas que foram campeões olímpicos ou recordistas mundiais são garantidos diversos apoios».

«Antigamente a alta competição tinha o suporte do Estado que entregava o dinheiro que fosse necessário. Neste momento tenta-se otimizar soluções de acordo com a situação económica vivida no país» sendo muitas vezes, segundo Bubka, os próprios atletas que procuram patrocinadores que financiem a sua actividade desportiva.

Sobre a influência que o processo político da URSS tem a nível desportivo, o recordista mundial afirmaria que no seu caso pessoal a situação não se alterou: «continuo a aplicar-me nos treinos da mesma forma que anteriormente. Sempre me esforcei por obter resultados de grande nível». Bubka acrescentaria que «é evidente que hoje as pessoas se sentem mais à vontade no meu país, há mais liberdade, indiscutivelmente está-se melhor».

Sobre a profissionalização do desporto na União Soviética, o recordista considerou que, organizativamente, o desporto soviético piorou em relação à situação vivida anteriormente: «embora fosse um sistema mais fechado havia maior profissionalismo em termos organizativos». O atleta disse que o desporto na União Soviética está hoje baseado na capacidade de sobrevivência dos clubes e modalidades: «hoje todas as empresas na União Soviética tentam autofinanciar-se, é esse o sistema que agora também se aplica aos clubes, daí que o desporto vá tentando sobreviver...».

Sobre o clube moscovita que actualmente representa, criado apenas há um ano, Bubka diria que aí a situação é favorável, «não sendo financeiramente comparável à de outras organizações equivalentes, sejam clubes, associações ou sociedades desportivas».

Bubka admitiu existirem conversações com um clube ou clubes franceses para uma eventual transferência, nada

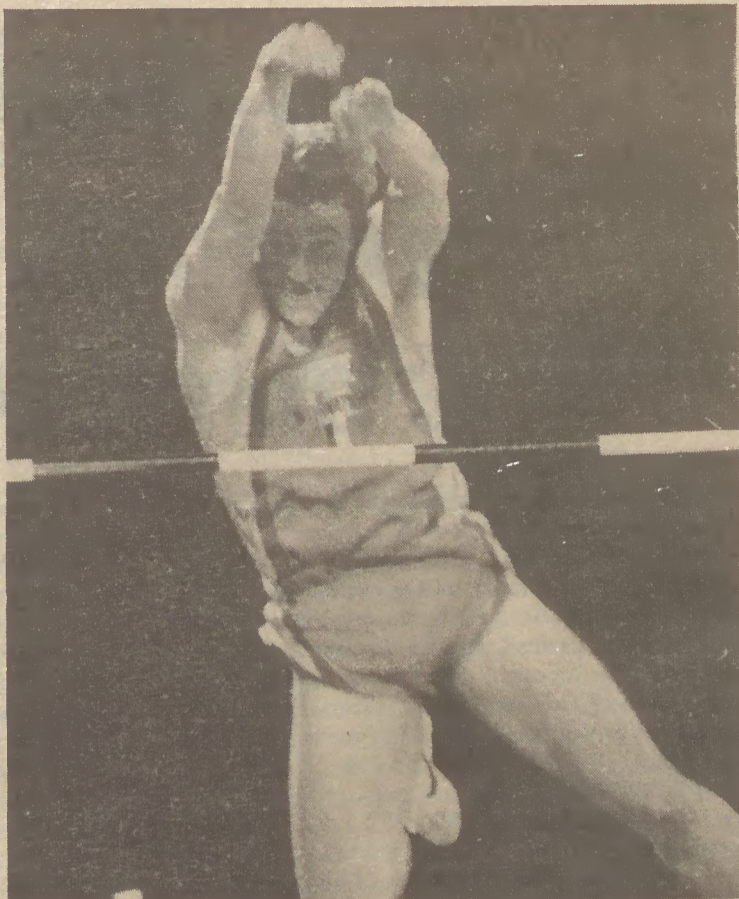


Bubka disse em Lisboa que organizativamente o atletismo soviético piorou. Menos profissionalismo, menos apoios e busca de financiamentos.

estando ainda definido. «Esse terá de ser um passo bem estudado. Uma coisa é conversar e dizer coisas muito bonitas, outra é concretizar; nessa altura aparecem sempre determinadas dificuldades que as pessoas às vezes não conseguem ultrapassar...».

Pessoalmente o campeão soviético pensa que uma eventual ida para França traria vantagens, a começar por uma aprendizagem feita em contacto com formas de organização e estruturas desportivas diferentes.

Quanto a objectivos desportivos: bater o máximo de *records* possível até chegar a uma marca que se mantenha como máximo mundial por longo tempo. Mundiais de Tóquio, o Jogos Olímpicos de Barcelona serão competições que Serguei Bubka irá disputar, não pensando por enquanto em retirar-se.



Serguei Bubka esteve em Lisboa para participar, no Estádio José de Alvalade, no III Meeting Internacional de Santo António

Lisboa na rota europeia do atletismo

O objectivo de inscrever Lisboa no circuito de grandes provas europeias de atletismo é dos objectivos do *meeting* de Santo António, cuja última edição ocorreu quinta-feira passada no estádio José Alvalade em Lisboa numa organização da Federação Portuguesa de Atletismo (FPA) e da Associação de Atletismo de Lisboa com o apoio da Câmara Municipal desta cidade.

A presença do soviético Serguei Bubka, 26 vezes recordista mundial do salto à vara, foi um dos motivos de maior interesse da competição e, juntamente com outros credenciados atletas estrangeiros e nacionais, terá contribuído para que um passo nesse sentido tenha sido dado.

Em conferência de imprensa realizada na véspera da prova, Henrique de Melo, Presidente da FPA, teceu um elogio à Câmara Municipal de Lisboa e ao pelouro do Desporto, na pessoa do vereador Rego Mendes, pelo apoio dado a esta prova, considerando «que como talvez nenhuma autarquia do país» a edilidade lisboeta tem desenvolvido um bom trabalho de apoio à modalidade.

A carência de estruturas desportivas poderá no entanto comprometer o objectivo de transformar Lisboa num palco para grandes acontecimentos de atletismo.

Henrique de Melo referiu que não fora a cedência do estádio José de Alvalade pelo Sporting Clube de Portugal, este *meeting* de Santo António poderia ficar comprometido: «como todos sabemos, não há pistas de atletismo em Lisboa que permitam a realização de provas depois do pôr do sol», só existindo uma pista sintética no Estádio Nacional, de resto «em muito mau estado», segundo o responsável da FPA.

Quanto à prova em si, diga-se que apesar das rajadas de vento que se fizeram sentir ao longo da competição, registaram-se diversas marcas de bom nível.

Bubka falhou um salto a seis metros e nove centímetros, o que constituiria um novo máximo mundial, mas o elevado nível competitivo permitiu ao benfiquista Pedro Palma bater com 5 metros e 16 centímetros o record nacional do salto com vara.

Também João Campos, do Maratona Clube de Portugal, se notabilizou nos cinco mil metros ao chegar em primeiro com o tempo de 13 minutos e 37 segundos, à frente de Majusick, medalha de bronze nos europeus de Split, e do campeão olímpico do Quénia, Kiphkoech Cheruyot.



Rego Mendes, vereador da Câmara Municipal de Lisboa com o pelouro do Desporto, afirmou, na conferência de imprensa de apresentação do Meeting de Santo António, ser intenção da edilidade inscrever Lisboa no circuito europeu das grandes provas de atletismo

A guerra do golfo consequências a nível mundial

De uma perspectiva política, é claro que os Estados Unidos se tentam impor como força dominante a nível mundial, à qual seria necessário submeter-se ou suportar o seu jugo directo. É esta a «nova ordem mundial» made in EUA.

Na Europa Ocidental

Dois países se empenharam particularmente nesta guerra, numa posição de total submissão aos Estados Unidos: a Grã-Bretanha e a França. O seu empenhamento tinha em vista também ficar numa boa posição nos mercados de reconstrução do pós-guerra. Este objectivo não foi alcançado, pois as empresas norte-americanas ficaram com praticamente a totalidade desses mercados.

Ao longo de toda a guerra poderíamos ter a sensação de que a construção europeia marcava passo. Entretanto o Iraque não chegou a rejeitar a Europa como interlocutor, no momento das negociações de paz.

Na verdade, as comissões europeias continuaram a funcionar, o que permitiu aos defensores de uma maior integração avançar na sua ofensiva. Do ponto de vista da política de defesa e de armamento, esta guerra traz outra vez à tona a ideia de um exército e de armamentos europeus, coordenados a um nível supranacional.

Elevam-se hoje vozes, nomeadamente a da França de Mitterrand, para exigir uma entrada da Alemanha no Conselho de Segurança Permanente da ONU ao lado da França, da Grã-Bretanha e da URSS.

Houve mais reacções populares nos países do Sul da Europa do que nos do Norte, que se ficaram por declarações. Sem dúvida que a não participação directa dos governos dos países nórdicos na guerra é uma das razões essenciais desta posição.

Através do GATT, os novos laços Europa-EUA estão em evolução desde o fim da guerra.

Na Europa Central

A guerra do Golfo enfraqueceu ainda mais a URSS, que vive sérias dificuldades tanto no plano económico como político.

Ela provou a supremacia do armamento americano sobre o soviético, pois uma grande parte do armamento de Saddam Hussein era soviético. Isto acentua ainda a tendência a pôr em causa um exército soviético cuja imagem já está degradada, tanto a nível interno como externo, assim como a política de desarmamento promovida por Gorbachov.

A vitória americana acentua a ideia de uma supremacia do regime capitalista sobre o socialista e enfraquece as possibilidades de uma outra alternativa credível.

Em muitos países desta região, as populações muçulmanas (com um peso significativo) viveram com dificuldade a derrota de Saddam Hussein. São factores suplementares de desequilíbrio.

Muitos destes países tinham relações comerciais com o Iraque, que comprava os seus produtos a troco de petróleo. A suspensão destas relações comerciais agrava ainda o estado de economias já bastante debilitadas.

Foram anunciadas ajudas ocidentais. Actualmente há o risco de que tais ajudas sejam desviadas para investimentos na reconstrução dos países destruídos pela guerra. A sua produção petrolífera é o melhor garante para os investidores.

No quadro do subdesenvolvimento dos países de Leste, isto pode provocar um agravamento de fluxo migratório de Leste para o Ocidente, criando assim um novo desequilíbrio nesta região do mundo e uma nova vaga de imigração.

Houve poucas reacções populares, com excepção da URSS, e mesmo aí eram mais o resultado de uma política oficial. As ilusões sobre o capitalismo, que entretanto se desenvolveram, funcionam como um obstáculo a manifestações contra a cabeça do capitalismo, que mostra a sua força e a sua supremacia em todos os planos, ao sabor das flutuações do preço do barril.

Ainda que de diferentes formas, o conflito do Golfo teve repercussões em todos os países do mundo. O que torna ainda mais premente a questão de uma nova ordem económica internacional em que sejam ultrapassadas as desigualdades e as formas de dominação no plano económico.

Nos países de África

Na maioria dos países de África (fora da região do Médio Oriente e do Magreb), vítimas de um acentuado subdesenvolvimento, as repercussões são sensíveis.

Acresce que correm o risco de lhes serem anulados os créditos anteriormente anunciados, que agora serão canalizados para os países destruídos pela guerra.

Nenhum país africano produz petróleo. A sua economia está assim completamente dependente da flutuação do preço do barril.

Os créditos que obtinham através do banco árabe de cooperação, eram fornecidos, na sua quase totalidade, pelos países árabes mais ricos (Koweit, Iraque, Arábia Saudita).

Hoje este dinheiro vai ser utilizado para a reconstrução dos países destruídos pela guerra, de que resultará um agravamento da situação económica dos restantes países africanos, e uma acentuação das desigualdades.

No que se refere às reacções populares, a situação é particularmente complicada pelo facto de existirem numerosas populações muçulmanas. Nos países do Magreb houve grandes manifestações contra a guerra e a presença de tropas americanas e ocidentais no Golfo.

Estados Unidos América Latina

A guerra conduzida pelos Estados Unidos permitiu a George Bush unificar o país em torno de uma nação triunfante, tentando assim fazer esquecer o choque da derrota do Vietname e a invasão do Panamá um ano atrás.

As empresas norte-americanas podem estabelecer novas relações comerciais relançando por uns tempos a economia. O preço do barril do petróleo é decidido em Washington. No que se refere aos mercados de armamento, estão neste momento florescentes, e créditos importantes foram atribuídos para novos armamentos e o prosseguimento da guerra das estrelas.

Todos estes elementos, e a sua conjugação, permitem aos Estados Unidos desempenhar um papel fundamental a nível mundial.

Para a população do país, as coisas não melhoraram, as desigualdades agravam-se. Simultaneamente, a vitória norte-americana cria algumas dificuldades aos movimentos pacifistas, que se tinham mobilizado contra a guerra.

O conjunto dos países da América Latina tem visto, desde fins do século XIX, os Estados Unidos interferir constantemente na sua vida económica e política. A vitória norte-americana leva a temer uma intervenção ainda maior do gigante vizinho na sua capacidade de decidir sobre o seu próprio futuro.

Os países produtores de petróleo, como o México, obrigados a endividar-se para produzir mais, em função da procura por parte dos Estados Unidos, encontram-se hoje ainda mais endividados, e obrigados a diminuir a sua produção, pois a região do Golfo está de novo a produzir.

Os países não produtores, em situação económica já difícil, vêem a possibilidade de ajudas económicas serem desviadas para o Golfo.

As reacções populares contra a guerra foram assinaláveis em numerosos países. Sem dúvida que aí conta o antiamericanismo. A posição dos governos contribuiu para o desenvolvimento das lutas reivindicativas em países como a Argentina e a Venezuela, militarmente alinhados com os Estados Unidos.

Sudeste Asiático

No conjunto do Sudeste Asiático, as consequências são duplas.

O agravamento da situação económica devido ao aumento do preço do petróleo, de par da guerra, serviu de pretexto para mais pesadas políticas de austeridade.

O regresso de milhões de trabalhadores imigrados, nomeadamente da Índia, Bangladesh e Paquistão, que trabalhavam nos países do Golfo, agrava o desemprego e provoca uma importante perda de divisas, pois os assalariados enviavam regularmente dinheiro para as suas terras.

A China, por seu lado, utilizou o conflito para recuperar uma posição na cena internacional, abstendo-se, na ONU, de votar a favor da intervenção militar contra o Iraque.

A Índia esteve completamente de fora, ainda que seja um dos países que lidera os não-alinhados. A sua dívida externa aumentou consideravelmente e o país está dividido por conflitos internos.

As reacções populares contra a guerra foram particularmente fortes no Japão. Impediram o governo de participar directamente no conflito como tinha sido sua intenção.

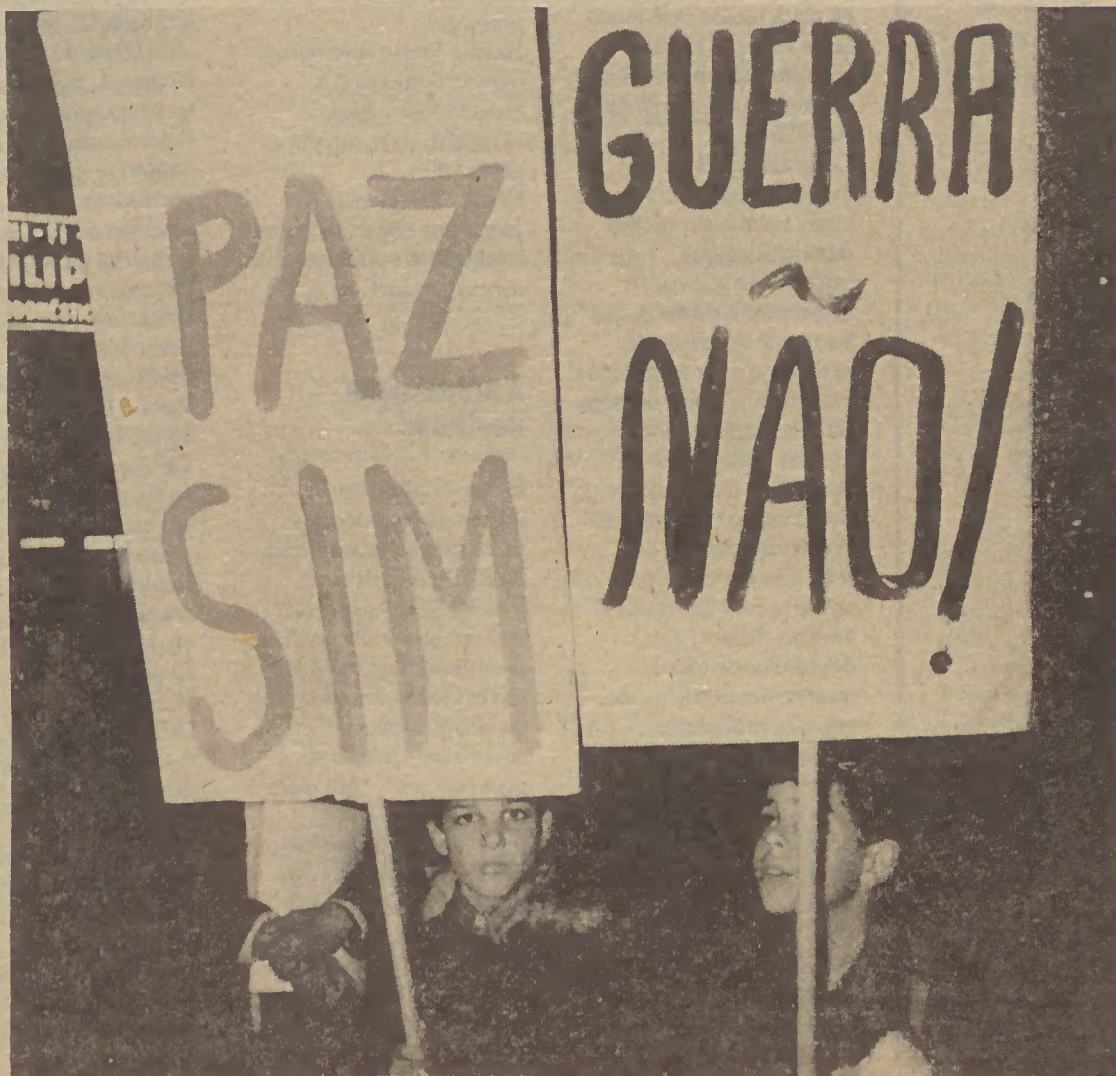
Os acontecimentos ligados à guerra do Golfo levantam novas questões e perspectivas em relação à nossa actividade internacional. Levaram à afirmação de novas solidariedades internacionais, que marcam uma verdadeira comunhão de interesses dos trabalhadores de todo o mundo: como participar em conjunto na construção de uma nova ordem económica internacional e de fórmulas jurídicas que a garantam?; como lutar contra as desigualdades e contra as formas de dominação económica?

Mas há também questões imediatas a resolver conjuntamente. Impõe-se o nosso contributo directo para que sejam reconhecidos os direitos nacionais do povo palestino. É uma condição indispensável para a paz e a segurança no Médio Oriente. A mesma exigência se coloca para que os preços dos hidrocarbonetos sejam ligados a um justo desenvolvimento económico de todos os países e estabelecido internacionalmente.

Juntos devemos fazer ressaltar o estreito vínculo económico existente entre desarmamento, diversificação das produções e desenvolvimento. Devemos igualmente exigir que sejam melhor garantidos os direitos dos trabalhadores imigrantes em todas as regiões do mundo.

Mais do que nunca, devemos sublinhar, em cada país, a estreita ligação entre reivindicações económicas e sociais e a exigência de paz e desarmamento.

Hélène Duberos



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

O Santo entende os carinhos e diz com toda a razão:
— Pra não pregar aos peixinhos votei na coligação...

Tijolo sobre tijolo
para o ideal mais seguro.
Santo de menino ao colo
é a imagem do futuro.

Unidade é maravilha
(diz o Santo no altar)
Cuidado, pois essa bilha
eu não posso consertar...

Santo quer fim na miséria
quer que o povo tenha voz.
Ele é feito da matéria
de que somos feitos nós.

A este pacote ao léu
(diz o Santo) eu digo não.
Com ele se pode o céu
negar, por inadaptação...

Vá lá, santinho, põe fim
à culpa que me desgosta.
— Não peças perdão a mim.
Pede ao Oliveira Costa...

S. João é sempre novo.
S. João desce do altar
e vem para a rua com o povo
vem com o povo bailar.

É tripeiro S. João.
Santo António é alfacinha.
Mas é o mesmo coração
e é a mesma estrelinha.

O S. João não atura
nem o ouro, nem a prata.
Só quer a fresca verdura
da sua verde cascata.

António que ri, que ri
S. João que dança, dança.
Cada qual dá-nos de si
os sinais da mesma esperança.

S. João na dança louca
dá a lição que se vê
pois o Santo nunca troca
a rua pela RTP...

S. João, se é teu intuito
falar segundo a raiz
vê lá — pois se falas muito
salta-te em cima o Moniz...

S. João tem uma dor
que com muita gente está:
nunca mais será doutor
enquanto houver PGA...

Santo António, S. João
podem chamar-me devoto
porque também eles são
bons camaradas — de voto...

Bem me quer ou mal me quer?
Sem lutar nada se muda.
Quando o povo mesmo quer
santinhos dão uma ajuda!

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



A gente vê-se

É por de mais conhecida e unanimemente condenada a prática inadmissível dos serviços noticiosos da RTP de exclusão sistemática do debate político como forma de subtrair à opinião pública o confronto plural das ideias. A RTP mais não faz, aliás, do que seguir fielmente a linha arrogante do Governo, bem expressa na clara recusa de Cavaco Silva ao repto há dias lançado pelos partidos da oposição na Assembleia da República.

Contrariando esta tendência para o constante agravamento do «défice democrático» na informação televisiva, «Encontro à Uma» (a que não pode deixar-se de associar o rigor profissional e a independência de facto do seu apresentador, Helder Freire) tem constituído, justamente, o único espaço informativo do serviço público de televisão em que é possível assistir-se à discussão aberta e franca, entre deputados de todos os quadrantes políticos, dos grandes problemas nacionais.

Sintomaticamente colocado aos sábados em horário de fraca audiência (como comprova o habitual estudo «oficioso» da TV Guia/RTC/RTP semanalmente publicado naquele periódico — onde nem sequer figura!), «Encontro à Uma» vai

agora desaparecer da grelha de programas do Canal 1 em virtude, ao que parece, do próximo encerramento dos trabalhos da Assembleia da República. A última edição do programa sob a responsabilidade daquele jornalista foi transmitida no passado sábado e, para a última, anuncia-se a presença inefável de Vasco Trigo, o que augura mau presságio... Helder Freire aproveitou para se despedir dos espectadores. Assim: «Quanto a nós, um dia a gente vê-se...» Férias? Prateleira? A julgar por alguns recentes e conhecidos exemplos, é de esperar o pior!

A provocação continua

Estão longe de ser inocentes os processos pelos quais a Informação da RTP procura desvalorizar o papel da Assembleia da República, dos partidos da oposição, das organizações sociais ou de outros órgãos de soberania. Quanto ao primeiro caso, para além da manipulação das intervenções de fundo ou das simples réplicas dos deputados, do «critério jornalístico» na escolha dessas intervenções e das habituais imagens do hemicycle vazio, vão sendo cada vez mais frequentes os

casos em que reportagens da AR (já de si colocadas em lugar secundário nos alinhamentos do Telejornal) são proteladas «porque os serviços técnicos estão a ultimar a sua montagem» ou, até, misteriosamente se evaporam mesmo depois de serem anunciadas para mais tarde! Mas esta forma condenável de a RTP escamotear a informação, recorrendo ao alibi falacioso dos «serviços técnicos», arrisca-se a tornar-se prática corrente. Prática tanto mais estranha quanto, a julgar pelo que pode ler-se em recente e «esclarecedora» prosa do jornalista da RTP Mário Crespo, «há meios técnicos suficientes para as necessidades de informação televisiva do País.» (PÚBLICO, 16.06.91). Que pensar, então, do que se passou nesse próprio dia em que, referindo-se à presença do líder de um partido da oposição num encontro sobre Educação ou do Presidente da República na Feira Nacional de Agricultura, Dina Aguiar se desculpou («são dois apontamentos de reportagem que chegaram há pouco à nossa Redacção e que esperamos ter ainda tempo de passá-las neste «Jornal de Domingo»»), sem que, mais tarde, face à ausência dessas reportagens, tenha dado qualquer explicação aos espectadores?

frases da Semana

«Deixo à consciência de cada um dos meus colegas esta pergunta singela: se a Assembleia da República se permite violar frontalmente as suas leis, se não respeita as leis que ela própria faz, quem é que há-de sentir-se obrigado a respeitá-las?»

☛ (Coelho dos Santos, deputado independente do PSD, Assembleia da República, 17.06.91)

«É um momento muito triste. Pode comparar-se à Europa, numa situação em que deixasse de haver franceses, alemães ou italianos, e passassem a ser apenas europeus. Hoje perdemos a nossa nacionalidade.»

☛ (Kooos Van de Merwe, Partido Conservador, a propósito da revogação da Lei da Classificação Racial na África do Sul, Jornal das Nove, Canal 2, 17.06.91)

«Debates... debate... Eu acho que as pessoas devem subir pelos seus próprios méritos, pelas suas próprias capacidades. Eu demonstro as minhas no governo e os outros demonstram noutros sítios. Cada um no seu lugar. Está bem assim...»

☛ (Cavaco Silva, na discussão sobre a sua Declaração à A.R., 11.06.91)

«Nem vou perguntar se vou cair da ponte abaixo, se não vou cair da ponte abaixo. Não é um problema meu, é um problema dos outros!»

☛ (Cavaco Silva, Conferência de Imprensa, 14.06.91)

«O distrito de Braga que, segundo a OMS, devia ter 28 psiquiatras, tem 8 — só faltam 20; enfermeiros, tem a décima parte do que deveria ter; assistentes sociais tem 4 e deveria ter 16; psicólogos deveriam ser 17 e não há nenhum.»

☛ (Silva Martins, Centro de Saúde Mental de Braga, «Público», 14.06.91)

«Dentro de seis meses teremos acabado com uma situação que é descrita, há dez anos, por médicos, enfermeiros e utentes, como o «inferno» do banco de S. José.»

☛ (Arlindo de Carvalho, Ministro da Saúde, «Expresso», 15.06.91)

«Safa!..»

☛ (Cavaco Silva, na discussão sobre a sua Declaração à A.R., 11.06.91)

Apresentação dos Candidatos por Lisboa

festa popular
com "Ronda dos Quatro Caminhos"

CDU

para um Portugal Melhor

Castelo de S. Jorge

6ª Feira
21 Junho
a partir das
19.00 horas

Comício às 21.30,
com participação
e intervenção
de Álvaro Cunhal

PCP-PEV

Agenda

Legislativas 91
PROGRAMA DO PCP
para um Portugal Melhor

PCP

CICLO
DE DEBATES
PARA UMA
REFLEXÃO ABERTA
S O B R E
P R O B L E M A S
N A C I O N A I S

Da Cibernética à Inteligência Artificial

com apresentação de Helder Coelho, professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa, e Eduardo Chitas, professor de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa

Hoje às 21.00,
na Sala Roma do Hotel Roma

* * *

Desenvolvimento harmonioso e solidário Estratégia de desenvolvimento para os anos 90

Terça-feira às 21.30
no Centro Jean Monnet

com apresentação de temas por Octávio Teixeira, Deputado à AR, Professor Oliveira Batista, do Instituto Superior de Agronomia, Frederico Carvalho, Investigador Coordenador do LNETI e Fernando Sequeira, engenheiro, colaborador da CAE do PCP

Justiça em Portugal Hoje

É já amanhã que se realiza, entre as 16 e as 24 horas, na «Casa Amarela» (instalações da Assembleia da República, fronteiras ao Palácio de S. Bento) o debate do PCP sobre Justiça em Portugal, Hoje. Luís Sá, membro da Comissão Política, vai estar presente e intervir na sessão de abertura.

O debate, organizado pelo Grupo Parlamentar do PCP e pelo Grupo de Estudos de Justiça, compreende dois painéis denominados «Acesso ao Direito» e «Organização Judiciária». No primeiro serão abordados temas como o imperativo constitucional geral de acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos interesses legítimos dos cidadãos; o direito à informação e consulta jurídica e ao patrocínio judiciário; a extensão territorial dos gabinetes de consultadoria e a sua necessária funcionalidade; as deficiências e carências do regime de assistência judiciária vigente; os actuais custos dos serviços judiciais e o justo preço da justiça; a formação, carreira e remuneração do advogado no acesso ao direito; o Ministério Público e a garantia da legalidade democrática.

No segundo painel, vão estar em foco questões como a eficiência da justiça e a comodidade dos cidadãos; medidas de simplificação, modernização e desburocratização do sistema judiciário; a morosidade e ineficácia do funcionamento dos tribunais e a denegação da justiça; os tribunais de círculo e o afastamento da justiça em relação aos seus destinatários; preparação e formação dos magistrados, advogados e funcionários; procura de solução dos pequenos litígios através de mecanismos menos jurisdicionalizados; consequências da reforma penal, sistema penitenciário e reinserção social; protecção das vítimas de crimes, tutela de menores; justiça fiscal; direito e informática e direitos de autor.



Encontro Nacional de Candidatos e Activista da Juventude CDU

No próximo sábado, das 14.30 às 19.30, na Junta de Freguesia de Alcântara, com os candidatos jovens e activistas da Juventude CDU de todo o país

para discutir:

- * As grandes linhas e principais iniciativas da campanha da Juventude CDU
- * O Compromisso/Programa dos candidatos jovens nas listas da CDU

Com a participação de Carlos Carvalhas

DE CASCAIS PARA A ATALAIA

No concelho de Cascais tiveram início no passado domingo **Jornadas de Trabalho na Atalaia** em que podem integrar-se todos os camaradas e amigos da zona que queiram colaborar na edificação da **Festa do Avante**. Para facilitar as deslocações a Comissão Concelhia do PCP, que promove as Jornadas, proporciona aos participantes o **transporte em camioneta** nos dias 7 e 28 de Julho, 18 de Agosto e 1 de Setembro, com os seguintes horários de partida e passagem: Talaíde às 6.45, Alto de Tires às 7.00, Alcoitão às 7.10, Alcabideche às 7.15, Alvide às 7.20, Cascais às 7.25, Estoril às 7.30, Parede (junto à Esquadra) às 7.35, Rana às 7.40, S. Domingos às 7.45 e Sassoeiros às 7.50.

EXCURSÃO À FESTA DA ALEGRIA

E, já agora, outra excursão em camioneta - esta não para trabalhar, mas para descansar, confraternizar e fazer novos amigos: à **Festa da Alegria**, em Braga, que vai ter lugar nos dias 6 e 7 de Julho. São os camaradas da zona dos Prazeres em Lisboa que organizam, e a proposta que fazem é a de uma viagem com partida no sábado às 6.30, dormida e pequeno-almoço em hotel na zona de Braga e regresso a Lisboa na noite de domingo - tudo por 7.350\$00. As inscrições podem ser feitas para o CT dos Prazeres, através do tel. 672467 e da camarada Lucília.

S. JOÃO EM ESPIMHO

Como é já de sua tradição, a Comissão Concelhia de Espinho organiza mais uma vez uma **Festa de S. João** na zona fronteiriça ao Centro de Trabalho do Partido, na noite do próximo domingo, noite de S. João, com sardinha assada, caldo verde e outros petiscos e muita música para dançar.

LUÍS SÁ NO PORTO

No próximo sábado o camarada Luís Sá, cabeça de lista da CDU pelo círculo do Porto, estará presente em duas iniciativas no distrito.

Em primeiro lugar no Porto, onde a partir das 13 horas, no CT do PCP de S. Cosme, se realiza um almoço-convívio da CDU em que também estarão presentes os camaradas Helena Medina e Oliveira Dias.

O camarada Luís Sá desloca-se depois a Penafiel, onde terá lugar o encontro Para o desenvolvimento do Vale do Sousa, promovido pelas Comissões Concelhias de Felgueiras, Lousada, Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel do PCP. O encontro decorrerá na sala da Assembleia Municipal de Penafiel.

ENCONTRO EM LEIRIA

No Auditório do Centro Comercial D. Dinis, em Leiria, realiza-se no próximo sábado o anunciado **Encontro sobre Desenvolvimento Regional**, promovido pelo PCP e aberto à participação de todos os interessados.

Este encontro vai decorrer a partir das 10.00, com discussão organizada em dois painéis e uma sessão de encerramento prevista para as 17.45. Participam Sérgio Ribeiro, deputado do PE, e Lino de Carvalho, deputado da AR.

4ª ASSEMBLEIA DE FARO

É igualmente no sábado que se realiza no salão da Coobital (à Carreira do Tiro) a 4ª **Assembleia da Organização Concelhia de Faro** - a partir das 14.30 e com a participação do camarada Carlos Luís Figueira.

Ainda em Faro terá lugar na véspera - sexta-feira às 21.30, no CT do PCP - uma reunião de todos os candidatos da CDU às próximas eleições legislativas, para discussão de questões relacionadas com o desenvolvimento da campanha.

CANDIDATOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

O almoço-convívio que se realiza no sábado no Clube Recreativo Piedense, na Cova da Piedade, com a participação do camarada Carlos Carvalhas, é ocasião para apresentação pública dos candidatos da CDU às próximas eleições.

Nesse mesmo dia, às 11.00, o camarada Carlos Carvalhas estará presente na inauguração do CT do PCP da Cova da Piedade, frente ao Mercado.

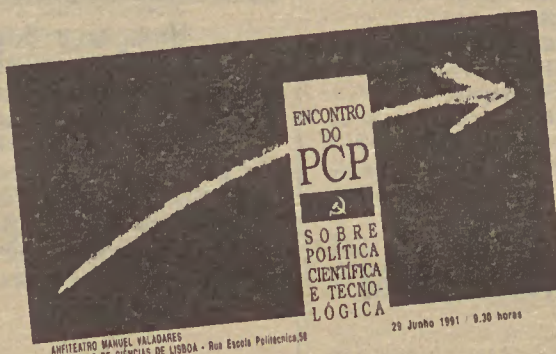
REUNIÕES EM SINTRA

Para sábado estão marcadas as seguintes iniciativas no concelho:

- No CT de Rio de Mouro, às 10.00, plenário da Comissão Concelhia de Sintra, para discussão de questões relacionadas com a campanha eleitoral;

- no CT do Algueirão, às 15.00, um plenário de militantes que terá a participação do camarada Joaquim Judas, antecedido de um almoço-convívio (às 13.00);

- no CT da Terrugem, às 21.30, reunião de militantes com o camarada António Cordelro.



Abertura

Intervenção por Armando de Castro, Professor catedrático jubilado da Universidade do Porto

Subtema 1:

Financiamento e autonomia administrativa e de gestão das instituições e unidades de investigação

Apresentação do tema por Rui Namorado Rosa, professor catedrático da Universidade de Évora e convidado do IST

Subtema 2:

Recursos humanos e sua formação científica e tecnológica

Apresentação do tema por Frederico Carvalho, Investigador coordenador do LNETI

Subtema 3:

Investigação, inovação e produção
Apresentação do tema por Francisco Silva, Engenheiro, membro do Conselho de Governadores do EURES-COM

Debate final

Intervenção de encerramento

por Edgar Correia, da Comissão Política do CC

AOS NATURAIS DE CASTELO BRANCO

A Direcção da Organização Regional de Castelo Branco faz um apelo aos camaradas e amigos naturais de Castelo Branco e residentes nas zonas de Lisboa e Margem Sul para que participem nas reuniões que promove nos dias 4 (às 18.30 no Centro de Trabalho Vitória) e 5 (às 21.00, no CT da Comissão Concelhia do Barreiro).

O objectivo é organizar esses camaradas e amigos para apoio e ajuda ao trabalho eleitoral durante a pré-campanha no distrito, aproveitando as visitas ou férias que ali venham a fazer.

Televisão

Quinta, 20

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Deixem-nos Viver
14.00 Sem Legendas
14.45 Ponto Por Ponto
15.35 Com a Força do Amor (ver «Filmes na TV»)
17.15 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.25 Mundial de Juniores - Portugal-Coreia
23.25 Twin Peaks
00.20 24 Horas
01.55 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis Show
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.45 Aventura
16.15 O Homem da Carabina
16.40 Recreio do 2
17.10 A Vida é Dura
18.00 Eterno Feminino
18.45 Mundial de Juniores - Irlanda-Argentina
21.00 Jornal das Nove
21.30 Era Noite em Roma (ver «Filmes na TV»)
23.50 Especial Desporto

Sexta, 21

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 À descoberta do Mundo
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto por Ponto
15.35 Diga... 33 e Meio! (ver «Filmes na TV»)
17.15 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 O Abismo (ver «Filmes na TV»)
23.55 Cheers, Aquele Bar
00.25 24 Horas
01.00 Remate
01.25 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.45 O Século dos Cirurgiões
16.10 As Aventuras de Black Beauty
16.35 Recreio do 2
17.10 Stan Laurel
18.00 Eterno Feminino
18.40 Direito de Amar
19.10 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
21.00 Jornal das Nove
21.30 Desejo
22.25 Rotações
23.25 Derrick
00.20 Roseanne

Sábado, 22

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma

13.55 Operação Mozart
14.20 Erasure
15.20 A Rapariga de Ouro (ver «Filmes na TV»)
17.05 T & T
17.30 Memórias da Humanidade
18.25 Mundial de Juniores - Quartos de Final
20.20 Totoloto
20.30 Jornal de Sábado
22.00 Corações Periféricos
23.00 Casa Cheia
23.35 Hercule Poirot
01.00 Fragmento de Eternidade (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
10.50 Cidades Mágicas
11.50 Forum Musical
13.10 Agarra o 2
14.10 A Patrulha Perdida (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.50 Outras Músicas
21.15 Mundial de Juniores - Quartos de Final
00.35 Nigel Kennedy e As Quatro Estações de Vivaldi

Domingo, 23

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo de Audubon
14.30 Mapa Cor de Rock
15.25 Beija-me e Adeus (ver «Filmes na TV»)
17.10 Regresso ao Passado
18.20 McGyver
29.30 Jornal de Domingo
20.00 Kananga do Japão
21.25 Mundial de Juniores - Quartos de Final
00.05 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.20 Competir
13.00 Troféu
19.00 Nós 2
20.00 Ford - O Homem e a Máquina
20.50 Palavra Puxa Palavra
21.40 Artes e Letras - «Bogart»
22.30 A Rainha Africana (ver «Filmes na TV»)

Segunda, 24

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Sem Legendas
14.40 Ponto por Ponto
15.30 Missão Perigosa (ver «Filmes na TV»)
17.10 Brinca Brincando
18.30 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.20 O Preço Certo
22.45 Prala da China
00.45 24 Horas
01.20 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
12.45 Bate, Bate, Coração
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal

14.30 Agora, Escolha!
15.45 Expedição
16.30 Recreio do 2
17.00 Especial Desporto
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Acerto de Contas
22.00 Ópera - Lucia de Lammermoor

Torça, 25

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Sem Legendas
15.20 Desaparecida (ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.30 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.25 Vamos Jogar no Totobola
21.35 A Lei das Ruas
22.35 1ª Página
23.40 A Mansão dos Marblehead
00.05 24 Horas
00.40 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.40 Variedades no Apollo
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
16.10 A Minha Avó Yaya
16.35 Recreio do 2
17.15 Especial Desporto
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 Berlín Jerusalém (ver «Filmes na TV»)
23.30 Universidade Aberta

Quarta, 26

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 Desenhos Animados
14.10 Os Heróis de Telemark (ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.15 Roda da Sorte
19.00 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 Turno da Noite (ver «Filmes na TV»)
23.35 24 Horas
00.10 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.15 Especial Desporto
17.00 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.25 Especial Desporto
23.30 Joaquim Letria

Filmes na TV



Humphrey Bogart. «Boogie» para os amigos e uma infundável multidão de cinéfilos todas as gerações renovada. OK kid, parece que vão falar de ti na televisão, de ti ou do mito em que te tornaste após a morte que te apanhou já lenda viva num universo de estrelas geralmente cadentes e de brilho bastas vezes duvidoso. Não foi o teu caso. Quando «Casablanca» te pôs na pele do Ricky e no papel que inventaram ser o da tua vida, já havias ganho a eternidade por mérito próprio e a hostilidade dos latifundiários do celulóide, tesoro que eras sobretudo fora da tela e sempre que a arrogância dos bosses de Hollywood partia do princípio que os actores eram paus para mandar.

Não sabemos se vão falar de ti ou do mito ou de ambas as coisas, mas seja como for tu dás pano para mangas e estás acima de qualquer deturpação. «Play it again», Boogie!

«Bogart» em Artes e Letras, domingo, Canal 2

Com a Força do Amor

«A Cry for Love» (telefilme, EUA/1980). Realização de Paul Wendkos, interpretação de Susan Blakely, Powers Boothe, Gene Barry. Cor, 98 minutos.

Neste teledramático dito de qualidade, Paul Wendkos recria a história de dois jovens amantes viciados, um em álcool, outro em anfetaminas, que procuram em conjunto libertar-se.

Quinta, 15.35, Canal 1

Era Noite em Roma

«Era Noite a Roma» (Itália-França/1960). Realização de Roberto Rossellini, interpretação de Leo Genn, Giovanna Ralli, Sergel Bondarchuk. P/B, 115 minutos.

Quinze anos depois do fim da guerra, Rossellini regressa aos temas e cenários de «Roma Cidade Aberta» (e de «O General Della Rovere», feito em 1959 e, ao que parece, ausente do ciclo que a RTP organizou), ou seja, a guerra, Roma ocupada pelos nazis, a resistência. Três prisioneiros, um americano, um russo e um inglês, conseguem fugir e, com a ajuda da resistência, escondem-se num sótão romano; é aí que vai desenrolar-se mais uma história de coragem, de solidariedade e heroísmo, e também de medo e de traição. Do tempo decorrido sobre essa época Rossellini colhe um distanciamento

crítico que, longe de a indefinir, mais rigorosamente a situa numa perspectiva histórica, com recurso a um método e técnicas narrativas que fazem deste filme, também neste aspecto, mais um degrau na sua carreira de mestre do cinema.

Quinta, 22.55, Canal 2

Diga... Trinta e Três e Melo!

«Doctor in Distress» (GBR/1963). Realização de Ralph Thomas, interpretação de Dirk Bogarde, James Robertson Justice, Samantha Eggar. Cor, 98 minutos.

Exemplar de uma outra praga em termos de séries ditas cómicas protagonizadas por médicos, sucessão mal amanhada de piadas grosseiras e idiotas - eis mais uma matinée a ignorar. Para quem teimar em ver televisão bem melhor será passar para o Canal 2, onde à mesma hora é exibida uma série documental sobre o avanço da cirurgia neste século, com médicos e enredos verdadeiros.

Sexta, 15.35, Canal 1

O Abismo

«The Deep» (EUA/GBretanha/1977). Realização de Peter Yates, interpretação de Jacqueline Bisset, Nick Nolte, Robert Shaw, Eli Wallach. Cor, 130 minutos.

Filhote de «O Tubarão» que deu fama a Spielberg, «O Abismo»

retoma o mundo subaquático como cenário para uma aventura mal contada de exploradores de tesouros e traficantes de droga, que só vale pela espectacularidade das sequências filmadas no oceano.

Sexta, 21.25, Canal 1

A Patrulha Perdida

«The Lost Patrol» (EUA/1934). Realização de John Ford, interpretação de Victor McLaglen, Boris Karloff, Wallace Ford. P/B, 71 minutos.

Em quinze dias rodou John Ford este célebre filme sobre a angústia, o medo, a alucinação e a morte que atingem um grupo de soldados britânicos perdidos no deserto da Mesopotâmia e ameaçados por um inimigo invisível que os vai dizimando um a um. Rodado em quinze dias, viria a ser marcante na carreira de John Ford porque nele se cruzam já os grandes temas dos seus melhores filmes: a solidão, o sacrifício, o universo da camaradagem masculina e, sobretudo, a tensão resultante das situações de grande perigo e ameaça de morte.

Sábado, 14.10, Canal 2

A Rapariga de Ouro

«Golden Girl» (EUA/1979). Realização de Joseph Sargent, interpretação de James Coburn, Susan Anton, Robert Culp, Curt Jurgens. Cor, 53 minutos.

Cinema

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Alice	—	★★★★	★★★★	★★★★
B Eduardo Mãos de Tesoura	—	★★★	★★★	—
C Danças com Lobos	—	★★★	★★★	★★★
D Um Chá no Deserto	—	★★★	★★★	★★★
E Casamento por Conveniência	—	★	★★★	★★★
F Sentimento	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Woody Allen — King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. Tim Burton — Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Kevin Costner — Amoreiras/3 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Berna/3 (15.00, 21.00) — Lisboa.
- D — Real. Leonardo Bertolucci — Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Londres (14.00, 16.30, 21.30, 19.00), Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 22.00) — Lisboa.
- E — Real. Peter Weir — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- F — Real. Luchino Visconti — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 20.00, 22.00) — Lisboa.

Esta «rapariga de ouro» é uma superatleta, criada pelo seu pai, um cientista alemão, que ensaiou nela a criação de uma «raça» de atletas. Um filme sobre o mundo da alta competição, inicialmente produzido para televisão.

Sábado, 15.20, Canal 1

Fragmento de Eternidade «Portion d'Éternité» (Canadá/1989). Realização de Robert Favreau, interpretação de Danielle Pro, Marc Messle. Cor, 92 minutos.

Trata-se de um filme canadiano, apresentado em competição no Festival de Montreal, sobre os riscos e os problemas éticos, morais, legais e psicológicos levantados pelos novos métodos de fertilização humana por inseminação artificial, feito com preocupações de rigor científico.

Sábado, 01.00, Canal 1

Beija-me e Adeus «Kiss Me Goodbye» (EUA/1982). Realização de Robert Mulligan, interpretação de Sally Field, James Caan, Jeff Bridges, Claire Trevor. Cor, 98 minutos.

Diz quem sabe que esta é uma «lamentável adaptação» americana e a um pretensio universo da classe média americana, do romance de Jorge Amado «Dona Flor e Seus Dois Maridos». Excelentes actores desperdiçados, pois.

Domingo, 15.25, Canal 1

A Rainha Africana «The African Queen» (GBretanha/1951). Realização de John Huston, interpretação de Humphrey Bogart, Ka-

therine Hepburn, Robert Morley. Cor, 100 minutos.

Um filme clássico, marcante a vários títulos - e em primeiríssimo lugar nas obras de Huston e na de Bogart, que aqui veste admiravelmente a pele de um dos seus vários anti-heróis. Por outro lado, há ainda Katherine Hepburn, que aqui foi para alguns a parceira ideal de Bogart. Ambos vivem neste filme uma grande aventura e uma insólita história de amor entre uma solteirona determinada e de arreados princípios morais e um aventureiro cínico. Para ele, ambos começam apenas por fugir num decrepito barco, rio abaixo, em fuga aos alemães que acabam de ocupar uma pequena povoação africana, no início da I Grande Guerra; para ela, que ali vive, o objectivo torna-se quase imediatamente atingir a foz do rio para afundar um navio de guerra alemão que lá está fundeado. E ambos, entre o medo e a coragem, acabam por vencer. Bogart foi premiado com um Oscar por esta sua interpretação, e Hepburn tê-lo-ia merecido também.

«A Rainha Africana» é além disso um belíssimo filme, com aquelas mágicas revelações da natureza em que Huston foi mestre.

Domingo, 22.30, Canal 2

Missão Perigosa «Florida Straits», (EUA/1986). Realização de Mike Hodges, interpretação de Raul Julia, Fred Ward. Cor, 97 minutos.

Um grupo de aventureiros tenta recuperar um tesouro enterrado algures nas «selvas» de Cuba, ali escondido quando da invasão da Baía dos Porcos - o que é evidentemente uma empresa difícil, dada a proverbial ferocidade dos cubanos...

Segunda, 15.30, Canal 1

Desaparecida «The Lady Vanishes» (GBR/1938). Realização de Alfred

Hitchcock, interpretação de Margareth Lockwood, Michael Redgrave, Cecil Parker. P/B, 96 minutos.

Este é o mais célebre dos filmes do «período inglês» de Hitchcock, de uma série de suspense que inclui também «O Homem que Sabia de Mais» e o «Os 39 Degraus» e que alguns consideram momentos máximos da sua carreira. Relevante para o trabalho dos actores.

Terça, 15.20, Canal 1

Berlim Jerusalém Realização de Amos Gitai (1989). Cor, 81 minutos.

Sabe-se apenas que Gitai é um realizador israelita de certa nomeada e que o filme acompanha a vida de judeus alemães na Alemanha e na Palestina, desde o início dos anos 20.

Terça, 22.00, Canal 2

Heróis do Telemark Realização de Anthony Mann (1965). Interpretação de Kirk Douglas, Richard Harris e Ulla Jacobsson. Cor, 131 minutos.

Um história da II Guerra Mundial, passada nos meios da resistência norueguesa, que consegue informações sobre uma fábrica de água-pesada alemã e envolve um grupo de resistentes na tarefa de enviar tais informações para Washington.

Quarta, 14.10, Canal 1

Turno da Noite «Night Shift» (EUA/1982). Realização de Ron Howard, interpretação de Henry Winkler, Michael Keaton, Shelley Long. Cor, 120 minutos.

Comédia com a morgue em pano de fundo, com um analista financeiro que ali busca o trabalho sossegado que não consegue ter em Wall Street.

Nada de bom a esperar...

Quarta, 21.30, Canal 1

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **CONFISSÃO A O LUAR**, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16. **CORAÇÃO NA BOCA**, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30).

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **O SUCIDÁRIO**, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Canto e Castro, Irene Cruz, Fernanda Montemor, entre outros.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **COMÉDIA DE RUBENA**, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Cornucópia.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O PECADO DE JOÃO AGONIA**, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

TEATRO NACIONAL

D. MARIA II Rossio. Tel. 372629. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Féria, interpretação do elenco do Teatro Nacional e dos actores convidados José Jorge Duarte, Rita Ribeiro e Simone de Oliveira.

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século. Tel. 3423009. De 4ª a dom. às 21.30. **VESTIROS NUS**, de Luigi Pirandello. Encenação de Amadeu Neves, interpretação de ex-alunos da Esc. Sup. de Teatro e Cinema.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **MARATHONA**, de Ricardo Monti, encenação de Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

Para crianças

TIL

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 339974. Bilhetes: 750\$00. Sáb. às 16 e 21.30, dom. e fer. às 16. **A GRANDE AVENTURA**, de Fernando Gomes, pelo TIL.

PAPA-LÉGUAS

R. Prof. Santos Lucas, 26-A. Tel. 7141823. Sáb. às 16, dom. às 11. **SOPA E COISAS SELVAGENS**, adaptação de um livro de Maurice Sendak por Mário Jorge, pelo Teatro Papa-Léguas.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais: 1- Templos budistas; templos cristãos; 2- partir; pron. poss.; suspiros; pocira; 3- guerreiro valente (fig.); cabelos brancos; prep.; 4- rio polaco; transportou; sofreguidão; 5- enfado; apologia; batalha no reinado de D. Afonso V; 6- sim em provençal; capital do Egipto; basta; 7- qualquer; rezo; transpira; paralisia; 8- estabelecimento de venda de bebidas; escudeiro; bolo de farinha de arroz e azeite de coco; 9- elemento de palavras que dá ideia de ar (inv.); sobrecarrega; estavam; 10- estado que tem por soberano o rei; período; aduz em defesa; 11- espontâneo; subjugar; 12- armadilha; patrão; guamecia de asas; 13- mulher de Abraão; reduziu a fio; planos laterais dos aviões.

Verticais: 1- Ilha açoreana; peitas; 2- estéril; embaciara; 3- demónio; este tinha umas pupilas; 4- Osmio (simb.); grisalho; inutiliza; 5- numeral; nota musical; agora; 6- pron. pess.; cobalto (simb.); 7- aposento de um religioso num convento; encaracola; 8- químico e físico do séc. XVIII; cruel; 9- tanger; pregador; 10- Gálio (simb.); art.; 11- braço de rio; indivisível; gosta; 12- começo de estio; pinga; nome de mulher; 13- abade; lugares de contenda (fig.); 14- Febo; extinguiu; 15- quantia; maquinaras.

Solução do número anterior

Horizontais: 1- Felá; capaz; feia; 2- ira; iró; mal; 3- cá; más; upa; Mg.; 4- recalcitram; 5- uno; apiário; uns; 6- acedo; latão; 7- ala; mãe; mor; 8- Ag.; vadio; lá; 9- rés; socorre; rei; 10- recusa; aéreos; 11- digam; uns; migar; 12- orador; rodada; 13- raras; azo; somas.

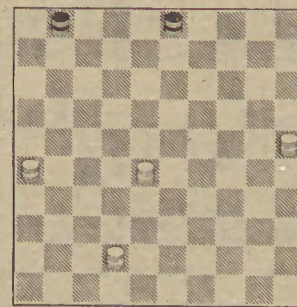
Verticais: 1- ficou; par; dor; 2- era; na; gerira; 3- lá; roca; segar; 4- me; elo; cada; 5- facada; sumos; 6- sapo; vos; 7- ai; li; Macau; 8- precatado; noz; 9- ao; ir; eiras; 10- útil; ore; 11- aproam; ermos; 12- aa; toa; eido; 13- em; muar; rogam; 14- iam; nó; lesada; 15- algas; pai; Rás.

DAMAS

CCCIX - 20 de Junho 1991

Proposição nº 309
Por: J. Bergier, 1922

Pr.: [2]: (1)-(3)
Br.: [4]: (25)-(26)-(28)-(41)

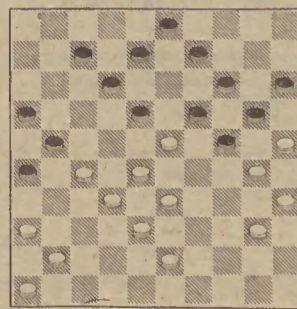


Branças jogam e ganham

Golpe nº 309

Por: Etienne Boissinot - 1921

Pr.: [14]: 3-7-8-9-12-14-15-16-18-19-20-21-24-26
Br.: [14]: 23-25-27-28-30-32-33-35-36-38-40-41-43-46



Branças jogam e ganham

Soluções do nº CCCIX

Proposição Nº 308 (J.B.): 1. 28-26, 1-45; 2. 42-33, 45-1; 3. 33-50, 1-45; 4. 6-1 e ganham.

Golpe Nº 309 (E.B.): 1. 43-39, (18x29); 2. 36-31, (26x37); 3. 28-22, 37x17; 4. 40-34, (21x43); 5. 34x23, (43x34); 6. 30x29 (19x28); 7. 3x4=1+

A. de M.M.

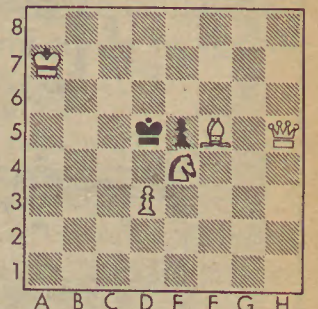
XADREZ

CCCIX - 20 de Junho de 1991

Proposição nº 309/A
Por: André Chéron

L'Illustration, 18.1.1936

Pr.: [2]: P65-Rd5
Br.: [5]: Pd3-C64-Bf5-Dh5-Ra7

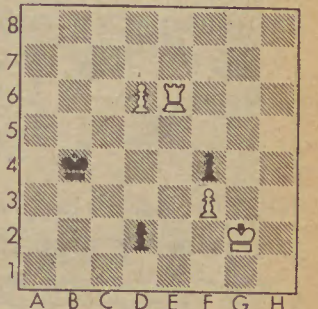


Mate em 3 lances

Proposição nº 309/B

Por: Henri Rinck
La Stratégie, 1920

Pr.: [3]: Ps.d2, f4-Rb4
Br.: [4]: Ps.d6, f3, T6-Rg2



Branças jogam e ganham

Solução do nº CCCIX

Nº 309/A (A.Ch.): 1. Bc8, Rd4; 2. Dh3, Rd5; 3. Dd7+

Nº 309/B (H.R.): 1. T6+4, Rc5(c3); 2. Td4, Rd4; 3. d7, Rd3; 4. d6=7, Rd2; 5. Rh3, d1=D; 6. T:d1, R:d1; 7. Rg4... e ganha.

A. de M.M.

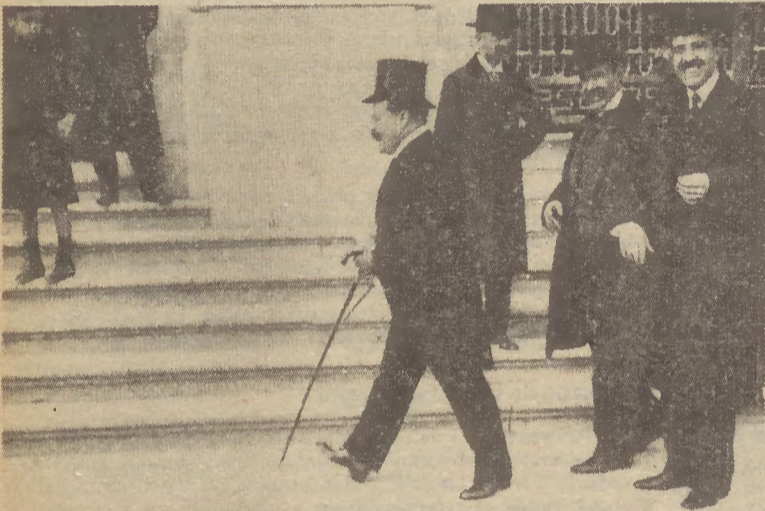
Tempo

Fim-de-semana: céu pouco nublado ou limpo, vento de Noroeste fraco a moderado e neblinas matinais.



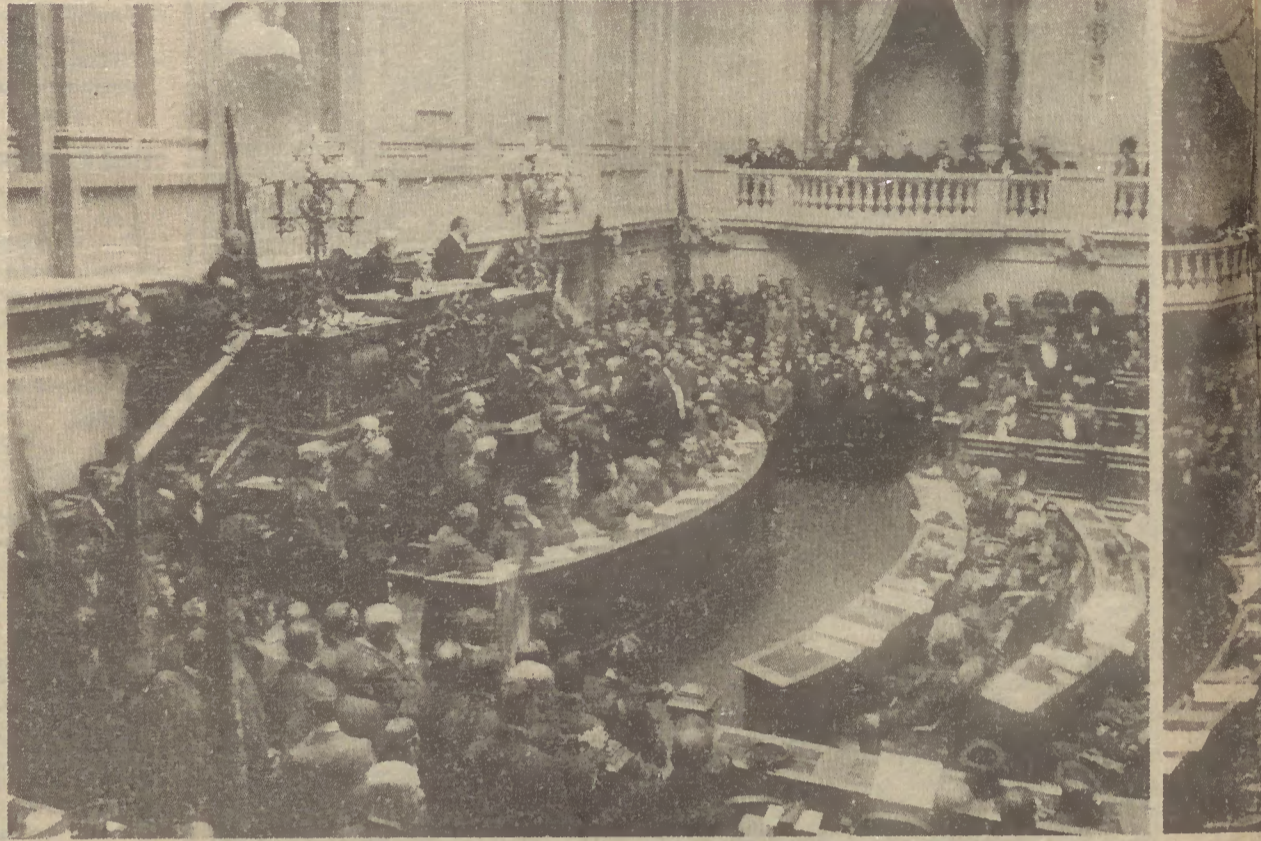


Afonso Costa, ministro da Justiça do Governo Provisório da República, chega a S. Bento para a abertura da Assembleia Constituinte em 19 de Junho de 1911 (fotografia de Joshua Benoliel)



José da Silva Ramos, o ministro do Fomento, Brito Camacho e Álvaro de Castro chegam a S. Bento (fotografia de Joshua Benoliel)

Nesta foto e seguinte, à direita, sessão inaugural, em 11 de Junho de 1911, da Assembleia Constituinte presidida por Braamcamp Freire com a presença do Governo Provisório chefiado por Teófilo Braga e de representantes dos municípios e do corpo diplomático (fotografias de Joshua Benoliel)



«O hino nacional

A Portuguesa
Marcha. *Musica de A. Keil*

Letra de H. Lopes de Mendonça

Quando o mar, no ...
pe - no. Não se lev - ta, im - mortal, Se não teu braço de no - vo Co - lon
de sobre gal! Se a batalha de mar - ta, Co - lon - te - so - a
As armas! sobre a terra, sobre o mar, Pela pátria lutar! Contra os canhões marchar!

II

Desfralda a inveta bandeira
A luz viva do teu céu!
Fradre a Europa a terra inteira
Portugal não perece!
Beija o solo teu jucundo
O Oceano, a rugir d'amor;
E o teu braço vencedor
Deu mundos novos ao mundo!

III

Escolas o sol que desponta
Sobre um ridículo porvir;
Seja o eco de uma afronta
O signal do renascer.
Bateu d'essa aurora forte
Ese como beijos de mãe,
Que nos guard'a, nos sustem,
Contra as injurias da sorte.

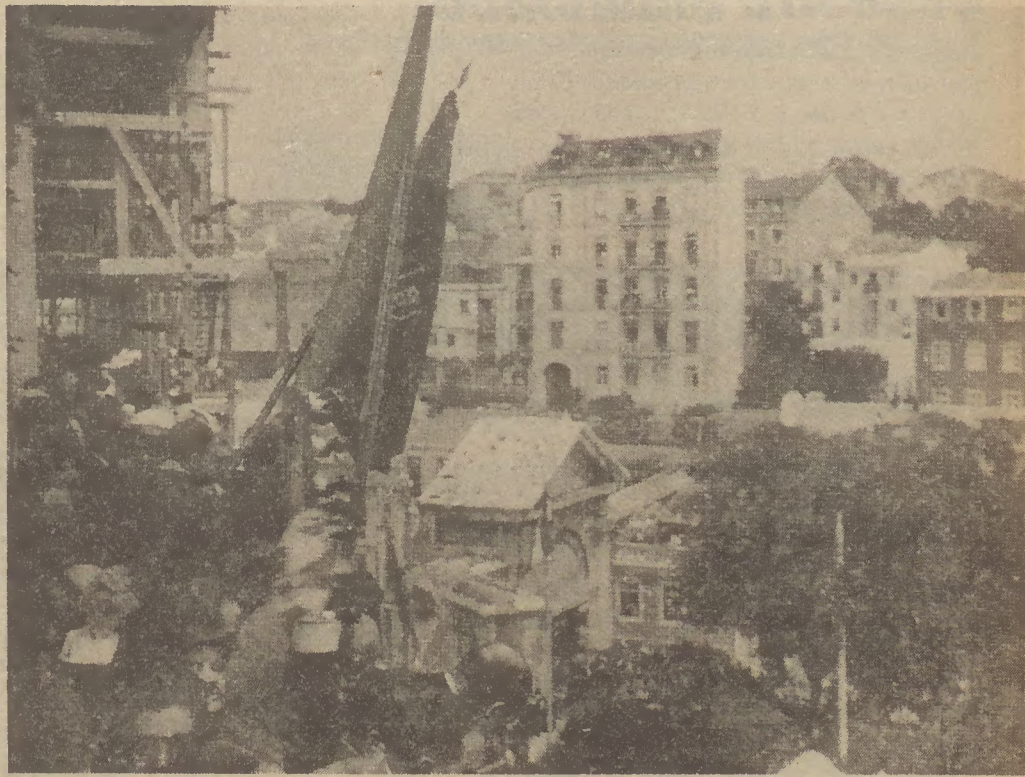
As armas! sobre a terra, sobre o mar,
Pela pátria lutar!
Contra os canhões marchar!

As armas! sobre a terra, sobre o mar,
Pela pátria lutar!
Contra os canhões marchar!

Partitura de «A Portuguesa» no que se supõe ter sido a sua primeira edição

1911

EM PORTUGAL, DECORRE A CERIMONIA SOLENE DE ABERTURA DO PRIMEIRO PARLAMENTO DA REPUBLICA, QUE ADOPTA «A PORTUGUESA» COMO HINO NACIONAL, AO MESMO TEMPO QUE O GOVERNO ESTABELECE O ENCARNADO, O AMARELO E O VERDE COMO AS CORES OFICIAIS DA BANDEIRA PORTUGUESA



Proclamação da República na varanda do palácio de S. Bento, após aprovação pela Assembleia Nacional Constituinte, em 19 de Junho de 1911

é A Portuguesa! »»

Anselmo Braamcamp Freire na sessão inaugural da Assembleia Constituinte em 19 de Junho de 1911



Henrique Lopes de Mendonça



Auto-retrato, a óleo, de Alfredo Keil

Em meados de 1890, era o País varrido pelo protesto patriótico e anti-monárquico provocado pelo Ultimato britânico, um oficial de marinha também poeta conhecido pelo seu fervor republicano, Henrique Lopes de Mendonça, era procurado na sua casa de um 4º andar do Loreto, em Lisboa, por um pintor e músico consagrado que viria a compor a primeira ópera cantada em português, «A Serrana»: Alfredo Keil, que brandia um maço de pautas de música.

«Explicando atabalhoadamente o motivo da sua visita, e galgados a seguir os intermináveis degraus, sentado em frente do piano, melhor explicaria o maestro o seu propósito. Tratava-se de uma música, hino ou marcha, "em que a alma portuguesa desabafasse a sua revolta perante a afronta recebida e, ante o mundo, orgulhosamente marcasse a sua vitalidade". E, para colaborador do libreto convidava Henrique Lopes de Mendonça.»

Quando, três dias depois, concluída a obra, buscaram os autores nome para ela, ambos concluíram de chofre: «A Portuguesa», uma clara reminiscência de «A Marselhesa», desde início presente no sentir do músico e do poeta.

A suas próprias expensas, fizeram uma primeira edição de 12 000 exemplares, logo seguida de outras duas que elevaria o número de pautas em circulação a 22 000, número notável para a época. Em pouco tempo a música era adoptada pelo Portugal republicano e, em 1891, depois de os revoltosos do 31 de Janeiro portuense terem saído dos quartéis ao som de «A Portuguesa», o governo monárquico proibia a sua execução e divulgação!

Em 19 de Junho de 1911, foi sob uma trovoadade aplausos que a Assembleia Constituinte recebeu a leitura por Braamcamp Freire do texto oficial que consagrava a marcha como hino nacional, lado a lado com a nova bandeira verde-rubra que substituíra o azul e branco monárquico.

Apesar de todas as pressões dos sectores monárquicos para que, após o 28 de Maio, se modificassem estas disposições de 1911, o salazarismo compreendeu quão fundo o hino e a bandeira haviam lançado raízes no sentimento popular.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Desastre anunciado

Os dois descarrilamentos de comboios, domingo passado, no troço experimental dos novos acessos à Ponte de S. João, no Porto, bem podem entrar na história dos desastros eleitorais deste Governo que quer, à viva força, ter uma ponte para inaugurar no dia 24 de Junho.

Há dias que o engenheiro responsável pela obra, Edgar Cardoso, tinha descido à praça pública clamando contra a inauguração anunciada e decidida à revelia do seu parecer. Que era prematura, que a obra não estava pronta, que a segurança não estava garantida, que era um disparate e uma irresponsabilidade pôr em funcionamento uma via férrea não testada...

Teria sido um clamar no deserto se a própria experiência não viesse confirmar os repetidos alertas: dois descarrilamentos num só dia. Não se pense porém que o facto fez recuar o ímpeto inauguracionista do Governo. Pode tê-lo refreado, feito mudar um pouco a agulha, não do comboio mas da eleição e actividade, mas continua de pé a prometida inauguração com pompa e fanfarra, nem que seja a velocidade reduzida.

Na manhã seguinte aos descarrilamentos ainda o ministro da tutela afirmava desconhecer o facto, não se coibindo mesmo de pô-lo em causa: como é que pode ter havido descarrilamento se a linha ainda não está a funcionar?, interrogava em entrevista radiofónica, enquanto garantia não estar nada apreensivo em relação à obra, não obstante os alertas vindos a público.

E se mais tardê os mesmos descarrilamentos não puderam ser ignorados, nem por isso os ânimos esfriaram. Que as causas dos ditos nada têm a ver com a inauguração nem a põem em causa; que a culpa foi da agulha; que o engenheiro responsável da obra não tem nada a ver com a entrada em funcionamento da mesma; que a ponte tem segurança, já e agora, para Cavaco a inaugurar.

O frente-a-frente na televisão entre o projectista da ponte de S. João e o presidente do Gabinete do Nó Ferroviário foi esclarecedor. Até se ouviu este último dizer que um outro descarrilamento (o primeiro) registado há cerca de um mês «não teve importância nenhuma» e que «o nó vai abrir», apesar do projectista continuar a defender que «não se abre ao tráfego uma ponte com 300 metros em curva com um estado miserável de acesso».

Estavam as coisas neste pé quando o ministro Ferreira do Amaral decide finalmente receber o engenheiro Edgar Cardoso e ouvir de sua justiça. Um compromisso parece ter sido assumido, já que aquele aceita a abertura da Ponte à circulação, desde que feita com «restrições», embora o melhor fosse mesmo acabar primeiro as obras.

Bom, as perspectivas são claras. Depois dos desastros anunciados, a inauguração desejada: concentração de barcos no Rio Douro, bandas de música e sessão solene na Estação de Campanhã com a presença de Cavaco Silva. Por via das agulhas, é de prever que o primeiro-ministro não se sinta motivado a viajar de comboio. Resta saber se os futuros utentes da linha não sentirão também a mesma relutância e, já que o S. João é dia de festa no Porto, preferam sair à rua noutros meios de transporte a dar com alhos porros e martelinhos nas cabeças uns dos outros.

No interim, não faltará quem se interrogue sobre este afã inaugural do Governo que vem registando surpreendentes modalidades, ora visando obras de há muito a funcionar, ora incidindo noutras por concluir. Em ano de eleições, que mais estará para nos acontecer?

AF

Delegação do PCUS em Portugal

Uma delegação do Partido Comunista da União Soviética encontra-se em Portugal a convite do Partido Comunista Português, dirigida por Evgueni N. Makhov, presidente da Comissão Central de Controlo do PCUS, e integrando ainda Victor F. Krasnikh, da Secção Internacional deste partido. Durante a sua estadia em Portugal e tendo em vista o contacto directo com a realidade portuguesa e

a actividade do PCP, a delegação do PCUS desloca-se ao Alentejo, ao concelho da Amadora e tem encontros e visitas na região de Lisboa. Na segunda-feira passada esta delegação manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, e Albano Nunes, membro do Secretariado.



Momento do encontro entre as delegações do PCUS e do PCP

Criado Centro Europeu da FDIM

O Centro Europeu da Federação Democrática Internacional de Mulheres (CEFDIM) foi criado em Paris, no dia 15 de Junho, na sequência de um Encontro Regional que envolveu

organizações de mulheres filiadas na FDIM, provenientes de 14 países da Europa e dos EUA. Portugal esteve representado por Helena Bastos, do Secretariado Nacional do MDM.

A criação do CEFDIM decorre da estratégia de regionalização adoptada no 10.º Congresso da Federação, realizado em Abril em Inglaterra (Sheffield), e visa reforçar a capacidade de intervenção das mulheres na defesa dos seus direitos, pela paz e pelo desenvolvimento.

Foram objecto de análise os atentados aos direitos das mulheres que atingem o seu corpo e a sua dignidade (aborto, violência, assédio sexual nos locais de trabalho), os que atingem os seus direitos sociais (desemprego e precarização do trabalho, a carência generalizada de equipamentos sociais de

apoio à família, as discriminações existentes no acesso à formação profissional e progressão nas carreiras, o recrudescimento do racismo), as ameaças à paz e a agudização de conflitos regionais.

Foi decidido desencadear acções pela Paz e pelo Desarmamento, em toda a Europa e nos EUA, por ocasião da semana consagrada pelas Nações Unidas para esse efeito, de 24 a 31 de Outubro, com particular relevo para a Jornada da Paz, a 26 de Outubro, e fomentar a cooperação bilateral entre organizações nacionais em torno dos problemas específicos.



Serviço policial em dívida

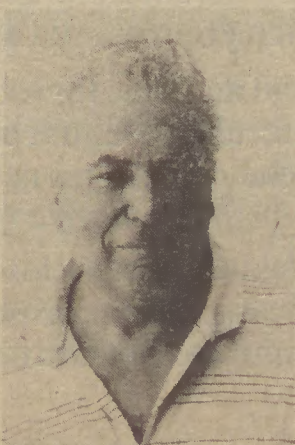
Enquanto corre o Campeonato Muncial de Juniores no nosso país, a Associação Socio-Profissional da PSP queixou-se de que os polícias não são pagos desde Fevereiro pelos serviços extraordinários nos recintos desportivos. Segundo a agência Lusa, os agentes «agastados com a situação», manifestaram o seu repúdio pelo atraso em 14 do corrente, data do início daquele Campeonato.

Cada cara com seu nome

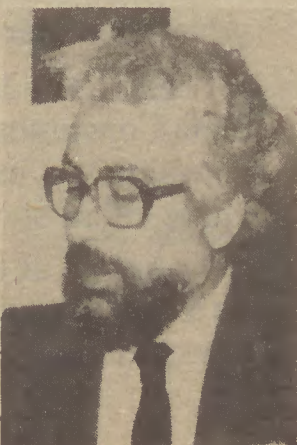
Por lapso na penúltima edição do «Avante!» o nome de Alexandre Antunes Pereira apareceu a legendar uma fotografia de António Barbosa Topa. Como na altura noticiámos, Antunes Pereira é o cabeça de lista da CDU pelo círculo Fora da Europa, tem 63 anos, livreiro, emigrante no Brasil e membro da direcção do Centro Cultural 25 de Abril em São Paulo.

No círculo eleitoral Europa o cabeça de lista é António Barbosa Topa, 43 anos, professor e tradutor, emigrante em França, membro do Conselho de Administração da «Mutuelle du Portugal».

Então, fique cada cara com seu nome. Aos dois e aos leitores o nosso pedido de desculpas.



Alexandre Pereira



António Topa

Descarrilamentos eleitorais

Os descarrilamentos ocorridos nos acessos à nova ponte ferroviária sobre o Douro ocorridos em Vila Nova de Gaia constituem mais um sinal de alerta e trazem novos motivos de preocupação face à insistência do Governo em proceder à inauguração da ponte no próximo dia 24 de Junho, afirmou a DORP do PCP em nota à imprensa.

«Instalada a dúvida e a polémica sobre as condições de segurança e os futuros custos de uma inauguração precipitada, pela voz autorizada do principal responsável pelo projecto e construção da ponte, os descarrilamentos verificados aconselham e impõem uma rigorosa ponderação e uma objectiva avaliação dos complexos e múltiplos problemas técnicos da fase final da obra, de forma a evitar todo e qualquer risco e a prevenir e excluir dúvidas e incertezas relativamente às condições de segurança daquele importante empreendimento.

Não estando concluídos todos os exames e testes indispensáveis à avaliação das condições de segurança da ponte ferroviária sobre o Douro, só um cego e desmedido eleitoralismo pode

explicar o afã e teimosia do Governo em proceder à sua inauguração em 24 de Junho, pondo em risco os vultuosos investimentos realizados e a segurança de bens e pessoas. O interesse público deve sobrepor-se aos mesquinhos interesses do Governo e do partido que o apoia.

Face aos acontecimentos recentes, só resta uma solução ao Governo: pôr termo às pressões que vem desenvolvendo sobre os técnicos e as entidades responsáveis pela construção da nova ponte para que estes aceitem uma inauguração precipitada e ao sabor do calendário eleitoral do Governo.

São os interesses da população — a mesma população que esperou longos anos por esta ponte e que assistiu aos sucessivos atrasos na sua construção — que exigem e reclamam a continuação e conclusão das obras ainda em curso, para que a sua inauguração se venha a verificar quando tecnicamente ela for possível e recomendável e as condições de segurança o permitirem.

O Governo deve cancelar a inauguração da ponte, prevista para o dia de S. João», conclui o texto.

da festa!

AMORA-SEIXAL • 6, 7 e 8 SETEMBRO

Avante!

Director

António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 1

20 de Junho de 1991

Não pode ser vendido
separadamente



VAMOS
A ISTO!

FESTA



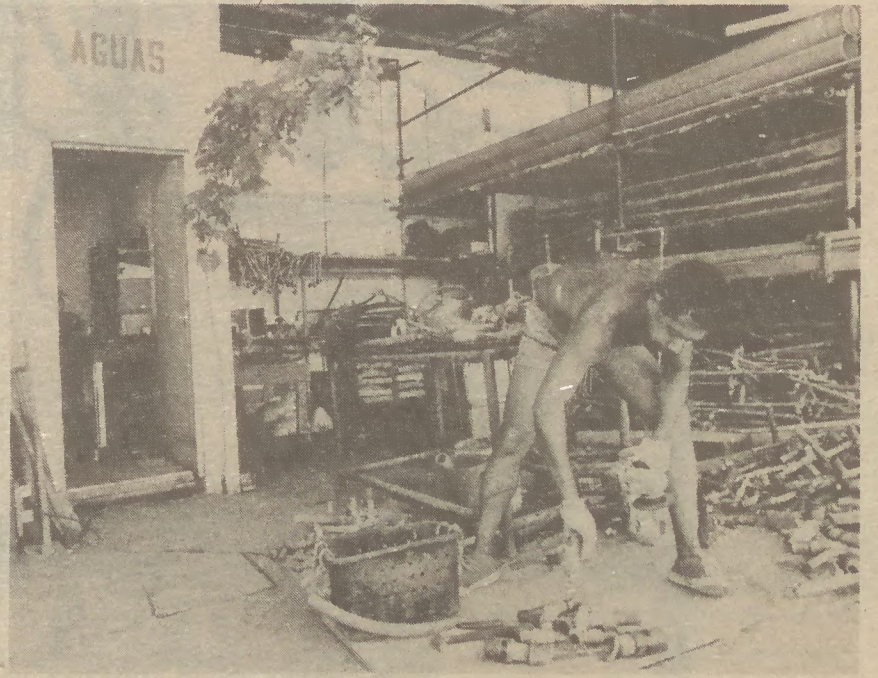
Ponto
de encontro!

XV FESTA
Avante!

Ataláia • Amora • Seixal 6, 7 e 8 Setembro 91



O anfiteatro do palco principal já está delineado



Ordenar e arrumar materiais é uma das tarefas de momento

O palco já mexe

mas é preciso ajudá-lo!



Victor Santos e Liocínio Carvalho (à esquerda) quando conversavam com o «Avante!»

Embora a Festa do «Avante!» se construa um pouco todos os dias, chegámos à altura do ano em que o complexo trabalho de erguer tão gigantesca iniciativa se impõe com a força da urgência. Assim o mostraram compreender as muitas dezenas de camaradas e amigos que, nas últimas quatro semanas, se deslocaram à Quinta da Atalaia a inaugurar as primeiras jornadas de trabalho que as Organizações regionais têm promovido, mas urge alargar e intensificar, **muito seriamente**, este empenho, havendo para isso uma razão de peso: a simultaneidade de tarefas que, este ano, se coloca ao Partido - a campanha eleitoral e a Festa do «Avante!».

Não se trata de uma novidade, para os comunistas, esta coincidência de tarefas, por isso todos sabemos como é realmente urgente adiantar o trabalho no terreno da Festa; daí a repetição do apelo para que nos «viremos» para a Quinta da Atalaia, na concretização dos mil e um pormenores que são tão indispensáveis à reconhecida eficiência desta importante iniciativa do Partido. Um dos trabalhos que constituem novidade no terreno é a reorientação do

palco principal - que já «rodou» alguns graus para evitar que os poderosos sons ali produzidos dominem excessivamente o recinto. Esta operação, que já delineou o anfiteatro e a zona de palco para uma situação que se supõe muito próxima da ideal - e portanto definitiva - arrasta consigo outras tarefas, como a instalação de novas e gigantes tubagens para a energia eléctrica e os cabos de som e de comunicação entre o palco e o anfiteatro, bem como operações de consolidação e protecção do terreno.

Liocínio Carvalho e Victor Santos, do secretariado da Festa, explicaram-nos que se está a regar todo o terreno, quer para proteger e desenvolver a vegetação rasteira natural, quer para criar (dentro do possível) novos relvados que contribuam, igualmente, para dois objectivos centrais: proteger o terreno da erosão provocada pelos elementos (principalmente águas pluviais) e diminuição da poeira nos dias da Festa. «Com isto - asseguraram-nos - estão conseguidas e garantidas condições mais agradáveis para os visitantes». Mas não se ficam por aqui os cuidados na protecção do terreno contra os efeitos

da erosão, estando a fazer-se outras coisas, nomeadamente muros de suporte de terras em gabiões e dispositivos para quebrar a velocidade das águas pluviais. «Entre o ano passado e este ano deram-se já alguns passos importantes na preservação e melhoramento da Quinta», afirmaram-nos os dois responsáveis, que adiantaram outras medidas concretizadas nesse sentido, nomeadamente a melhoria da vedação e a complementarização da rede de água, que dará a garantia que toda a Festa terá, este ano, água com fartura.

«Estamos também a melhorar as instalações sanitárias para o conjunto dos visitantes, tal como estamos envolvidos em trabalhos de estaleiro para recuperação, arrumação, inventariação, etc.», disseram-nos.

Olhai as jornadas!

As jornadas de trabalho vieram naturalmente à baila, tanto mais que são uma urgência. Relatando-nos a que se realizou o fim-de-semana passado (e que reuniu 134 pessoas), os nossos

interlocutores recordaram a boa disposição e o agradável convívio que mais uma vez se registaram e constituem quase um «património» destas iniciativas que acompanham a Festa desde a sua primeira edição. «Faz esta semana um mês que se iniciaram as jornadas de trabalho voluntário para a Festa deste ano», informaram-nos, «e todas elas foram ocasião de grande confraternização, a par de empenhado esforço nas tarefas». Mas que não tenhamos ilusões: há muito, muito, para fazer e é imperioso que os camaradas e amigos se mobilizem para se imprimir um decisivo impulso aos trabalhos. A duplicação de tarefas que as próximas eleições legislativas vieram colocar ao Partido foi a grande preocupação expressa pelos nossos interlocutores, que nos frisaram ser indispensável avançar o mais rapidamente possível na preparação do terreno para a implantação da Festa. Nesta altura todos os braços são necessários e, úteis, quaisquer qualificações. No muito que há para fazer, qualquer pessoa encontrará com que se entreter, na Quinta da Atalaia. E conviver, evidentemente!



Há muito para fazer, no Terreno da Festa!

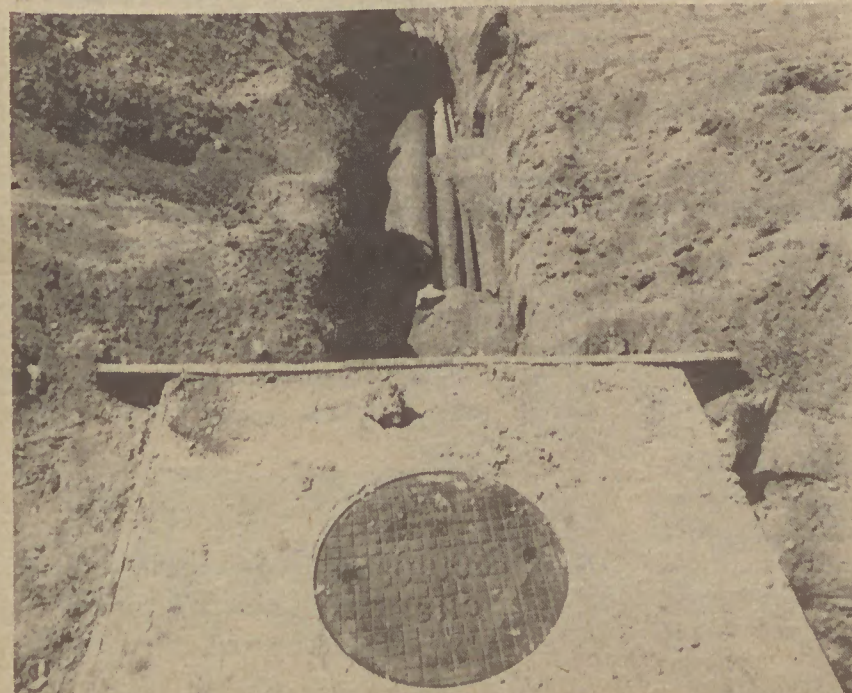
Tantas árvores

Imagine-se que já se plantaram 500 árvores e arbustos de pequeno e médio porte no recinto da Festa, e ainda se vai apenas na criação de uma cortina periférica junto à vedação e na zona de estaleiro! Victor Santos explicou-nos, e façam o favor de tomar nota desta exuberância vegetal:

Para a tal cortina periférica junto à vedação foram plantadas espécies mediterrânicas de crescimento lento, a saber: choupos negros, carvalhos, ameixos, freixos, castanheiros, oliveiras, zambujeiros, lódão bastardo e etc., mais árvores de menor porte como romãzeiras, lentiscos, loendros, loureiros (mais uma vez etc.), além de lavandas como o alecrim, o rosmaninho e o medronheiro. Na zona do estaleiro plantaram-se árvores de crescimento mais rápido, como o acer platanóide, escolhido em detrimento do plátano tradicional porque este último faz mal aos asmáticos. Um jardim, é o que é!



Ao trabalho, amigos!



Ao palco principal estão a chegar tubagens gigantescas para transportar as enormes quantidades de energia eléctrica necessária ao seu funcionamento

Cerâmica artística em exposição na Festa

Promovido pela JCP

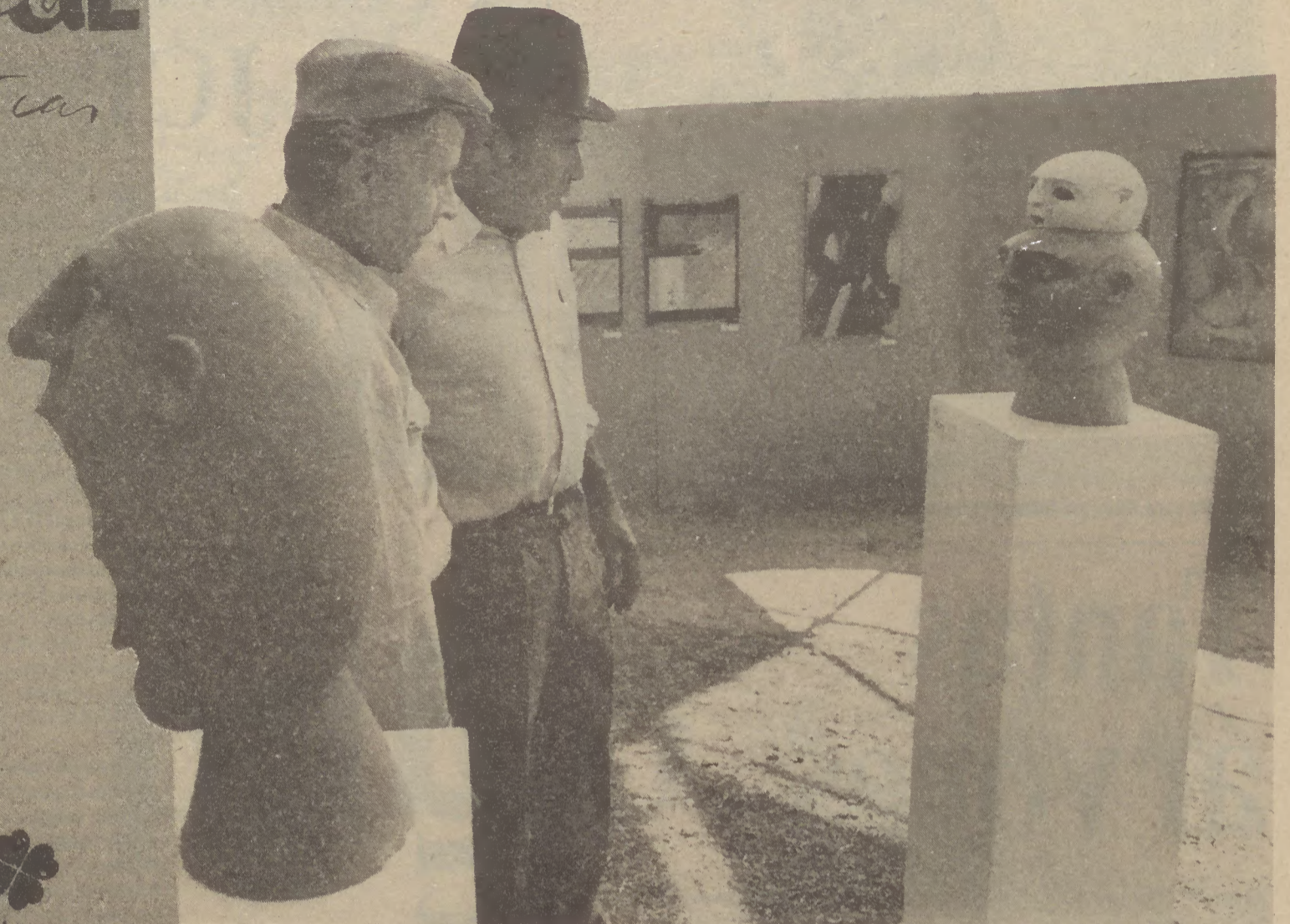


No âmbito da realização da XV Festa do «Avante!», que terá lugar nos dias 6, 7 e 8 de Setembro do corrente ano, na Quinta da Atalaia, Seixal, a Juventude Comunista Portuguesa vai levar a efeito a Exposição «Tomar a Iniciativa», este ano subordinada ao tema Cerâmica Artística.

«Tomar a Iniciativa», este ano na sua 4.ª edição, é uma exposição anual através da qual a organização pretende dar voz e espaço aos novos valores da Arte Portuguesa e pretende ser um ponto de encontro das mais variadas experiências artísticas e estéticas, um confronto de diferentes sensibilidades. Esta exposição, este amplo espaço de convívio com a Arte, terá durante os 3 dias da Festa, um carácter festivo que exprime a riqueza e a variedade, a sensibilidade e a criatividade dos jovens.

Está aberta à participação de autores nacionais e estrangeiros residentes em Portugal, com mais de 16 e menos de 30 anos de idade.

1. «Tomar a Iniciativa», terá lugar na Cidade da Juventude, na Festa do «Avante!», de 6 a 8 de Setembro.
2. «Tomar a Iniciativa» terá como modalidade a CERÂMICA ARTÍSTICA.
3. Cada artista poderá participar com o máximo de 3 obras.
4. As obras deverão obedecer aos seguintes requisitos: Dimensões máximas — 100x100x50: Peso máximo — 50 Kg.
5. Todos os concorrentes deverão proceder à entrega das suas obras, das 10 às 18 horas dos dias úteis, em Lisboa (R. Sousa Martins, 8 — 1000 Lisboa, Telef. 557349/557364), no Porto das 14 às 19 horas (Av. da Boavista, 601 — 4000 Porto, Telef. 02/63852) e em Coimbra (R. António Vasconcelos, 101 — 3000 Coimbra, Telef. 039/34594) durante todo o dia, até 30 de Agosto. As obras deverão ser acompanhadas de um curriculum de 10 linhas e dados biográficos para efeitos de divulgação na Festa, bem como do Boletim de Inscrição.
6. A ficha de inscrição deverá estar correctamente preenchida, devendo os trabalhos estarem assinados e identificados no verso, assim como no exterior da embalagem que os envolve para efeitos de transporte.
7. Serão encargos do participante o modo de preservação e transporte das peças a concurso, não se responsabilizando a organização pelos danos que se verificarem em trabalhos que não se apresentem devidamente protegidos e embalados.
8. Um júri de selecção procederá à escolha das obras a expor e a premiar, e das suas decisões não haverá recurso.
9. Serão atribuídos prémios em dinheiro, respectivamente no valor de 70 contos (1.º), 35 contos (2.º) e 15 contos (3.º).
10. O júri reserva-se o direito de não atribuir os prémios ou menções honrosas no caso das obras a concurso não corresponderem ao nível exigido.
11. Os autores concorrentes, após a assinatura do boletim de inscrição, comprometem-se a não retirar as suas obras seleccionadas antes do termo da exposição.
12. A organização não reserva qualquer percentagem sobre as obras vendidas.
13. Qualquer omissão deste regulamento será resolvida pela organização.



REGULAMENTO

VI BIENAL

1

A Festa do «Avante!» organiza a sua 7ª Bienal de Artes Plásticas, em pavilhão próprio, na Quinta da Atalaia no Seixal, nos dias 6, 7 e 8 de Setembro de 1991.

A Bienal pretende:

- Proporcionar um lugar de encontro entre a obra de artistas plásticos e um público muito vasto e heterogéneo na sua composição social, regional, cultural e etária.
- Constituir uma homenagem ao trabalho criador dos artistas, uma oportunidade para a irradiação da sensibilidade plástica entre os portugueses, um estímulo à criatividade individual e colectiva, à promoção da criação e da fruição cultural.
- Ser uma mostra de diferentes modalidades técnicas e diversas expressões estéticas das Artes Plásticas. A Bienal procura ser um momento de integração da festa que a arte é, na festa multifacetada que é a Festa do «Avante!».

2

A estrutura da Exposição é da responsabilidade da Comissão Executiva da 7ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!».

3

Para além dos artistas convidados pela Comissão Executiva da 7ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», ela será aberta, nos termos deste Regulamento a todos os que nela queiram participar.

4

Os participantes poderão enviar um máximo de 3 obras, em qualquer das modalidades das Artes Plásticas.

5

A selecção das obras é da responsabilidade de um júri de admissão, que determinará a sua participação ou

exclusão. Esse júri será constituído por:

- 5 membros da Comissão Executiva (eleitos entre si);
- 2 representantes dos artistas participantes (escolhidos entre os mais votados e que aceitem assumir essa função).

6

Os artistas deverão preencher uma ficha de inscrição que se encontra à sua disposição nos seguintes locais:

- **IMARGEM** - Ass. Art. Plásticos / 2800 ALMADA
- **A AGA** - Ass. Art. Gravadores / 2700 AMADORA
- **VIRAGEM** - Ass. Art. Plásticos
Tel. 4832186 / 2750 CASCAIS
- **Sociedade Nacional de Belas Artes**
Tel. 521293 / 1000 LISBOA
- **Galeria da Voz do Operário**
Tel. 862155 / 1100 LISBOA
- **Quadrante** - Ass. Art. Plásticos
Tel. 9886835 / 2670 LOURES
- **Cooperativa Árvore** / Tel. 317235 / 4000 PORTO

Sedes do PCP

- Rua da Sofia, 73-1º / Tel. 26677 / 3000 COIMBRA
- Rua de Aviz, 97 / Tel. 26367 / 7000 ÉVORA
- Av. António Serpa, 26-2º Esqº / Tel. 769147
1000 LISBOA
- Av. Boavista, 931 a 937 / Tel. 697948 / 4100 PORTO
- Av. 5 de Outubro, 47-6º Esqº / Tel. 26923
2900 SETÚBAL

e ainda em todas as restantes sedes distritais do PCP.

7

As obras e as fichas de inscrição devem ser entregues até **15 de Julho** nas sedes do PCP acima indicadas no Porto, Coimbra, Évora e Setúbal. Em Lisboa deverá ser feita a entrega na Av. António Serpa, 26-2º esq.. Eventuais dificuldades de transporte deverão ser apresentadas à Comissão Executiva uma semana antes da data limite de inscrição.

8

Na altura da Exposição será publicado um Catálogo que os participantes receberão gratuitamente. Os artistas devem enviar, juntamente com o boletim de inscrição, uma reprodução fotográfica de uma das obras para eventual apresentação nesse catálogo, até à data limite de 15 de Julho. A comissão organizadora compromete-se à sua devolução.

9

No acto da inscrição os artistas devem declarar o valor das obras para o efeito de seguro e/ou venda. A organização promoverá a venda das obras expostas, conforme a vontade dos artistas, reservando para si uma Comissão de 25% do seu valor. Para efeitos de seguro a nenhuma das obras poderá ser atribuído um valor superior a 800 contos.

10

Nenhuma obra poderá ser retirada da Exposição antes do encerramento da Bienal.

11

O levantamento das obras admitidas deverá ser feito pelo próprio ou por pessoa por ele credenciada entre os dias 17 e 31 de Setembro de 1991, nos locais de recepção referidos no ponto 7 deste Regulamento, data a partir da qual a organização da Bienal não se responsabilizará por quaisquer danos que eventualmente se venham a verificar. As obras excluídas devem ser levantadas a partir do dia 12 de Agosto de 1991.

12

Qualquer correspondência poderá ser enviada para: 7ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», Av. António Serpa, 26-2º Esqº 1000 Lisboa. ■